

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

**Políticas de fomento à pesquisa: implementação e efeitos do
PIPEq na PUC-SP**

LUANDA FERRAZ

Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade

**São Paulo
2022**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

**Políticas de fomento à pesquisa: implementação e efeitos do
PIPEq na PUC-SP**

LUANDA FERRAZ

Dissertação apresentada à Banca da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência para obtenção do título de Mestre em Educação: História, Política, Sociedade, sob a orientação da Profa. Dra. Ana Paula Ferreira da Silva.

2022

Banca Examinadora

Aos meus filhos, **Nicole e Lorenzo**, razão do meu viver.

À **Fundação São Paulo**, mantenedora da PUC-SP, pela bolsa de estudos, apoio financeiro que viabilizou a realização do curso.

Agradeco

À **Profa. Dra. Maria Amalia Pie Abib Andery**, exemplo de profissional e educadora, pela autorização para cursar o mestrado, pelo carinho e amizade com que sempre me acolheu, por todos os ensinamentos, por ter me apresentado o PIPEq e ter me ensinado tanto sobre ele e por me levar a defender a educação e a pesquisa como fundamentais para o desenvolvimento social do país.

À **Profa. Dra. Mercedes Fátima de Canha Crescitelli**, pelas valiosas contribuições para o meu aprendizado profissional e acadêmico, pelo compartilhamento de experiências/impressões sobre o PIPEq quando do início da Assessoria de Pesquisa na Reitoria, por me motivar/ incentivar e, principalmente, por me fazer acreditar na realização deste trabalho do qual, por tantas vezes, cogitei desistir diante das dificuldades advindas da jornada tripla de atividades.

À minha orientadora, **Profa. Dra. Ana Paula Ferreira da Silva**, por todas as orientações, trocas de experiências e indicações, que contribuíram para a realização desta pesquisa.

À **Cristina**, mãe e meu maior exemplo de ser humano, mulher e mãe.

Ao meu esposo **Jeferson**, um agradecimento especial, por estar sempre ao meu lado, me dando tanto apoio e me fazendo acreditar que era possível. Obrigada por todo amor, paciência e cumplicidade.

A **Nicole e Lorenzo**, para quem espero continuar perpetuando os melhores valores, porque essa é a razão de tudo.

Aos meus irmãos **Juliane e Pablo**; aos meus primos, em especial a **Roberta e Wilsinho**, e sobrinhos, por todo amor e carinho durante toda a vida!

À **Betinha**, Assistente do PEPG, por toda importante dedicação, cuidado e gentileza em todos os momentos em que convivemos durante a minha jornada como aluna. Amiga especial por quem terei sempre a mesma dedicação e afeto.

As amigas **puquianas Angela, Cristina e Dinalva** que me acolheram na PUC-SP, um presente maravilhoso que levarei no coração por toda minha vida.

Aos **docentes da PUC-SP**, do PEPG de Educação: História, Política, Sociedade e todos os demais professores, que são exemplos para mim e muitos que se tornaram amigos: impossível nomear cada um, porque são inúmeros, eu cometeria injustiças se ousasse listá-los. Agradeço enormemente a todos, todas e todos pelas conversas de corredores e de rampas, pelo compartilhamento da história da PUC-SP e incentivo para realização deste estudo.

Aos **fundamentais amigos** de todos os dias da PUC-SP e de fora dela, aos distantes, aos de sempre.

Políticas de fomento à pesquisa: implementação e efeitos do PIPEq da PUC-SP

Resumo

Esta pesquisa tem como objeto de estudo as políticas de fomento à pesquisa e analisa especificamente o Plano de Incentivo à Pesquisa (PIPEq) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). A questão central volta-se para os efeitos que sua implementação exerceu sobre os (as) docentes e as instâncias acadêmicas (cursos e faculdades) da Universidade, tanto no que se refere à produção/divulgação de pesquisas na totalidade de cada uma das modalidades quanto na sucessão temporal de 2015 a 2020. Tem como objetivo geral analisar seus efeitos interáreas e intra-áreas institucionais (cursos, faculdades e docentes), levando em consideração a relação entre a disponibilidade de fomento e a produção/divulgação de pesquisas. Como objetivos específicos, definiu-se mensurar os fluxos de demanda de financiamento, considerando as diversas modalidades; analisá-las tanto na relação entre si quanto temporalmente; e analisar os impactos diferenciais que os recursos disponíveis geraram entre docentes e interáreas e intra-áreas institucionais, em termos de incidência entre faculdades e cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu*. Para tanto, foram organizados os dados das modalidades oferecidas nos seis primeiros anos de sua implementação (2015 – 2020), para a análise das tendências, por meio de dados estatísticos gerados pelo software *Sphinx iQ2*. Os dados foram analisados a luz do conceito de campo científico (BOURDIEU, 1983, 2004a, 2004b; BOURDIEU; WACQUANT 2005, 2007) para compreender as distinções que os recursos disponíveis para o fomento à pesquisa geraram entre os cursos; as faculdades, as áreas de conhecimento e no nível de inserção dos(as) docentes. Os resultados obtidos revelam um aumento expressivo no número das produções dos(as) docentes, assinalam que a PUC-SP tem uma área de vocação consolidada, resultante de sua identidade, uma vez que a universidade assume o seu posicionamento crítico no debate pela relevância social e acadêmica da qualidade das suas produções intelectuais, somada à história e trajetória de construção e consolidação do campo científico, o que nos leva a considerar que o PIPEq foi fundamental para continuidade e manutenção das pesquisas realizadas. O comparativo por meio de indicadores bibliométricos, após a implementação do PIPEq, apontou que os resultados foram exitosos pois há uma recorrência no incremento das publicações e citações nas plataformas nacionais e internacionais a partir de 2015. Os efeitos e esforços do PIPEq parecem ser expressivos para o apoio aos docentes na consolidação da pesquisa em ciências humanas e sociais expresso especialmente com o aumento da produção científica na PUC-SP.

Palavras-chave: financiamento, incentivo à pesquisa, pós-graduação, universidade, campo científico.

ABSTRACT

This research aims to study research promotion policies and specifically analyzes the Research Incentive Plan (PIPEq) of the Pontifical Catholic University of São Paulo (PUC-SP). The central question is related to the effects that its implementation has exerted on the professors and academic bodies (courses, and faculties) of the University, both with regard to the production/dissemination of research in the totality of each modality and in the temporal succession from 2015 to 2020. The general objective is to analyze its inter-area and intra-institutional effects (courses, colleges and professors), considering the relationship between the availability of funding and the production/dissemination of research. As specific objectives, it was defined to measure the flows of financing demand, considering the various modalities; analyze them both in the relationship between themselves and temporally; and to analyze the differential impacts that the available resources generated between professors and interarea and intra-institutional areas, in terms of incidence between colleges and undergraduate and *graduate courses stricto sensu*. To this end, data on the modalities offered in the first six years of its implementation (2015 - 2020) were organized for the analysis of trends, through statistical data generated by the Software *Sphinx iQ2*. The data were analyzed in the light of the concept of scientific field (BOURDIEU, 1983, 2004a, 2004b; BOURDIEU; WACQUANT 2005, 2007) to understand the distinctions that the resources available for research promotion have generated between courses; the faculties, the areas of knowledge and the level of insertion of teachers. The results obtained reveal significant increase in the number of productions of professors, pointing out that PUC-SP has an area of consolidated vocation, resulting from its identity, since the university assumes its critical position in the debate for the social and academic relevance of the quality of its intellectual productions, added to the history and trajectory of construction and consolidation of the scientific field, which leads us to consider that PIPEq was fundamental for the continuity and maintenance of the research carried out. The comparison through bibliometric indicators, after the implementation of PIPEq, pointed out that the results were successful because there is a recurrence in the increase of publications and citations in national and international platforms from 2015. The effects and efforts of PIPEq seem to be significant for support for professors in the consolidation of research in human and social sciences, expressed especially with the increase in scientific production at PUC-SP.

Keywords: funding, research incentive, graduate, university, scientific field

LISTA DE TABELAS

1.1 Investimento em P&D no mundo	28
1.2 PIB de países das Américas e Caribe e porcentagem de investimentos em P&D	29
2.1 Editais publicados (2015-2020)	43
3.1 Dados dos Benefícios Concedidos por Ano/Modalidade	51

LISTA DE QUADROS

Quadro 3.1. Modalidades do PIPEq

46

LISTA DE GRÁFICOS

3.1 Concessões e execuções FAPESP (2000 – 2015)	32
3.2 Percentual de dispêndio por modalidade (2015 - 2020)	49
3.3 Total de benefícios concedidos (2015-2020)	50
3.4 Concessões da modalidade: publicação de artigos (PubArtigos) (2015-2020)	53
3.5 Quantidade de publicações de artigos (PubArtigos) (2015-2020)	53
3.6 Concessões da modalidade: auxílio individual (AuxInd) (2015-2020)	54
3.7 Concessões da modalidade: congresso nacional (CNAC) (2015-2020)	55
3.8 Concessões da modalidade: congresso internacional (CINT) (2015-2020)	55
3.9 Concessões da modalidade: publicação de livros (PubLivros) (2015-2020)	55
3.10 Concessões da modalidade: auxílio grupo/núcleo de pesquisa (AuxGP) (2015-2020)	56
3.11 Concessões da modalidade: estágio no exterior de curta duração (PEXT)(2015-2020)	56
3.12 Concessões da modalidade: publicação de periódicos (PubPer) (2015-2020)	56
3.13 Concessões da modalidade: capacitação docente (CDR) (2015-2020)	57
3.14 Concessões da modalidade: reserva técnica (RT) (2015-2020)	57
3.15 Nível de inserção dos docentes que receberam benefícios (2015-2020)	58
3.16 Nível de inserção do docente beneficiado por faculdade (2015-2020)	59
3.17 Nível de inserção docente modalidade: auxílio individual (AuxInd)(2015-2020)	60
3.18 Nível de inserção docente modalidade: auxílio grupo (AuxGP) (2015-2020)	60
3.19 Nível de inserção docente modalidade: congresso internacional (CINT)(2015-2020)	60
3.20 Nível de inserção docente modalidade: congresso nacional (CNAC)(2015-2020)	61
3.21 Nível de inserção docente modalidade: estágio no exterior de curta duração (PEXT) (2015-2020)	61
3.22 Nível de inserção docente modalidade: publicação de artigos (PubArtigos)(2015-2020)	61
3.23 Nível de inserção docente modalidade: publicação de livros (PubLivros) (2015-2020)	62
3.24 Nível de inserção docente modalidade: publicação de periódicos (PubPer) (2015 - 2020)	62
3.25 Nível de inserção docente modalidade: reserva técnica (RT) (2015 - 2020)	62
3.26 Titulação/ realização de pós-doc dos beneficiados por modalidade (2015-2020)	64
3.27 Distribuição de concessões na FACHS (2015-2020)	65
3.28 Distribuição de concessões na FAFICLA (2015-2020)	66
3.29 Distribuição de concessões na FCET (2015-2020)	66
3.30 Distribuição de concessões na FCS (2015-2020)	66
3.31 Distribuição de concessões na FCMS (2015-2020)	67
3.32 Distribuição de concessões na FD (2015-2020)	67
3.33 Distribuição de concessões na FE (2015-2020)	68
3.34 Distribuição de concessões na FEA (2015 - 2020)	68
3.35 Distribuição de concessões na FT (2015 - 2020)	68
3.36 Concessões na FACHS (2015-2020) por modalidade e representatividade da faculdade na modalidade expressos em %	69
3.37 Concessões na FAFICLA (2015 - 2020) por modalidade e representatividade da faculdade na modalidade expressos em %	70
3.38 Concessões na FCET (2015 - 2020) por modalidade e representatividade da faculdade na modalidade expressos em %	70
3.39 Concessões na FCMS (2015 - 2020) por modalidade e representatividade da faculdade na modalidade expressos em %	71
3.40 Concessões na FCS (2015 - 2020) por modalidade e representatividade da faculdade na modalidade expressos em %	71
3.41 Concessões na FD (2015 - 2020) por modalidade e representatividade da faculdade na modalidade expressos em %	72

3.42 Concessões na FE de (2015 - 2020) por modalidade e representatividade da faculdade na modalidade expressos em %	72
3.43 Concessões na FEA (2015 - 2020) por modalidade e representatividade da faculdade na modalidade expressos em %	73
3.44 Concessões na FT (2015 - 2020) por modalidade e representatividade da faculdade na modalidade expressos em %	73
3.45 Evolução das concessões do PIPEq nas modalidades de execução de pesquisa e resultados de pesquisa (2015 - 2020)	75
3.46 Concessões por grande área de conhecimento (2015-2020)	75
3.47 Perfil das concessões por área de conhecimento, por modalidade (2015-2020)	76
3.48 Perfil das concessões por área de conhecimento (2015 - 2020)	77
3.49 Áreas destacadas na avaliação do AD SCientific	79
3.50 Evolução do número de publicações indexadas na WOS (2010-2020)	80
3.51 Evolução do número de publicações indexadas no Scopus (2010-2020)	81

LISTA DE ABREVIATURAS

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPq – Conselho Nacional de Pesquisas
CT&I – Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação
FACHS – Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde
FAFICLA – Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes
FCET – Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia
FCS – Faculdade de Ciências Sociais
FD – Faculdade de Direito
FE – Faculdade de Educação
FEA – Faculdade de Economia, Administração, Contábeis e Contábeis e Autoriais
FT – Faculdade de Teologia
FAPs – Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa
FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FUNTEC – Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica
MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações
MEC – Ministério da Educação
ONU – Organização das Nações Unidas
PEPG – Programa de Estudos Pós-Graduados
PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIPEq – Plano de Incentivo à Pesquisa
PNPG – Plano Nacional de Pós-Graduação
P&D – Pesquisa e Desenvolvimento
PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PRONEX – Programa de Apoio aos Núcleos de Excelência
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
UDF – Universidade do Distrito Federal
UnB – Universidade de Brasília
UNIJUÍ – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
WOS – Web of Science

SUMÁRIO

Apresentação	15
Introdução	16
Capítulo 1 - Campo científico: institucionalização e consolidação da pesquisa no Brasil	19
1.1 Campo científico	19
1.2 Criação da Capes e do CNPq no contexto da consolidação da pesquisa científica no Brasil	22
1.3 Políticas de financiamento da pesquisa no Brasil e no Estado de São Paulo	26
1.4 Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo	29
Capítulo 2 – Histórico da PUC-SP e implementação do PIPEq	34
2.1 Breve histórico da instituição	34
2.2 Implementação e consolidação da pesquisa na PUC-SP	38
Capítulo 3. O PIPEq e as demandas por recursos: diagnóstico	45
3.1 Procedimentos Metodológicos	47
3.2 Apresentação dos Dados	49
3.2.1 Concessões por modalidades	52
3.2.2 Dados de inserção dos docentes beneficiados	58
3.2.3 Dados das concessões por titulação/ realização de pós-doc	63
3.2.4 Concessões por faculdades	65
3.2.5 Dados das concessões por representatividade nas modalidades e faculdades	69
3.2.6 Dados das concessões: pesquisas de execução x resultados de pesquisas	74
3.2.7 Perfil das concessões por Áreas de Conhecimento	75
3.3 Comparativo da Implementação do PIPEq	78
Considerações Finais	83
Referências Bibliográficas	86
Anexo I – Edital exemplar do Plano de Incentivo à Pesquisa	89
Anexo II – Relação dos Programas de Pós-Graduação	93

APRESENTAÇÃO

Analisar os efeitos da implementação do Plano de Incentivo à Pesquisa (PIPEq) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como expressão localizada de iniciativas de financiamento privado para o incremento da produção e divulgação do conhecimento científico produzido em instituições de ensino superior (IES), decorre de minha atuação profissional, desde março de 2015, como membro da equipe gestora do PIPEq, que acompanha as atividades acadêmicas e financeiras aprovadas para fomentar esse programa.

O PIPEq equivale a uma agência interna de fomento à pesquisa destinada aos(as) docentes da casa com contrato de trabalho por tempo indeterminado e título de mestre e doutor. Inicialmente, o objetivo nesta dissertação era organizar um diagnóstico das pesquisas realizadas pelos docentes na PUC-SP. No entanto, no decorrer do curso de Mestrado e do próprio desenvolvimento da pesquisa, o objetivo foi ganhando novo escopo, já que as transformações sociais e os interesses institucionais refletiam de modo singular e característico a trajetória da pesquisa e do ensino superior no Brasil.

Com base em algumas leituras teóricas, percebi que realizar um diagnóstico das pesquisas desenvolvidas pelos docentes relacionaria o PIPEq ao seu próprio contexto engendrando-o em si mesmo. Ao aprofundar as leituras acerca do conceito de campo, desenvolvido por Pierre Bourdieu, considerei que seria importante redirecionar o problema central para a perspectiva de que a análise da implementação e da estruturação atual do PIPEq deveria partir do pressuposto de que esse campo é um “microcosmo dotado de suas leis próprias” (BOURDIEU, 2004, p. 20) e que, portanto, reflete características que podem ser de interesse da instituição, ao mesmo tempo em que interfere e sofre interferências do contexto social, cultural e político mais amplo.

INTRODUÇÃO

O financiamento das universidades e, por consequência, os recursos destinados à pós-graduação e à produção científica são objeto de estudos de pesquisadores como Tumenas (2021), Kannebley Júnior, Carololl e Negri (2013). Tumenas (2021) apresenta pesquisas que se debruçam sobre o financiamento do ensino superior e especialmente trabalhos que contribuem para compreender as principais fontes de receitas das universidades líderes nos *rankings* internacionais. Kannebley Júnior, Carololl e Negri (2013) tratam da interação das universidades com os fundos setoriais do ponto de vista da produtividade acadêmica.

Tais estudos ressaltam que os financiamentos públicos são essenciais para a manutenção das pesquisas - nacionais e internacionais -, mas também indicam possibilidades de outras formas de fomento.

Nesta dissertação, o objeto de estudo são as políticas institucionais de financiamento à pesquisa e, por isso, o PIPEq da PUC-SP foi eleito como expressão localizada de iniciativas de financiamento privado para o incremento da produção e divulgação do conhecimento científico produzido pela Universidade.

O problema central volta-se para a seguinte questão: quais os efeitos da implementação do PIPEq sobre os docentes e as instâncias acadêmicas (cursos e faculdades) da Universidade, tanto no que se refere à produção/ divulgação de pesquisas na totalidade de cada uma das modalidades quanto na sucessão temporal?

O objetivo geral neste estudo é analisar os efeitos que a implementação do PIPEq exerceu sobre os docentes, as inter-áreas e as intra-áreas institucionais (cursos e faculdades), no que se refere à relação entre a disponibilidade de fomento e a produção/ divulgação de pesquisas, tanto por modalidades quanto por sucessão temporal, no período de 2015 a 2020.

Como objetivos específicos estabeleceu-se mensurar os fluxos de demanda de financiamento, considerando as diversas modalidades; analisá-los tanto na relação entre si quanto temporalmente; analisar os impactos diferenciais que os recursos disponíveis geraram entre docentes e inteiráveis e intra-áreas institucionais, em termos de incidência entre faculdades e cursos de graduação e de pós-graduação *stricto sensu* e nível de inserção do docente.

Tomando como referencial teórico Pierre Bourdieu, para situar a noção de *campo* entre o conteúdo textual da produção científica e o contexto social no qual foi elaborada, destaca-se que

existe um universo intermediário que chamo o *campo literário, artístico, jurídico ou científico*, isto é, o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem ou difundem a arte, a literatura, a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas. (BOURDIEU, 2004, p. 20, *italico no original*).

Para o autor, “cada campo é o lugar de constituição de uma forma específica de capital” (BOURDIEU, 2004, p. 26) e “a ciência [engendra-se] a si própria, fora de qualquer intervenção do mundo social” (BOURDIEU, 2004, p. 20), o que demonstra a especificidade do campo científico. Ele acrescenta:

[...] o capital científico é uma espécie particular de capital simbólico (o qual, sabe-se, é sempre fundado sobre atos de conhecimento e reconhecimento) que consiste no reconhecimento (ou no crédito) atribuído pelo conjunto de pares-correntes no interior do campo científico (o número de menções do *Citation Index* é um bom indicador, que se pode melhorar, como o fiz na pesquisa sobre o campo universitário francês, levando em conta os sinais de reconhecimento e de consagração, tais como [...] as traduções em língua estrangeira). (BOURDIEU, 2004, p. 26).

Neste estudo, toma-se o conceito de capital científico como referência para analisar esse programa de fomento à pesquisa não público de modo a buscar elementos para compreender como as políticas de financiamento, ao viabilizarem pesquisas, amplificam a possibilidade de formas de reconhecimento institucionais e entre pares.

O conceito de teoria do campo (BOURDIEU, 1983, 2004a, 2004b; WACQUANT 2005, 2007) e, em particular, o conceito de campo científico foram usados para analisar o impacto global que tal programa exerceu, bem como as diferenciações entre docentes e faculdades que esses recursos para o fomento à pesquisa podem gerar.

Para a análise das tendências conforme as modalidades oferecidas entre os anos de 2015 e 2020, os dados sobre o PIPEq foram organizados e tratados estatisticamente com o auxílio do *software Sphinx iQ2*.

A análise do PIPEq como expressão localizada dos efeitos de políticas de financiamento sobre a produção de pesquisa no ensino superior situa a importância de fomento nas lutas pela busca de reconhecimento acadêmico, mesmo que

implícitas, entre os docentes em geral, assim como entre as instâncias acadêmicas intra-áreas (cursos e faculdades) e inter-áreas.

Esta dissertação está organizada em três capítulos. No primeiro, intitulado *Campo científico: institucionalização e consolidação da pesquisa no Brasil*, discorre-se sobre o aporte teórico que fundamenta este trabalho. Recupera-se o contexto histórico do financiamento da pós-graduação e da pesquisa e a institucionalização da pós-graduação no Brasil e do financiamento da pesquisa, para compreender como as ações políticas e sociais concebem o financiamento da ciência e a indissociabilidade da pesquisa e do ensino, bem como o conceito de governança. Finalmente, apresenta-se como a PUC-SP consolidou suas políticas institucionais de fomento à pesquisa.

No segundo capítulo, *Breve histórico da PUC-SP*, resgata-se o contexto histórico da PUC-SP, destacando a ênfase que a Universidade destinou para a pesquisa após a reforma da PUC-SP nos anos 70 a 80, de modo a demonstrar a base da sustentação política e pedagógica do seu característico posicionamento teórico-crítico para a solução dos problemas sociais, que reforçam o argumento de uma prática que representa a configuração do campo científico da universidade. São apresentados, ainda, os elementos que consolidaram a implementação do PIPEq.

O terceiro capítulo, que tem por título *PIPEq e as demandas por recursos: diagnóstico*, destina-se à apresentação e descrição do processo de implementação do PIPEq e dos seus dados sistematizados, bem como à sua análise por meio do conceito de campo científico. Por fim, é apresentado um comparativo por meio de indicadores bibliométricos, com a finalidade de apontar resultados após a implementação do PIPEq.

CAPÍTULO 1

Campo científico: institucionalização e consolidação da pesquisa no Brasil

Neste capítulo, inicialmente, é apresentado o conceito de campo científico. Justifica-se tal perspectiva como um ponto de vista de que a “pesquisa é uma atividade racional, e não uma atividade mística”, como afirma Bourdieu (2002b, p. 18). A base dessa atividade racional repousa na noção de campo, no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem e reproduzem a ciência. Os objetos de estudo, portanto, fazem parte de um conjunto de relações que formam um sistema estruturado de posições.

Situar o contexto que determinou a implementação do PIPEq como expressão localizada de política institucional privada de fomento à pesquisa implica, desse modo, compreender especificamente o conceito de campo científico para, então, discorrer sobre aspectos do contexto histórico e social que caracterizaram a institucionalização da pós-graduação no Brasil e o financiamento da pesquisa, com ênfase no estado de São Paulo.

1.1 Campo científico

Bourdieu e Wacquant (2005) definem campo científico

[...] como uma rede ou uma configuração de relações objetivas entre posições. Essas posições estão objetivamente definidas em sua existência e nas determinações que impõem sobre seus ocupantes, agentes ou instituições, por sua situação presente e potencial (*situs*) na estrutura da distribuição de espécies de poder (ou capital), cuja posse ordena o acesso a vantagens específicas que estão em jogo no campo, assim como pela sua relação objetiva com outras posições (dominação, subordinação, homologia etc.). (BOURDIEU; WACQUANT, 2005, p. 150, tradução livre)¹

A noção de campo científico pode ser usada como exemplo que delimita e compreende as propriedades específicas que caracterizam a ciência, pois, para Bourdieu (2004), o campo é constituído por hierarquias que são resultados da

¹ “Un campo puede ser definido como una red o una configuración de relaciones objetivas entre posiciones. Estas posiciones están objetivamente definidas, en su existencia y en las determinaciones que imponen sobre sus ocupantes, agentes o instituciones, por su situación presente y potencial (*situs*) en la estructura de distribución de especies del poder (o capital) cuya posesión ordena el acceso a ventajas específicas que están en juego en el campo, así como por su relación objetiva con otras posiciones (dominación, subordinación, homología, etcétera).”

distribuição desigual de poder em um determinado universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a ciência.

A primeira definição em relação ao campo é que esse espaço social é um microcosmo dotado de leis próprias que dispõe de autonomia:

Todo campo, o campo científico por exemplo, é um campo de forças e um campo de lutas 'para conservar ou transformar esse campo de forças'. Pode-se, num primeiro momento, descrever um espaço científico ou espaço religioso como um mundo físico, comportando as relações de força, as relações de dominação. (BOURDIEU, 2004, p. 22)

Uma das diferenças em relação ao campo científico é a natureza das pressões externas, a forma como ela é exercida e como se manifesta em relação às resistências que caracterizam sua autonomia, ou seja, "quais são os mecanismos que o microcosmo aciona para se libertar dessas imposições externas e ter condições de reconhecer apenas suas próprias determinações internas" (BOURDIEU, 2004, p. 21).

O campo como espaço social de forças em que ocorrem lutas que preservam ou transformam esses espaços sociais é produzido pelos agentes. Tomando a ciência como um campo específico, os pesquisadores podem ser considerados esses agentes que estão localizados e executam suas atividades características por meio de suas pesquisas, exercendo, assim, disputas em relação as suas posições. Vejamos:

A configuração teórica do conceito de campo remete à dinâmica da regularidade do social. Um campo traz em si mesmo as condições de sua própria reprodução. Isto inclui os meios de formação de novos integrantes (escolas, grupos formais, academias, universidades); inclui as instâncias de consagração, responsáveis pela regulação do que é legítimo e do que é desvalorizado, ou seja, os ritos de instituição balizados e consagrados pelas instituições e dispositivos do campo, como as premiações, o auxílio e o fomento à pesquisa, os financiamentos de novos projetos etc.; inclui as instâncias e os modos de seleção dos novos integrantes ou postulantes a tal, como os concursos, os sistemas e as regras de avaliação dos lugares disponíveis aos agentes. (MONTAGNER; MONTAGNER, 2011, p. 261)

A definição de campo permite que o espaço social seja discutido como um espaço de capitais (sociais, culturais, econômicos etc.) por meio de indicadores que estabelecem posições regularizadas e hierarquizadas de acordo com as posições do poder. Esse poder é expresso pelo tipo de capital valorizado e a detenção desse capital determina as posições de poder em cada campo, ao mesmo tempo em que podem sofrer influência de outros campos, por isso sua autonomia é relativa. Já o capital científico

[...] é um conjunto de propriedades que são produto de atos de conhecimento e de reconhecimento realizados por agentes envolvidos no campo científico e dotados, por isso, de categorias de percepção específicas. [...] O capital científico funciona como um capital simbólico de reconhecimento que vale, antes de mais, e por vezes exclusivamente, nos limites do campo (embora possa ser reconvertido noutras espécies de capital, principalmente económico): o peso simbólico de um cientista tende a variar segundo o valor distintivo dos seus contributos e a originalidade que os pares concorrentes reconhecem ao seu *contributo distintivo* (BOURDIEU, 2001, p. 80, itálico no original)

Ao se referirem ao campo científico, Bourdieu e Wacquant (2007) afirmam que as relações de poder envolvem, primordialmente, a disputa sobre a autoridade científica:

O campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço do jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da *autoridade científica* definida, de maneira inseparável como capacidade técnica e poder social. Ou, se quisermos, o monopólio da *competência científica*, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado. (BOURDIEU; WACQUANT, 2007, p. 19, itálico no original)

Tomando essa perspectiva de análise, é possível considerar que os incentivos à pesquisa não somente produzem efeito para o desenvolvimento da produção científica, mas também formas de distinção individual e institucional.

Para analisar as ações dos agentes de um campo, é necessário compreender, também, as relações e características de uma classe específica, pois se trata de “retraduções” simbólicas de diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência dos agentes.

Ainda de acordo com Bourdieu (1983b, p. 82-83), as

práticas e as propriedades constituem uma expressão sistemática das condições de existência porque são produto do mesmo operador prático, o *habitus*, sistema de disposições duráveis e transponíveis que exprime, sob a forma de preferências sistemáticas, as necessidades objetivas das quais ele é o produto: a correspondência que se observa entre o espaço das posições sociais e os espaços dos estilos de vida resulta do fato de que condições semelhantes produzem *habitus* substituíveis que engendram, por sua vez, segundo sua lógica específica, práticas infinitamente diversas e imprevisíveis em seu detalhe singular, mas sempre encerradas nos limites inerentes às condições objetivas das quais elas são o produto e às quais elas estão objetivamente adaptadas.

Com isso, o conhecimento das características pertinentes à condição do agente ou do grupo no sentido social e económico permite prever e compreender a posição de suas práticas, o modo como ele se marca e se demarca, concebendo o princípio gerador de suas propriedades. Portanto, ao adotar o conceito de campo científico e,

em certa medida, o de *habitus*, parte-se da concepção de que o PIPEq é uma política de incentivo que concebe a pesquisa como atividade sob responsabilidade de um agente, com determinado comportamento e posição social. Esse agente é o docente da PUC-SP que realiza pesquisas individualmente ou em grupo (como líder de um grupo de pesquisa ou sob liderança de um outro docente), com certo grau de autonomia de inserção na Universidade e de forma articulada com sua carreira profissional e acadêmica. Mas, ao mesmo tempo, esse agente está inserido em um campo que se consolida de modo particular.

Por fim, outro elemento fundamental para compreender o campo científico é a consideração do âmbito político no qual os agentes estão inseridos. No Brasil, como vemos a seguir, a atividade de pesquisa foi se institucionalizando por meio de grupos que ocupavam cargos na administração pública e na condução do país. Apenas posteriormente ela se tornou uma atividade majoritariamente realizada pelas universidades.

1.2 Criação da CAPES e do CNPq no contexto da consolidação da pesquisa científica no Brasil

As universidades em sua função precípua de ensino e pesquisa devem ocupar posição primordial na oferta à sociedade de “inovação tecnológica, de produção e difusão da ciência e da cultura, assim como desempenhar um papel estratégico no desenvolvimento socioeconômico do país” (MARTINS, 2000, p. 41). Nessa direção, no art. 207 da Constituição Federal de 1988, temos:

As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988).

O debate sobre a função da universidade, no entanto, se inicia a partir de 1920 com uma série de manifestações em defesa da criação de universidades que abrigassem cientistas para a promoção da pesquisa e ganha mais destaque na década de 1930 (MARTINS, 2003), com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, assinado por 26 educadores que recomendavam a criação de universidades capazes de integrar as atividades de ensino e pesquisa.

Anos depois, Anísio Teixeira teve papel determinante na efetivação desse projeto, pois assumiu “também a liderança de várias iniciativas voltadas para a

renovação do ensino superior, entre as quais a criação da própria CAPES”, como sinaliza Martins (2003, p. 296), agência que regula a pós-graduação até os dias atuais. Idealizada por Rômulo de Almeida, a proposta tinha como base (1) atender a inserção na Constituição de 1946 da obrigatoriedade de o governo federal destinar 10% do orçamento para educação; (2) consolidar o movimento de intelectuais conhecido como Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova; (3) formar quadros de profissionais necessários para o programa de desenvolvimento econômico pensado na gestão do então presidente Getúlio Vargas.

Os desafios que permeavam o governo de Vargas, entre 1951 e 1954, apontavam para uma política de tendência nacionalista, que agregava, às demandas populares da época, o crescimento econômico acelerado e os pactos políticos de sustentação do governo (TOURINHO, 2014, p. 272). Duas ações implementadas pelo governo deflagraram a urgente necessidade de formação de quadros qualificados: (i) a industrialização, com participação direta e decisiva do Estado, e (ii) o estímulo à entrada de capital estrangeiro no mercado nacional. O autor ainda afirma:

Com o propósito da formação rápida e acelerada, foram tomadas iniciativas e medidas para assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país. O Governo então criou a CAPES como um órgão público de ‘Campanha’: Campanha Nacional visando formar e aperfeiçoar o pessoal de nível superior que trabalhava nas atividades de ensino e pesquisa nas universidades. Apesar de plenamente justificado à época, a nova entidade surgida com escopo de ‘Campanha’ para logro de um fim imediato organizava-se com autonomia, boas ideias e informalidade, construindo assim um caminho de liderança institucional democrática. Talvez por isso, mas não apenas por isso, o professor Anísio Teixeira tenha deixado a CAPES com a ascensão da ditadura militar em 1964. (TOURINHO, 2014, p. 272)

O governo do regime militar, com o intuito de potencializar de forma rápida a formação para o ensino superior, abriu um processo para a consolidação e regulação da pós-graduação. A concepção e a relevância acadêmica da CAPES mudaram ao longo do tempo e a agência ganhou novas atribuições e meios orçamentários, induzindo e fomentando a formação inicial e continuada de docentes.

Além da CAPES, em 1951, o processo de institucionalização da pós-graduação e da pesquisa científica no país contou também com a criação do Conselho Nacional de Pesquisas - CNPq, autarquia subordinada diretamente ao Presidente da República. Concebido prioritariamente para sanar problemas de pesquisa nuclear, objeto essencial considerando o momento geopolítico da Guerra Fria, fundou-se na

tendência nacional desenvolvimentista e em defesa de empreendimentos estratégicos para o futuro do país (DOMINGUES, 2004, p. 24).

Após a Segunda Guerra Mundial, o domínio do conhecimento científico e tecnológico aprofundou a distância entre o Brasil e as potências detentoras desse conhecimento, chamadas de Primeiro Mundo, pois esse passou a ser considerado um bom indicador para os países que o detinham. Soma-se a isso o fato de a criação do CNPq atender às convergências de interesses entre militares, a equipe técnica do governo e a comunidade científica, pois objetivavam atender às demandas de energia nuclear e de capacitação científica e tecnológica do Brasil. Domingues (2004, p. 21), nesse sentido, pondera:

O desenvolvimento econômico baseia-se em descobertas e invenções; as guerras revelam a estreita associação entre o trabalho dos pesquisadores e a afirmação das entidades políticas legitimadas: sem ciência e tecnologia, nenhum Estado nacional se defende militarmente, fomenta o progresso econômico e satisfaz as demandas sociais.

À CAPES coube assumir a promoção do ensino especializado diante das necessidades do país e mobilizar recursos para fomentar a oportunidade de treinamento, com o objetivo de suprir as deficiências identificadas na época, além de

[...] promover o aproveitamento das oportunidades de aperfeiçoamento oferecidas por programas de assistência técnica da Organização das Nações Unidas (ONU) e por acordos bilaterais firmados pelo governo brasileiro, a instalação e a expansão de centros de aperfeiçoamento e estudos pós-graduados. (MARTINS, 2003, p. 297)

Ainda que seus recursos fossem modestos, a CAPES investiu seu orçamento em 20 bolsas integrais por ano para pesquisadores (as) de pós-graduação no exterior e, ainda, auxiliou na compra de passagens para professores (as) e pesquisadores (as) que possuíam bolsa integral em instituições fora do país. Ela mantinha estreita relação com embaixadas como as do Canadá, França, Alemanha e Estados Unidos sediadas no Brasil. Entre os anos de 1953 e 1959, ela, o CNPq e agências internacionais foram responsáveis pela condução desse processo de capacitação docente. O fluxo médio anual de estudantes que se deslocaram para o exterior girava em torno de 1.200 pessoas (MARTINS, 2003).

Até meados de 1960, o Brasil tinha 38 cursos de pós-graduação; entretanto, não tinha definição clara de sua missão e de seus objetivos e fins. A regulamentação só ocorreu em 1968 com o Parecer do Conselho Federal de Educação (CFE) nº

977/55, mais conhecido como Parecer Sucupira², que definiu os níveis de estudo e sua finalidade, distinguindo-os em dois tipos: *stricto sensu* e *lato sensu*.

Embora o parecer tenha sido elaborado com razoável flexibilidade, “para que os cursos de pós-graduação pudessem sofrer variações em função das particularidades de cada área do conhecimento e da margem de iniciativa das instituições de ensino” (MARTINS, 2003, p. 300), incluía os cursos de *stricto sensu* como objeto de natureza acadêmica, de pesquisa e cultura, com o compromisso do avanço do saber.

Os anos da década de 1970 culminaram no primeiro projeto de formulação de uma política geral para a pós-graduação. Em 1975, o ministro da Educação Jarbas Passarinho criou o Grupo Técnico de Coordenação (GTC), com o objetivo de integrar as principais agências de fomento - CAPES, CNPq, FINEP e FUNTEC - e “sugerir medidas para a formulação de uma política nacional de pós-graduação; essa comissão propôs a criação do Conselho Nacional de Pós-Graduação” (MARTINS, 2003, p. 301), órgão interministerial responsável pela formulação e execução da política geral de pós-graduação. O Conselho Nacional de Pós-Graduação publicou, em 11.11.74, o I Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) para o período de 1974 a 1979.

Martins (2003, p. 302) explica:

Os Planos Nacionais de Pós-Graduação constituíram outro elemento crucial na construção do sistema, imprimindo uma direção para sua consolidação e institucionalização. Através deles, realizaram-se diagnósticos sobre a situação da pós-graduação e foi formulado um conjunto de metas e de ações que, em grande parte, foram cumpridas. Justamente para executar esses planos é que a CAPES, que se transfere para Brasília em 1974, começaria a se fortalecer como agência de fomento da pós-graduação. Deve-se assinalar que o I PNPG foi elaborado num momento de abundância de recursos provenientes do FNDCT, do qual a FINEP era a Secretaria Executiva e executora de fomento, sendo a CAPES e o CNPq seus usuários. Esses recursos permitiriam a expansão dos programas de bolsas de estudo e a criação de inúmeros cursos de pós-graduação.

O Conselho Nacional de Pós-Graduação e os PNPGs foram essenciais para orientar e favorecer a natureza estritamente acadêmica e de pesquisa da pós-graduação nacional, consolidando-a e institucionalizando a pesquisa como produto da universidade, de forma que assegurou o seu funcionamento e a sua integração aos

² A escolha do nome é uma homenagem ao professor Newton Sucupira, autor do Parecer nº 977 de 1965.

setores produtivos e garantiu a centralidade da CAPES, que se reafirmou como agência reguladora da pós-graduação.

Em 1999, o CNPq reorientou as formas de cadastro dos pesquisadores e passou a hospedar a plataforma Lattes. Tornou-se uma referência mundial na catalogação de dados sobre pesquisadores e passou a ser uma das ferramentas para fomentar a avaliação de bolsas de ensino *stricto sensu* e para o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC. Ademais, ao longo de sua trajetória, o CNPq tornou-se responsável por credenciar e impulsionar programas de pós-graduação, reconhecer outras áreas do conhecimento, fomentar a investigação de novos objetos de estudo, incentivar a internacionalização por meio de intercâmbios, fomentar publicações especializadas e investir em laboratórios e universidades, além de fortalecer as agências estaduais de fomento, ampliando o acesso da sociedade à cultura científica (DOMINGOS, 2004, p. 20).

1.3. Políticas de financiamento da pesquisa no Brasil e no Estado de São Paulo

Chaimovich (2007, p. 7) afirma que “escrever sobre financiamento à pesquisa no Brasil é um imenso desafio, pois as análises ideológicas excedem, em muito, as informações factuais”. Nesta seção, resgatam-se esses fatos sobre a institucionalização e o financiamento da pós-graduação e da pesquisa brasileira e, posteriormente, do Estado de São Paulo.

Conforme documento elaborado em parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), intitulado Diagnóstico das Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes (CHSSALLA) no Brasil (BRASIL, MCTI, 2020), a pesquisa científica organiza-se principalmente por meio do financiamento público, seja ele direto ou indireto:

As políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) têm papel estratégico no desenvolvimento nacional. Isso porque, além de promover resultados de caráter econômico, são capazes de atuar em diversos aspectos ditos sociais, como redução de desigualdades regionais, ampliação do acesso à educação e desenvolvimento de novas tecnologias, entre outros. Uma das ferramentas utilizadas nas políticas de CT&I engloba a política de financiamento de pesquisa que ocorre por diferentes instituições de fomento, como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), o Banco

Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (FAPs). (BRASIL, MCTI, 2020, p. 115)

Historicamente, as políticas de fomento à pesquisa no Brasil são influenciadas diretamente por questões sociais, econômicas e políticas e advêm principalmente dos fundos públicos, sobretudo de órgãos como CAPES, CNPq, FINEP e as FAPs.

Tumenas (2021, p. 283) afirma:

Outro ponto de atenção é a importância do financiamento público, independentemente se a instituição é pública ou privada. Nas universidades que possuem algum detalhamento das receitas de pesquisas podemos ver a elevada participação do financiamento público. Seja em bolsas, seja em laboratórios mantidos diretamente pelo governo nas universidades, como Lincoln Lab no MIT, JPL na Caltech e SLAC em Stanford, ou seja, em financiamento direto como na ETH.

Como é possível verificar, o financiamento público de pesquisa não é algo restrito ao Brasil e é muito importante para a produção científica de um país. Ainda no mesmo artigo, o autor ressalta:

As universidades públicas brasileiras têm sofrido com cortes recorrentes no orçamento, inclusive com riscos de continuidade de suas atividades (KADAMANI; GREVE, 2019). A emenda constitucional 55, conhecida como 'PEC do teto dos gastos', limitou a evolução do orçamento discricionário das universidades públicas apenas à variação da inflação entre um ano e outro. Isso somado à recente maré midiática sobre a suposta 'falência' institucional das universidades públicas brasileiras (SERAFIGIM, 2019). Mesmo assim, as universidades públicas brasileiras têm sido cobradas a mostrar seu impacto na sociedade, aumentar sua internacionalização e melhorar sua posição em *rankings* internacionais de universidades (GLOBO, 2018 e DE CASTRO, 2018). (TUMENAS, 2021, p. 272)

A título de exemplo, vale lembrar que a pandemia da COVID-19 intensificou o debate sobre questões de saúde pública e financiamento da pesquisa como elemento central das políticas públicas. O papel da ciência e a organização dos cientistas durante essa crise sanitária e humanitária nos fornecem subsídios para defender essa premissa. De acordo com De Negri (2020, p. 7),

[...] os governos estão coordenando iniciativas, alocando recursos adicionais para fomentar a pesquisa e a inovação, mobilizando universidades, instituições de pesquisa e empresas e definindo prioridades de pesquisa adequadas às suas realidades. O auxílio da comunidade científica tem sido essencial, em muitos países, para a definição de políticas de controle e mitigação da pandemia, bem como dos desafios científicos e tecnológicos prioritários. Como este é um problema global, também é possível identificar um movimento de coordenação internacional das pesquisas sobre a COVID-19, capitaneado pela OMS e por instituições multilaterais de pesquisa.

Também é consenso o debate sobre a importância do financiamento à pesquisa para que a universidade cumpra a sua missão. De acordo com estudo do Instituto de

Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o “Canadá está destinando 11,8% de seu orçamento federal em Pesquisa e Desenvolvimento para ações em pesquisa e inovação contra o novo coronavírus. O Reino Unido, 10,8%; a Alemanha, 6,3%, e os Estados Unidos, 4,1%” (DE NEGRI, 2020). Já no Brasil, a autora identificou que

os recursos aplicados no combate à doença não passam de 1,8% do valor total destinado a P&D no ano passado. Dois editais foram abertos pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) para selecionar projetos com o objetivo de desenvolver técnicas de combate à COVID-19. No total, foram disponibilizados cerca de R\$ 60 milhões em recursos da União. “Esse valor ainda é pequeno quando comparado ao de outros países. É preciso ter investimentos agressivos e rápidos em tecnologia para combater os efeitos do vírus ou, ao menos, mitigá-los.” (DE NEGRI, 2020, p. 12, grifos no original)

Essa diferença não é algo recente, como se pode acompanhar pela Tabela 1.1, mas o Brasil sempre teve destaque entre os países do continente americano em relação à porcentagem do produto interno bruto (PIB) investido em pesquisa e desenvolvimento (P&D) (cf. Tabela 1.2). A pesquisa de Chaimovich (2007, p. 8) demonstra o orçamento destinado à pesquisa e desenvolvimento ao comparar os valores investidos por habitante, em diferentes regiões do mundo, no ano de 2007:

Tabela 1.1 - Investimento em P&D no mundo

REGIÃO	P&D (US \$ bilhões)	POPULAÇÃO (milhões)	P&D/HABITANTE (PPP US\$ mil)
Mundo	728.751	6.086	120
África	4.723	812	6
Ásia	209.043	3.676	57
Europa	203.036	728	279
América do Norte	285.295	415	687
Oceania	8.677	91	95
América Latina e Caribe	17.951	423	42

Fonte: Chaimovich (2007, p. 8)

A tabela 1.1 mostra a concentração de investimento em pesquisa nos países da América do Norte e da Europa em contraposição ao baixíssimo investimento dos países do continente africano e da América Latina e Caribe. Esses dados mostram que quanto mais rico e desenvolvido é o país maior é o seu investimento em P&D e, por consequência, maior será o seu desenvolvimento econômico e social. A Ásia, embora tenha investimento bruto superior à Europa, possui uma classificação subdimensionada quando considerado o investimento por habitante, pois concentra mais da metade da população mundial.

O baixo investimento em P&D na América Latina e Caribe fica mais evidente quando observamos a tabela 1.2. Entre os países latinos, o Brasil possui uma posição de destaque, pois, segundo dados coletados no início de 2004, investíamos 0,91% do

Produto Interno Bruto (PIB), seguido do Chile com investimento de 0,61% do PIB e da Argentina com 0,44% (CHAIMOVICH, 2007, p. 10):

Tabela 1.2 - PIB de países das Américas e Caribe e porcentagem de investimentos em P&D

PAÍS	PIB (US\$ PPC bilhões)	% do PIB INVESTIDO EM P&D
Argentina	491,01	0,44
Bolívia	24,00	0,26
Brasil	1509,93	0,91
Canadá	1061,88	1,96
Chile	182,25	0,68
Colômbia	309,97	0,17
Costa Rica	43,13	0,38
Equador	59,83	0,07
El salvador	261,92	0,08
Estados Unidos	11734,30	2,66
Honduras	17,50	0,06
Jamaica	10,50	0,08
México	1019,76	0,41
Nicarágua	8,37	0,17
Panamá	22,44	0,24
Paraguai	27,22	0,08
Uruguai	29,00	0,22
Venezuela	150,02	0,26

Fonte: Chaimovich (2007, p. 8)

A partir de 2004, a posição do Brasil em relação ao financiamento de pesquisa passou a ser resultado de ações políticas que valorizavam o crescimento científico e o desenvolvimento de pesquisas no país. No entanto, a partir de 2016, após o golpe sofrido pela então presidente Dilma Rousseff, os investimentos sofreram sucessivos cortes e contingenciamentos. Considerando os dados apresentados no boletim 06/2020 da Universidade de São Paulo (USP), publicado posteriormente como nota técnica do INEP, De Negri (2020) destaca:

Em 2017, os dispêndios federais em P&D foram de R\$ 25,7 bilhões, o que representou 0,39% do PIB; descontando-se os gastos com a pós-graduação, o orçamento executado foi de R\$ 13,7 bilhões. Em 2020, estão previstos cerca de R\$ 7,2 bilhões para o orçamento federal ligado às funções de ciência e tecnologia.

Cabe registrar que, no citado boletim, está registrado que parte desse orçamento - já bastante inferior ao que havia em 2007 - estava contingenciado, o que reduziu ainda mais o recurso efetivo para o desenvolvimento da pesquisa científica e da inovação do país.

1.4 Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

A história e a trajetória da FAPESP apontam para o fato de que ela foi determinante para o crescimento da C&T no Estado de São Paulo e para o país. Lafer (2015, p. 6) explica:

A efetiva materialização da Fundação prevista na Constituição Estadual levou o seu tempo. Foi obra do governador Carlos Alberto de Carvalho Pinto que a incluiu no seu Plano de Ação. Foi ele que teve a iniciativa do projeto que se transformou na Lei nº 5.918 de 18/10/1960, que autorizou o Poder Executivo a instituir a FAPESP e que a instituiu efetivamente com o Decreto nº 40.132 de 23/5/1962. Na ocasião, o governador Carvalho Pinto concedeu recursos para a criação de um fundo patrimonial rentável que deram respaldo adicional ao 0,5% da receita estadual que a FAPESP passou a receber, nos termos da Constituição paulista.

Sua criação é um marco no campo da institucionalização do financiamento à pesquisa em São Paulo, pois foi por meio dela que não só os pesquisadores paulistas conceberam a pesquisa científica como ferramenta de desenvolvimento social e econômico, como também as instituições de pesquisas e as universidades puderam financiar pessoal altamente qualificado e infraestrutura à altura das necessidades de pesquisas mais arrojadas.

Entre as frentes de financiamento de pesquisa, as áreas de humanidades foram atendidas, tendo contribuído especificamente para as pesquisas em educação do estado de São Paulo com programas direcionados para melhorias do ensino público, aperfeiçoamento pedagógico e com o Programa de Pesquisa em Políticas Públicas. Esse é um dado importante pois, como demonstra Ribeiro *et al.* (2020, p. 558), em relação à destinação dos recursos repassados pelo CNPq nos editais de 2011,

as ciências biológicas seguidas das ciências exatas e da terra receberam a maior parte dos recursos (R\$ 65.173.468,12 e R\$ 60.854.645,11 respectivamente). No ano de 2012 a grande área mais contemplada foi a ciências agrárias com o repasse de R\$ 73.821.140,22. Em 2013 foram as engenharias (R\$ 82.969.236,56), ciências da saúde (R\$ 81.462.055,44) e ciências biológicas (R\$ 81.013.293,94). Em 2014 as ciências da saúde (R\$ 119.970.805,86) e biológicas (R\$ 103.950.137,64) (Gráfico 1) (BRASIL, 2015). Observa-se que os menores investimentos em todos os anos pesquisados foram para a grande área de linguística, letras e artes; ciências humanas e ciências sociais aplicadas, corroborando com o debate realizado ao longo deste trabalho sobre a indução de pesquisas em outras áreas.

Cabe destacar o importante papel democrático da FAPESP, financiando e diagnosticando as necessidades das universidades e implementando novos programas em parceria com as mais importantes instituições de São Paulo, como a USP, UNICAMP, UNESP, UFSCAR e PUC-SP.

Na década dos anos 90, a FAPESP criou modalidades de fomento à pesquisa, ampliando os campos de atuação e o financiamento tecnológico no estado e incluindo o estímulo à inovação na indústria. Escada (2015, p. 120-121) afirma:

Na década de 1980, a emergência de um quadro de transição de um governo autoritário para um democrático, associado a um momento de crise econômica, favoreceu as articulações organizadas pela FAPESP em meio a outras instituições científicas e acadêmicas, representativas de docentes e funcionários, imprensa, entre outros setores da sociedade, para se lançar contra a situação de vulnerabilidade financeira em que vivia. Ainda assim, ao final do processo de negociação e debates ao longo da Constituinte paulista, a FAPESP teve que absorver parte dos questionamentos e críticas dirigidas a ela, fazendo com que incorporasse algumas mudanças, implementadas a partir dos anos 1990.

Já nos anos 2000, tecnologia e inovação passaram a ser consideradas elementos primordiais para o enfrentamento dos desafios contemporâneos e essa fase foi marcada por avanços tecnológicos. Nagamini (2015, p. 194) pondera:

Esse processo possibilitou a constituição da sociedade em rede e da economia em rede, também conhecida por economia informacional, porque alterou desde as diferentes esferas da produção econômica capitalista até os meandros do mercado financeiro, tendo provocado transformações no próprio modo de se fazer ciência e tecnologia e colocado em evidência os diversos aspectos da inovação de produtos e processos produtivos. Essas atividades, antes executadas de forma isolada e por equipes reduzidas, passaram a contar, cada vez mais, com maior número de pesquisadores e grupos multidisciplinares reunidos em redes capazes de dar conta da abrangência dos temas, objetivos e problemas das pesquisas propostas.

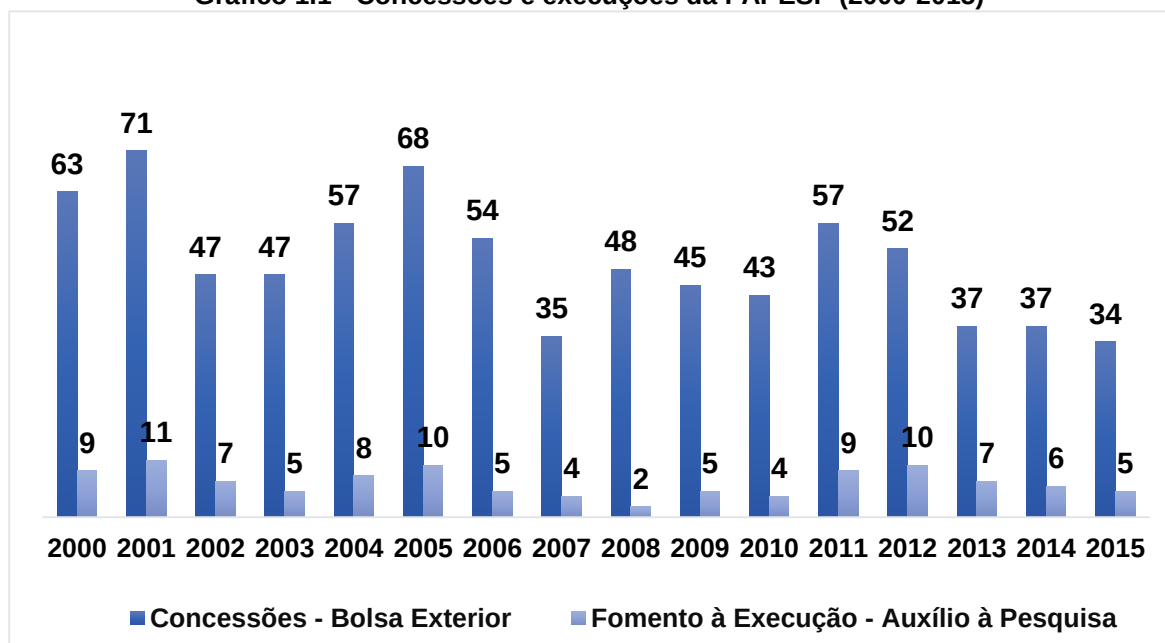
A crescente demanda da área e o desenvolvimento de pesquisas mais complexas que exigiam equipamentos e infraestrutura mais arrojados fizeram os pesquisadores tomarem a frente pela busca de fomento à pesquisa. Tal situação demandou ao país uma política nacional de Ciência e Tecnologia (C&T), e a FAPESP contribuiu para a implementação da política.

O objetivo para a implementação dessa política de pesquisa parece corresponder à avaliação de Balbachevsky (2011), para quem um dos pontos centrais nas recentes reformas das políticas que favorecem o C&T buscou incorporar a inovação como instrumento que pudesse direcionar as pesquisas para a produção do conhecimento considerado estratégico e relevante para a competitividade do país. A autora ainda destaca que os

[...] processos que levem à reforma das instituições acadêmicas e produzam mudanças na estrutura de recompensas da profissão acadêmica constituem um elemento central para o sucesso de longo prazo dessas reformas. Isso porque reformas dessa natureza tendem a acelerar o surgimento de novas elites acadêmicas, cujos valores são mais permeáveis aos diferentes resultados produzidos pela assim chamada 'agenda estratégica'. (BALBACHEVSKY, 2011 *apud* STOKES, 1997, p. 507)

Em relação às concessões da FAPESP para a PUC-SP, entre os anos de 2000 e 2015 (gráfico 1.1), houve uma oscilação, especialmente em relação aos auxílios à pesquisa e nos últimos anos tais oscilações demonstram estagnação. Em relação às modalidades de divulgação de resultados de pesquisas, aproximadamente 85% dos benefícios foram alocados pela FAPESP, e o restante dos 15% das concessões destinadas para pesquisas em execução, como por exemplo auxílio à pesquisa – regular.

Gráfico 1.1 - Concessões e execuções da FAPESP (2000-2015)³



Fonte: Biblioteca FAPESP (Dados recebidos por e-mail em 17.08.2021)

As questões acerca do financiamento à pesquisa na PUC-SP sempre foram temas de debates. Isso decorre em boa parte do fato de que a instituição tem papel de destaque reconhecido nacionalmente na área de humanidades e sempre se posicionou fortemente no debate político.

Desde 2013, a PUC-SP passou a receber menos investimentos públicos em P&D. Somam-se a isso todos os cortes de recursos destinados à Ciência e Tecnologia no país, conforme demonstra reportagem da FAPESP (2021): “O Brasil registra contínua retração de dispêndio público em P&D desde 2015”. Tal queda ocorreu em um cenário de estagnação do PIB brasileiro. Nesse cenário, destaca-se que o PIPEq foi uma política institucional que garantiu linhas de fomentos que subsidiassem as

³ As concessões de bolsas destinadas a alunos (mestrado e doutorado, jovem pesquisador etc.) foram excluídas do gráfico, pois esse tipo de fomento não é objeto desta pesquisa.

pesquisas realizadas pelos (as) docentes da instituição. Ademais, esse posicionamento garantiu à PUC-SP um certo grau de autonomia, nos termos de Bourdieu (2001, p. 70):

De facto, o campo está sujeito a pressões (exteriores) e é habitado por tensões, entendidas como forças que agem de modo a afastar, a separar as partes constitutivas de um corpo. Dizer que um campo é relativamente autônomo a respeito do universo social circundante, significa que o sistema de forças constitutivas da estrutura do campo (pressão) é relativamente independente das forças que se exercem sobre o campo (pressão). Dispõe, de alguma forma, da - liberdade - necessária para desenvolver a sua própria necessidade, a sua própria lógica, o seu próprio *modus*. (BOURDIEU, 2001, p. 10, itálico do autor)

Inserida a instituição nesse cenário, a então Pró-reitora de Pós-Graduação⁴, Profa. Dra Maria Amalia Pie Abib Andery, propôs o PIPEq em 2014. Essa política garantiu, em algum grau, autonomia financeira para que as pesquisas realizadas por seu corpo docente atendessem às expectativas do campo científico, apesar de contar com menos recursos públicos para sua execução. Seu esforço, embora suscetível às pressões externas, buscou internamente reajustar essas distorções.

No próximo capítulo, resgata-se o contexto histórico da PUC-SP que possibilita compreender os elementos que a situam nesse campo e o tratamento que ela dedicou à pesquisa, bem como os processos que determinaram a implementação do PIPEq.

⁴ A Profa. Dra. Maria Amalia Pie Abib Andery foi reitora da PUC-SP no período de 2016-2020 e está em seu segundo mandato como reitora para o quadrênio 2020-2024.

CAPÍTULO 2

Histórico da PUC-SP e implementação do PIPEq

Inicialmente, é apresentado neste capítulo o contexto histórico da PUC-SP, com destaque à ênfase que a Universidade dispendeu à pesquisa após a sua reforma nos anos do período que vai da década de 70 a 80. Na sequência, são expostos os elementos que consolidaram a implementação institucional do PIPEq.

2.1 Breve histórico da instituição

Fundada em 1946 com o Decreto 9632, a PUC-SP é uma instituição comunitária, confessional, de direito privado, sem fins lucrativos, mantida pela Igreja Católica por meio de sua mantenedora, a Fundação São Paulo - FUNDASP. Sua criação coincide com a consolidação das demais instituições públicas brasileiras. Preza por princípios humanistas e pela qualidade acadêmica, sendo reconhecida por seu compromisso social e pela defesa da democracia, o que chancela sua importância no cenário brasileiro.

Como na totalidade das universidades brasileiras, desde as criações pioneiras na década de 1930, a PUC-SP manteve uma estrutura que se caracterizou, conforme indica o *site* da Universidade (ACI, 2000, sd), como um conglomerado de escolas profissionalizantes e a Faculdade de Filosofia da PUC-SP é um exemplo, pois tinha o objetivo primordial de formar os (as) professores (as) da escola secundária. No final dos anos de 1960, tanto a PUC-SP como as demais universidades brasileiras passam por reformulações que foram aceleradas diante da promulgação da Lei 4024/1961⁵, conhecida como a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

As mudanças se intensificaram com a criação da Universidade de Brasília – UNB, que, de acordo com Fávero (2006, p. 29), surgiu não apenas como a mais moderna universidade do país naquele período, mas como um divisor de águas na história das instituições universitárias, quer por suas finalidades, quer por sua organização institucional.

⁵ Promulgação da Lei 4024/1961, que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, primeiro esboço de referências para um sistema nacional de educação. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html> (acesso em 10.07.2021).

Objetivamente, o governo militar por meio de decretos de leis, iniciou a promoção da reforma universitária e determinava que o ensino e as pesquisas básicas deveriam formar um sistema comum para toda a universidade. Embora abrangesse somente as universidades federais, impulsionou o desenvolvimento da pesquisa na PUC-SP. Conforme esclarece Nagamine (1997), o Decreto-Lei nº 53 de 18 de novembro de 1966 fixava os princípios e as normas de organização

(...) apenas [para] as universidades federais, mas, indiretamente, [para] outras instituições, como a PUC-SP, quando estabelecia prioridade nas subvenções às instituições não federais que adotassem seus princípios na sua organização. (NAGAMINE, 1997, p. 37)

Nos “Anos de Chumbo⁶”, a reforma universitária da PUC-SP “desenvolveu-se equilibrando-se politicamente entre esse projeto [...] do novo governo [...] e os princípios e conceitos colocados em discussão na nossa comunidade universitária”. (NAGAMINE, 1997, p. 42)⁷.

A universidade, no entanto, é um “espaço em que se desenvolve um pensamento teórico-crítico de ideias, opiniões, posicionamentos, como também o encaminhamento de propostas e alternativas para solução dos problemas” (FÁVERO, 2006, p. 16). A vida política e os movimentos estudantis (compostos por alunos e professores) sempre estiveram no bojo das discussões quando se tratava da Universidade em questão, muito especialmente por estarem vinculados à própria história da PUC-SP como desencadeadores de ações que provocaram mudanças dentro dela e no país. Dessa forma, entende-se que resgatar o contexto histórico da PUC-SP não só no âmbito acadêmico como também no político torna-se determinante neste estudo para a compreensão da estruturação desse campo.

Nesse cenário, o movimento estudantil da PUC-SP, ativo contra as imposições do governo e no debate contra o autoritarismo, concebia a reforma universitária como uma alternativa para

a superação da alienação da universidade brasileira em relação aos problemas e aspirações da sociedade, da inadequação dos cursos na formação de profissionais, de seu papel na emancipação do colonialismo cultural, de seu elitismo, da necessidade de ampliação das vagas e

⁶ *Anos de chumbo* é o nome dado ao período que vai da edição do AI-5, durante o governo de Costa e Silva, até o final do Governo Médici, considerado o mais violento de todo o regime militar.

⁷ Cabe lembrar o papel de resistência ao regime militar que a PUC-SP exerceu nesse período, tendo (i) absorvido professores das universidades públicas aposentados de forma arbitrária pelo regime, (ii) defendido de modo incontestado os direitos humanos e (iii) sediado, em 1977, a reunião da SBPC, mesmo com a proibição do então ministro Ney Braga de que ela fosse sediada em qualquer universidade federal, tal como estava programado (PUC-SP, 2021). A importante resistência da PUC-SP redundou na brutal invasão pelas forças policiais comandadas pelo Coronel Erasmo Dias nesse mesmo ano.

extensão do ensino gratuito a todos e, por consequência, da eliminação do problema dos 'excedentes' - vestibulandos que alcançavam a média exigida para o ingresso nas universidades, mas que eram excluídos por ausência de vagas - entre outras questões. (COMISSÃO DA VERDADE, s/d, s/p).

Com isso, um grupo de professores (as) deu início às discussões para elaborar a reforma universitária em atendimento à LDB e aproximação do modelo que superasse os dilemas das universidades brasileiras à época, também, inspirados no Documento de Buga⁸. No entanto, os movimentos de resistência de uma parcela de professores à reforma do governo dentro da PUC-SP se destacavam pois, para esse grupo, ela caracterizaria uma aproximação ao governo. Mas havia consequências importantes para a PUC-SP no caso de não ser realizada a reforma. Nagamine (1977, p. 60) esclarece:

Eram posições politicamente corretas para o momento porque qualquer projeto de reforma poderia fortalecer o governo. Por outro lado, entretanto, institucionalmente, a posição da PUC-SP era muito delicada porque uma desobediência civil, por exemplo, o não cumprimento da Lei nº 5.540⁹, poderia acarretar-lhe uma intervenção.

Mesmo diante desse cenário, o grupo de professores deu prosseguimento às discussões, dando ênfase à formação crítica do aluno como objeto educacional na reformulação dos currículos. A reforma, contudo, esbarrou em outros grandes desafios: “introduzir a pesquisa como atividade essencial e, conseqüentemente, a formação desse pesquisador; e ampliar as vagas na Universidade” (NAGAMINE, 1977, p. 72). Com o amadurecimento das discussões, o grupo divulgou o documento *Estudos Básicos para a reestruturação da PUC-SP* em setembro de 1967.

Estruturalmente, a proposta dos Estudos Básicos era organizar a Universidade em Institutos/ Centros, Faculdades e Órgãos Complementares. Os Institutos e as Faculdades seriam formados por Departamentos, substituindo as cadeiras e/ou cátedras, e inicialmente, seria uma tomada de uma base de estrutura e de organização política da universidade, além de ter como segundo objetivo desenvolver a carreira do magistério por meio dos Departamentos e assumir a responsabilidade de uma formação humanística, capaz de superar os desafios da função da universidade,

⁸ Em 1967, pouco depois do Concílio Vaticano II, o Departamento de Educação do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam) realizou em Buga, na Colômbia, um seminário que produziu um texto sobre a Missão da Universidade Católica na América Latina. O trabalho, conhecido como *Documento de Buga*, defendia explicitamente a autonomia e a democracia na universidade.

⁹ Em 1968, outro Grupo de Trabalho da Reforma Universitária foi criado e as suas conclusões deram origem à Lei no. 5.540, publicada em 28.11.1968, como a Lei da Reforma Universitária. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html> (acesso em 10.07.2021).

priorizando “o ensino profissional e técnico, em detrimento do desenvolvimento da pesquisa e do ensino básicos, indispensáveis à independência tecnológica, cultural e econômica do País” (NAGAMINE, 1997, p. 52). Além disso, a proposta dos Estudos Básicos tinha como principal expectativa que a PUC-SP se consolidasse como Universidade, aderindo ao sistema nacional de educação, que vinculava o segundo grau à graduação e à pós-graduação.

De acordo com relato de Casali (2015) para o relatório da Comissão da Verdade da PUC-SP, o docente declarou que

O Ciclo Básico era um dispositivo da Reforma Universitária implantada pelo regime militar (Lei 5540/68). Mas, na PUC-SP, a Comissão (composta por José Nagamine, Joel Martins, Geraldo Pinheiro Machado e Casemiro dos Reis Filho) encarregada de implantar a Reforma deu-lhe um novo sentido. Referenciada pelo Documento da Conferência Episcopal Latino-Americana intitulado ‘Missão da Universidade Católica na América Latina’ (Bugá, Col., 1967), a Comissão desenhou um projeto dentro de uma visão política democrática de universidade, definindo como sua missão realizar uma universidade de qualidade, adotando um conceito ampliado de formação profissional, com métodos pedagógicos inovadores, com gestão democrática, tendo como apoio dois pólos institucionais de inovação: o Ciclo Básico e a Pós-Graduação. A inovação no Ciclo Básico se mostrava em: trabalho integrado das disciplinas comuns (os professores atuavam em inter-equipes); acompanhamento contínuo e integrado dos alunos (suprimindo o sistema de notas para avaliação); avaliação conjunta e contínua dos alunos, com sentido formativo; apoio na monitoria de alunos dos anos mais avançados; e diversos outros dispositivos pedagógicos inovadores. (COMISSÃO DA VERDADE, PUC-SP, 2015)

O Ciclo Básico tinha em seu quadro cerca de 160 jovens docentes, ativos politicamente e alinhados na superação dos problemas da sociedade, na construção da democracia, os quais tratavam a educação como emancipadora, crítica e fundamental para o futuro do país. O Ciclo Básico foi capaz de atender os desafios do sistema universitário brasileiro à época, além de ter se revelado totalmente inovador por ter abarcado o princípio da indissociabilidade do ensino e da pesquisa que só foram previstos na legislação da reforma do ensino superior a partir de 1966 por meio de decretos e leis.

Dessa forma, a reforma universitária e a criação do grupo de trabalho dos Estudos Básicos denotavam claramente uma tomada de consciência da PUC-SP muito mais ampla, comprometida com a sociedade e com a situação precária das universidades brasileiras.

A pressão social durante a ditadura e a instabilidade de gestão dos governos à época fez a PUC-SP instaurar um espaço de resistência e de denúncia de atos que

não impactavam somente a si própria: ela tinha também a preocupação em atender a pressão social de acesso à educação, de ampliação do número de cientistas que fossem capazes de compor uma força de trabalho para o desenvolvimento do país, como cientistas geradores de conhecimentos de inovação e tecnologia que já se mostrava como uma força produtiva essencial.

Com isso, surgia na PUC-SP a base de sua sustentação política e pedagógica, que se destaca por seu posicionamento teórico-crítico para a solução dos problemas sociais. Essa prática representou a configuração do campo, a disputa pelo controle e pelo protagonismo na luta por aquilo que os agentes queriam defender, além da legitimação da PUC-SP como Universidade, com regras de funcionamento própria e como instituição relativamente autônoma.

2.2 Implementação e consolidação da pesquisa na PUC-SP

Desde sua fundação até o final dos anos 1960, a PUC-SP foi fortemente subvencionada pelo Governo Federal, dado seu caráter comunitário. Desde a reforma universitária, os recursos tornaram-se escassos e a fonte de financiamento restringiu-se às mensalidades pagas pelos alunos. Contudo, após a reabertura política, as agências de financiamento público retomaram a parceria com as universidades comunitárias, o que garantiu fontes complementares de investimento em pesquisa. (NAGAMINE, 1997).

Do processo de democratização da sua estrutura - cujo marco inicial foi a nomeação, em 1975, da Profa. Nadir Gouvêa Kfoury como Reitora da Universidade, por meio de indicação efetivada por votação dos três segmentos acadêmicos (professores (as), alunos (as) e funcionários (as)) - à incorporação da pesquisa como atividade essencial foi um longo processo que a tornou uma das mais qualificadas universidades privadas do país.

Essa situação demandou que houvesse a reestruturação da carreira do magistério, englobando a instalação dos regimes de trabalho de tempo integral e parcial, em substituição ao regime de hora/aula vigente (NAGAMINE, 1997). Outras mudanças decorreram da promulgação da Deliberação 65 de 1978, que instituiu

o princípio do exercício concomitante da docência e pelo menos mais uma das seguintes atividades: acadêmico - administrativa, pedagógica, orientação de tese, pesquisa, supervisão de estágio, atendimento psicológico, médico ou de enfermagem nos hospitais ou clínicas, ou outras

modalidades de atendimento. Outro princípio foi o de reservar, em cada modalidade, parte do contrato para estudos pessoais, capacitação, preparação e correção de trabalhos de aula, reuniões etc. (NAGAMINE, 1997, p. 124).

Além de substituir definitivamente o regime de hora-aula por tempo integral e parcial, como condição no processo de implementação da reforma universitária, por meio da publicação da Deliberação 65/78, a atividade da pesquisa foi prevista no artigo 7º, tendo sido observado que as atividades de pesquisa estariam vinculadas às atividades docentes de modo que a dedicação ao ensino e à pesquisa constituiria uma unidade contratual.

Além disso, a PUC-SP criou um fundo para fomentar e financiar a pesquisa na Universidade, por meio da Resolução 69/78 de 24.07.1978, algo bastante inovador para o momento e uma tentativa de criação de uma política de pesquisa:

Esse fundo era formado com recursos provenientes do Vestibular, num percentual correspondente a 25% da sua receita bruta, com saldos de convênios para pesquisa, doações e outros. Posteriormente, foi transformado no Fundo de Apoio à Pesquisa (FAP) com percentual fixo sobre rubricas do orçamento (Deliberações do CONSUN 101/84 e 110/85). O FAP passou então a constituir o principal órgão financiador interno do Programa de Capacitação Docente, por meio da concessão de bolsas-pesquisa a professores da Universidade com projeto de pesquisa para o mestrado ou doutorado e a professores doutores também com projetos, além da concessão de auxílios para participação em congressos e seminários científicos e outros auxílios. (NAGAMINE, 1997, p. 134).

Esse FAP teve, portanto, impacto na qualidade da formação dos alunos, uma vez que a atividade de pesquisa propicia a atualização do ensino e cria condições institucionais favoráveis para a permanente profissionalização do (a) docente. Essa ação também consolidou a PUC-SP como Universidade de ensino e de pesquisa, com uma estrutura planejada, após o processo de reforma e de democratização da universidade.

O Fundo de Pesquisa, também, visava às produções acadêmicas em diversas áreas do conhecimento e foi objeto de matérias e reportagens do jornal *Porandubas*, veículo informativo para a comunidade puquiana de 1977 a 1988.

Em 1977, por exemplo, em seu segundo número (PORANDUBAS, PUC-SP, 2020), numa reportagem foi divulgado que 54 (cinquenta e quatro) docentes da casa haviam pesquisado o Ciclo Básico, iniciativa pioneira da Universidade sobre organização curricular cujas disciplinas eram oferecidas a todos os cursos de

graduação por ela mantidos, por considerá-lo como expressão do estímulo que a PUC-SP deu aos processos de formação dos docentes.

Ainda no mesmo ano, no número 4, o jornal divulgou que somente no mês de agosto seriam defendidas quatro dissertações de mestrado em Serviço Social e duas em Linguística. Publicou também, nessa edição, carta em que o coordenador do Programa de Estudos Pós-graduados em Filosofia da Educação da PUC-SP, Geraldo Tonaco, fez reflexões críticas sobre as dificuldades identificadas na pós-graduação não só em relação às questões internas, mas também quanto ao financiamento da pesquisa no Brasil. (PORANDUBAS, PUC-SP, 2020).

Em 1983, no número 75, o *Grupo de Trabalho sobre o Menor*, existente na época, escreveu um artigo no qual tratou da importância e da necessidade de se estabelecerem formas mais qualificadas, por meio do rigor científico, de relacionar prestação de serviços com pesquisa. (PORANDUBAS, PUC-SP, 2020).

No entanto, com o decorrer dos anos, esse formato do fundo de apoio à pesquisa foi se mostrando insuficiente pois, ainda com base em reportagem desse jornal, número 149, pode-se constatar que a Vice-Reitora Acadêmica, Profa. Anna Maria Marques Cintra, em 1988, ao debater sobre o Relatório da Reitoria 1984-1988, apresentado para a Universidade, fazendo referências à discussão crítica desencadeada no Conselho de Ensino e Pesquisa (CEPE) sobre as horas-pesquisa, afirmava que

[...] depois de um estudo dedicado da Comissão, concluiu-se que não havia condições de propor alguma coisa objetiva, porque as diferenças entre as unidades afloraram e não havia consenso nas propostas. O que nós decidimos, então, foi fazer uma proposta parcial que melhorasse, pelo menos, de alguma forma, a condição de trabalho do professor em tempo integral e de carreira. (PORANDUBAS, PUC-SP, 2020)

Conforme ponderou Nagamine (1997, p. 124), a reserva de horas contratuais para atividades pessoais de desenvolvimento profissional “nem sempre tem sido bem entendida por docentes e dirigentes que, muitas vezes, se esquecem da vinculação contratual; ela sequer é administrada e, principalmente, avaliada pelos departamentos”. Nesse contexto, é possível compreender um comportamento corporativo, que é importante destacar na construção do campo: todos os agentes buscaram a titulação, mas por vezes não quiseram assumir compromissos com o novo contrato de trabalho, que previa um princípio da docência no âmbito do ensino e mais uma atividade, seja administrativa, pedagógica, orientação, pesquisa, supervisão de

estágio e atendimentos em clínicas ou hospitais. Por conseguinte, os agentes confundiram a carreira docente com salário.

Essa política, ainda que reconhecida como importante pelos gestores, não representava sistematicamente algo organizado, com objetivos e metas que pudessem mapear seus resultados, além de não estar prevista no orçamento da Universidade. Com isso, observava-se, uma ausência de regularidade na distribuição dos benefícios bem como na avaliação de mérito tanto no momento da concessão quanto na fase de avaliação de seus resultados, conforme constatamos no documento de apresentação da proposta do PIPEq enviada ao CONSAD (ANDERY, 2014, p.01).

Com a discussão da reforma do estatuto, em 2009, a PUC-SP cria a Coordenação de Pesquisa, por meio do Ato nº 159/2009, e a reitoria nomeia o seu coordenador, depois de aprovada a indicação do nome do docente pelo CEPE. No entanto, ainda que responsável pela constituição e organização da unidade acadêmica, a coordenação de pesquisa não conseguiu superar os desafios de se fazer pesquisa na Universidade, com previsão orçamentária e acompanhamento sistemático de seus resultados.

As críticas a esse tipo de incentivo foram se acumulando, mas, somente em 2015, na perspectiva de superar essas insuficiências e, também, procurando se alinhar aos critérios de avaliação externa da pós-graduação, a PUC-SP teve aprovada a nova proposta de incentivo à pesquisa, o PIPEq.

Em 2014, quando o projeto do PIPEq foi concebido pela então Pró-Reitora de Pós-Graduação, Profa. Dra. Maria Amalia Pie Abib Andery, as políticas de pesquisa na PUC-SP englobavam, (i) as “horas-pesquisa” (bolsas para projetos de pesquisas de docentes), (ii) o PIBIC para alunos de graduação; (iii) a bolsa dissídio para docentes e funcionários que desejassem cursar graduação ou pós-graduação.

Com exceção do PIBIC e da bolsa dissídio destinada aos (as) docentes e funcionários (as), o novo plano PIPEq substituiu as horas-pesquisa, após análise e aprovação por todas as instâncias acadêmicas, e foi implementado a partir de 2015.

Cabe destacar que essa alteração vivida pela PUC-SP não é algo pontual, mas expressão das políticas institucionais de um cenário mais amplo e internacional. Segundo afirma Balbachevsky (2017, p. 84), as grandes universidades em diversos países têm sofrido profundas mudanças nas últimas três décadas. Ela detalha:

Essas mudanças focam o modelo de governança das universidades e têm como objetivo redefinir a autonomia universitária como autonomia organizacional. Isto é, elas buscaram dotar a universidade de algumas das características centrais que definem uma organização: uma identidade específica, acompanhada de maior controle sobre os recursos à sua disposição; a construção e reforço de hierarquias internas, visando aumentar a coordenação das ações dos múltiplos atores internos; e a adoção de uma racionalidade própria, capaz de assegurar intencionalidade nas suas decisões, reforçada pela identificação de objetivos definidos, como a missão específica da organização, e que devem ser compartilhados por todas as suas subunidades, orientando e articulando as decisões tomadas no interior da organização. (BALBACHEVSKY, 2017, p. 84)

Considerando as influências desse panorama externo, o financiamento institucional concentrado em poucos projetos, e tendo em vista as dificuldades financeiras advindas da redução do financiamento público à PUC-SP, a primeira característica do novo programa de incentivo à pesquisa foi a manutenção do valor total do investimento financeiro daquele praticado nas horas-pesquisa do orçamento institucional do ano anterior, sob a justificativa de que

os indicadores de pesquisa da Universidade não melhoraram nos últimos quatro anos e a modalidade, tal como foi concebida, atendeu apenas uma pequena parcela do corpo docente - com a concessão de incentivo a pouco mais de 150 projetos nos últimos dez anos (muitos deles com prorrogações) sem resultados expressivos ou patentes. (ANDERY, 2014, p. 2)

A baixa participação docente contrastava com o contrato de trabalho dos (as) professores (as), já que, dos cerca de 1.500¹⁰ contratados, mais de 950 eram doutores com dedicação exclusiva à instituição ou possuíam contrato igual ou superior a 30 horas semanais, ou seja, tratava-se de um contingente significativo de docentes com um perfil propício para a realização de pesquisa e divulgação de suas produções.

Na proposta, a autora defendeu que, para a implementação do PIPEq, três pressupostos condicionantes estariam presentes: (a) diversificação nas formas de apoio; (b) atendimento de maior número de docentes; (c) apoio a projetos de qualidade e com previsão de resultados qualificados, desenvolvimento tecnológico, ampliação de redes de pesquisa, indicadores de internacionalização e qualificação e/ou capacitação do corpo docente para a pesquisa. Para tanto, segundo Wang (2019, p. 2), “está previsto no PIPEq investir gradativamente entre 1% e 3% da receita líquida da PUC-SP, dependendo da avaliação sistemática dos resultados apresentados”.

Segundo sua proponente, a finalidade primordial do PIPEq é aprimorar e incrementar o desempenho institucional em pesquisa por meio de editais públicos que

¹⁰ Dados de Andery (2014) com base na situação contratual de outubro de 2013 da instituição.

contemplem vários aspectos, tipos, etapas e modos de pesquisa, fundamentado nos seguintes princípios:

- a) a Universidade deve prever diferentes formas de fomento à pesquisa;
- b) as despesas de custeio com pesquisadores não deveriam fazer parte do plano, uma vez que é voltado para docentes contratados da casa;
- c) os auxílios devem ser solicitados pelo docente responsável pelo projeto de pesquisa que será apoiado;
- d) os auxílios devem privilegiar docentes com titulação de doutor e contrato indeterminado de pelo menos 20 horas com a Universidade;
- e) o mérito das propostas e a sua adequação às normas vigentes e às possibilidades orçamentárias são os aspectos em que a concessão dos auxílios deverá estar embasada;
- f) a concessão do benefício dependerá da apresentação da documentação nos termos e prazos previstos em cada modalidade;
- g) a concessão do benefício implicará a obrigação de prestação de contas por parte do docente solicitante, nos termos previstos de cada modalidade. (ANDERY, 2014, p. 1)

Em sua primeira edição, ocorrida em 2015, foram publicados 10 (dez) editais para concessão de auxílios, acrescidos de outros nos anos posteriores, chegando a 19 (dezenove) em 2020, assim distribuídos:

Tabela 2.1. Editais publicados (2015-2020)

ANO	Quantidade	Modalidades	
2015	10	1) Auxílio núcleo/grupo de pesquisa	6) Estágio no exterior de curta duração
		2) Auxílio individual	7) Publicação de artigos
		3) Capacitação docente	8) Publicação de livros
		4) Congresso internacional	9) Publicação de periódicos
		5) Congresso nacional	10) Reserva técnica
2016	11	Todas as anteriores + 11) Projetos temáticos	
2017	13	Todas as anteriores + 12) Pesquisa aplicada à docência	
2018	13	Todas as anteriores + 13) Projetos de extensão	
2020	19	Todas as anteriores + 14) Apoio para publicação de artigos, 15) Demanda institucional, 16) Congressos online, 17) Projetos de internacionalização para a graduação, 18) Projetos de internacionalização para a pós-graduação e 19) Produção técnica.	

Fonte: Assessoria de Pesquisa da PUC-SP, dados organizados pela autora

Essas modalidades, assim caracterizadas, compuseram o núcleo central dos editais publicados anualmente (vide exemplo de edital no Anexo I).

O objetivo para a implementação desse plano corresponde ao que Balbachevsky (2011, p. 507) defende sobre processos de governança que conduzam “à reforma das instituições acadêmicas e produzam mudanças na estrutura de

recompensas da profissão acadêmica”, os quais constituir-se-ão como “elementos centrais para o sucesso de longo prazo dessas reformas”.

O conceito de governança da autora retrata bem o momento atual da universidade com um grau maior de concentração de autoridade e autonomia na gestão. Isso porque propicia a potencialização de uma elite acadêmica por meio de uma agenda estratégica sistemática e de interesse da instituição, e que pode ser conferida por meio dos resultados após sua implementação.

Neste capítulo, apresentamos o contexto histórico da PUC-SP, destacando a ênfase que a universidade deu para a pesquisa com a reforma da universidade, na concepção do Ciclo Básico, na carreira docente e, posteriormente, na implementação do Fundo de Apoio à Pesquisa (FAP) e da Coordenação de Pesquisa. No entanto, as políticas não foram consolidadas, seja pelas incertezas e dificuldades das políticas externas, seja por fatores internos. Foi nesse contexto que a Pró-Reitora de Pós-Graduação concebeu o PIPEq.

No capítulo seguinte, são apresentados e analisados os dados dos benefícios concedidos no âmbito do PIPEq bem como os efeitos da implementação do programa na produção/ divulgação de pesquisas, sobre os(as) docentes e nas instâncias acadêmicas da Universidade.

CAPÍTULO 3

PIPEq e as demandas por recursos: diagnóstico

Inicia-se este capítulo pela apresentação do PIPEq, seguida da exposição dos procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa. Posteriormente, apresenta-se o diagnóstico dos benefícios concedidos no período de 2015-2020 e uma comparação por meio de indicadores bibliométricos no período de 2010-2020, cumprindo com a finalidade de apontar os resultados após a implementação da política.

Como já dito, o PIPEq foi criado para oferecer apoio financeiro a diversificadas atividades relacionadas diretamente à pesquisa, por meio de editais públicos, a fim de contemplar o maior número possível de pesquisadores e, desse modo, ampliar substancialmente o número de beneficiados em comparação com os que usufruíam da Bolsa “Pesquisa-Doutor” oferecida até 2014 aos (as) docentes.

O programa é considerado uma espécie de miniagência própria de fomento à pesquisa e foi criado para influenciar diretamente a quantidade e a qualidade da produção intelectual dos (as) docentes da casa e, em última instância, dos discentes, desde que a solicitação seja realizada pelo docente e em determinadas modalidades.

Ademais, o plano possui duas linhas de atuação, quais sejam: (i) editais de pesquisas em execução, que compreendem a concessão de auxílios para aquisição e/ou contratação de serviços essenciais para realização das pesquisas pelos (as) docentes e (ii) editais de resultados de pesquisas, que compreendem a concessão de auxílios para os (as) docentes divulgarem os resultados de suas pesquisas. No quadro 3.1, estão relacionadas as modalidades do PIPEq e suas linhas de atuação:

Quadro 3.1 - Modalidades do PIPEq

EXECUÇÃO (A)	Apoio Técnico - APOTEC
	Auxílio Núcleo/Grupo - AuxGP
	Auxílio Pesq. Individual - AuxInd
	Demanda Institucional - DI
	Capacitação Docente - CDR
	Estágio no Exterior de Curta Duração - PEXT
	Projetos Temáticos - PTP
	Pesquisa Aplicada à Docência - PIPAD
	Projetos de Extensão - PIPEXT
	Projetos de Internacionalização da Graduação - PIPRINT G
	Projetos de Internacionalização da Pós-Graduação - PIPRINT PG
	Reserva Técnica - RT
RESULTADOS (B)	Congresso Internacional - CINT
	Congresso Nacional - CNAC
	Congresso <i>Online</i> - CONLI
	Publicação de Artigos - PubArt
	Publicação de Livros - PubLivros
	Produção Técnica - ProTec
	Publicação de Periódicos - PubPer

Fonte: Assessoria de Pesquisa da PUC-SP (dados organizados pela autora)

Compreende-se, desse modo, que os editais vinculados à execução são as primeiras modalidades pela qual o docente deve optar. Por exemplo, a modalidade de capacitação docente é destinada ao docente que deseja concluir sua formação; posteriormente, ele pode solicitar o benefício da modalidade de auxílio individual para dar continuidade às suas pesquisas, ao mesmo tempo em que pode participar de congressos e publicar artigos apresentando os resultados de suas pesquisas.

A segunda de pesquisas mais arrojadas, disponível nas modalidades de execução de pesquisa amplia a possibilidade de o docente solicitar, por exemplo, o benefício da modalidade de estágio no exterior de curta duração e de auxílio a grupo/núcleo de pesquisa para consolidação da sua própria rede de pesquisa.

3.1 Procedimentos metodológicos

A coleta dos dados dos financiamentos aprovados e implementados nas distintas modalidades em cada um dos editais do período (2015 a 2020) foi realizada por meio das informações disponíveis na Plataforma Fluig¹¹, ferramenta digital utilizada pela PUC-SP, que concentra todas as informações para solicitação, acompanhamento e prestação de contas dos recursos disponíveis no caso do PIPEq.

Na plataforma, é possível acompanhar as inscrições e a distribuição da avaliação que é encaminhada para pareceristas *ad hoc* da Universidade. Posteriormente, todos os resultados são avaliados e homologados pelo Grupo Técnico do PIPEq composto por 6 (seis) docentes e um (a) representante jurídico (a) da FUNDASP. O andamento dos processos de financiamento e as devolutivas de prestação de contas financeira e acadêmica, bem como os relatórios e as produções/ os produtos oriundos dos financiamentos também são encaminhados para avaliação de um parecer final.

Para a realização deste estudo, foram considerados os editais publicados todos os anos desde 2015¹², o que exclui a modalidade Projetos Temáticos, cujo edital foi publicado duas vezes (2016 e 2020), e demais editais publicados em 2020, a saber: Apoio para Publicação de Artigos, Demanda Institucional, Congresso *Online*, Projetos de Internacionalização para a Graduação, Projetos de Internacionalização para a Pós-Graduação e Produção Técnica.

A seguir, apresentam-se os objetivos de cada uma das modalidades a serem analisadas na pesquisa:

- (1) auxílio a núcleos/ grupos de pesquisa (AuxGP):** prevê o financiamento para grupos de pesquisa, valorizando o trabalho coletivo. Atende a núcleos de pesquisa em PEPGs e grupos de pesquisa certificados pela Universidade e cadastrados no CNPq. A produção desses núcleos/ grupos envolve aquisição de equipamentos, materiais, prestação de serviços etc.;
- (2) auxílio a pesquisador individual (AuxInd):** apoia o pesquisador, garantindo a aquisição de equipamentos básicos para a pesquisa. Inclui também a

¹¹ Os dados não são públicos, e foram disponibilizados pela Assessoria de Pesquisa mediante autorização da reitoria da Universidade.

¹² Compreendemos que a produção de conhecimento é a base de sustentação de todas as atividades da Universidade, devendo estar articulada tanto com as atividades de ensino como de extensão. No entanto, neste trabalho os editais que contemplam atividades de ensino e extensão foram excluídos em razão de terem sido publicados após 2017.

contratação de serviços de terceiros (por exemplo, para transcrição de materiais de coleta de dados);

(3) capacitação docente (CDR): trata de incentivar a titulação de doutorado para os docentes que ainda não a possuem, com a concessão de recursos para a fase final de preparação da tese (nos doze meses finais do doutorado);

(4) estágio de curta duração no exterior (PEXT): fomenta a participação de docentes em redes de pesquisa internacionais. Viabiliza tanto a visita de docentes em universidades e centros de pesquisa no exterior quanto estágios de pesquisa de curta duração, contribuindo para a internacionalização da Universidade;

(5) reserva técnica (RT): um dos objetivos do PIPEq é incrementar o acesso de docentes da Universidade às agências de fomento como forma de incentivar e apoiar as iniciativas de sucesso para obtenção de fomento para a pesquisa, que representam uma avaliação externa e qualificada positiva, além de trazerem recursos para a Universidade. Por seu intermédio, a PUC-SP concede o equivalente a até 10% do fomento obtido por docentes junto a agências de fomento, nos limites estabelecidos, como contrapartida pelo empenho do (a) pesquisador (a);

(6) e (7) participação em congressos internacionais e nacionais (CINT e CNAC): configura-se como apoio aos docentes para a participação em eventos, com apresentação de trabalhos já aprovados pelo comitê/ comissão científica do próprio evento. No caso, o evento deve ser organizado por entidades reconhecidas cientificamente na própria área. Para serem financiados, esses podem ocorrer fora do país ou fora da cidade de São Paulo;

(8) publicação de artigos (PubArt): considerada um dos mais importantes indicadores de produtividade científica, tem por objetivo ampliar a quantidade e a qualidade das publicações de docentes - professores(as)/ autores(as) da PUC-SP - em periódicos científicos qualificados, segundo o *Qualis* em vigor, e incentivar publicações de docentes da PUC-SP em periódicos científicos ou acadêmicos qualificados;

(9) publicação de livros (PubLivros): essa modalidade foi criada para atender à demanda de publicação de livros de professores da instituição. Para tanto, é necessário que o material atenda aos seguintes critérios: (a) 50% dos capítulos do livro sejam de autoria de docente da casa, ainda que em coautoria com ex-alunos formados recentemente ou alunos ou outros docentes externos ou não; (b) haja, preferencialmente, mais de um departamento, curso de graduação ou

Programa de Estudos Pós-Graduados envolvidos; (c) tenha mais de um docente da PUC-SP como autor.

(10) publicação de periódicos (PubPer): modalidade que dá incentivo ao (à) docente que é editor (a), com o intuito de valorizar a construção de uma comunidade que tem o poder de avaliação do trabalho, e faz apoiando as publicações eletrônicas de periódicos de natureza científica e acadêmica, vinculados à PUC-SP por meio do Portal de Periódicos da Universidade, que possuem avaliação no sistema QUALIS/ CAPES.

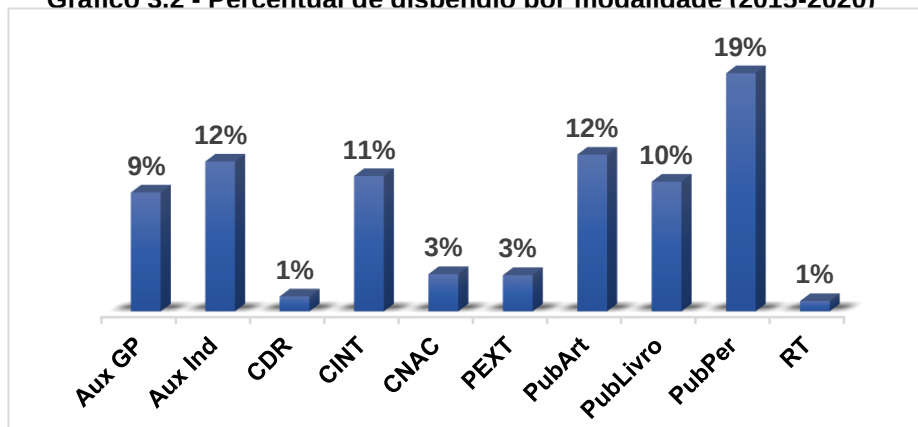
Para submissão das solicitações existem critérios definidos nos editais. Dos 10 (dez) editais analisados, 9 (nove) exigem que os proponentes tenham titulação de doutor e contrato de trabalho por tempo indeterminado. Já o edital que trata da modalidade de capacitação docente exige titulação de mestre, além do contrato de trabalho por tempo indeterminado. E com exceção do edital de publicação de artigos, todos os demais exigem carga horária de trabalho de, no mínimo, 20 horas semanais. Esse critério é importante, pois a Universidade concebe a contratação docente por tempo parcial (TP 10 a TP 30) e tempo integral (TI 40), com previsão de tempo de trabalho para atividades de ensino, institucional e dedicação à pesquisa e extensão.

3.2 Apresentação dos dados

No período entre 2015 e 2020, o número de inscrições submetidas nas 10 (dez) modalidades analisadas foi 2401 (duas mil quatrocentos e um), das quais 1721 (mil, setecentos e vinte um) foram aprovadas. Com isso, os editais atenderam 72% da demanda. Os recursos¹³ distribuídos em 2015 atingiram 71% do orçamento destinado a todos os editais publicados, 74% em 2016, 73% em 2017, 83% em 2018, 86% em 2019 e 88% em 2020. Das 10 (dez) modalidades analisadas, o valor do orçamento destinado foi de 81% do total, conforme apresentado no gráfico 3.2:

¹³ Não foram contabilizados os recursos dispendidos dos 9 (nove) editais que não fizeram parte da presente pesquisa.

Gráfico 3.2 - Percentual de dispêndio por modalidade (2015-2020)



Fonte: Assessoria de Pesquisa da PUC-SP (dados organizados pela autora)

A modalidade com maior percentual de dispêndio foi a de publicação de periódicos com 19%, prevendo o pagamento de até R\$ 12.000,00 (doze mil reais)¹⁴. As duas modalidades com segundo maior percentual (12%) foram a de auxílio individual, que prevê o pagamento de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), seguida da modalidade de publicação de artigos, que prevê o pagamento de valores que vão de R\$ 900,00 (novecentos reais) a R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais), dependendo da classificação *Qualis* (A1, A2 e B1) do periódico em que o artigo foi publicado. A modalidade de congresso internacional foi responsável por 11%, e prevê o pagamento de 2.750,00 (dois mil, setecentos e cinquenta reais), seguida da modalidade de publicação de livros com 10%, que prevê o pagamento de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), e por fim a modalidade de auxílio a grupo de pesquisa com 9%, que prevê o pagamento de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

As modalidades com menores percentuais de dispêndio foram congresso nacional (3%), que prevê o pagamento de R\$ 1.650,00 (um mil, seiscentos e cinquenta reais); estágio de curta duração no exterior, que prevê o valor de até R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais); capacitação docente com 1%, pagamento fixo de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) e reserva técnica com 1%, que prevê o pagamento de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Os dados dos (as) docentes beneficiados pelas 10 (dez) modalidades do PIPEq foram coletados e disponibilizados pela Assessoria de Pesquisa da Reitoria da PUC-SP. Posteriormente, foram agrupados em uma planilha de *Excel* e exportados para o software estatístico *Sphinx iQ2*, tratamento que possibilitou organizar tais informações

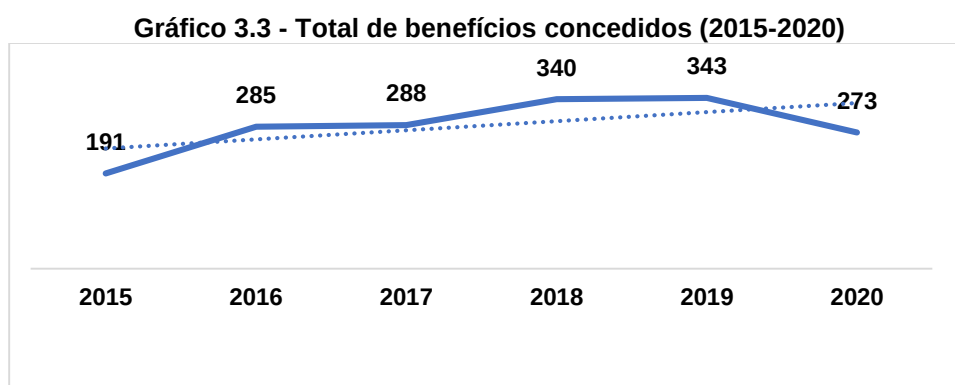
¹⁴ A título de referência, no ano de 2020 o salário-mínimo era de R\$ 1.100,00.

em tabelas e gráficos, que permitiram a análise das tendências de pesquisa expressas pelos quatro descritores abaixo:

- i. curso;
- ii. faculdade;
- iii. área de conhecimento;
- iv. nível de inserção do pesquisador/ docente.

Por fim, a construção de tabelas possibilitou a análise sobre como se situam as lutas pela busca de reconhecimento acadêmico, mesmo que implícitas, entre os (as) docentes em geral, assim como entre as instâncias acadêmicas intra-áreas (cursos e faculdades) e inter-áreas, como expressão localizada dos efeitos de políticas de financiamento sobre a produção de pesquisa no ensino superior.

Inicialmente, são apresentadas as concessões gerais durante o período de 2015 a 2020 (gráfico 3.3) e por modalidade (tabela 3.1) Na sequência, adotaremos as abreviaturas das modalidades. Posteriormente, apresentam-se os dados de inserção dos (as) docentes beneficiados (as) e os benefícios concedidos por faculdade e, por fim, os benefícios concedidos por área de conhecimento usando como referência o que determina o CNPq.



Fonte: Assessoria de Pesquisa da PUC-SP (dados organizados pela autora)

Em relação ao gráfico 3.3, destaca-se que, embora ele demonstre aumento no número de concessões, há uma queda nas concessões no ano de 2020 que se deve a não-oferta das modalidades congresso internacional, congresso nacional e estágio de curta duração no exterior, uma vez que as atividades presenciais foram suspensas devido à pandemia de COVID-19.

Na tabela 3.1, apresenta-se o total dos benefícios concedidos por ano e por modalidade. Durante o período, é possível observar aumento significativo no número

geral das concessões, com destaque para a modalidade de publicação de artigos, com maiores concessões nos anos de 2016, 2018 e 2020.

Tabela 3.1 - Dados dos benefícios concedidos por ano/ modalidade

ANO	2015	2016	2017	2018	2019	2020	TOTAL
MODALIDADE	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº	Nº
AuxInd	5	29	22	33	52	37	178
AuxGP	5	16	8	19	16	12	76
CDR	4	1	0	3	2	1	11
CINT	44	67	80	73	76	0	341
CNAC	14	20	35	34	47	0	150
PEXT	5	11	7	8	8	0	39
PubArt	81	100	88	118	87	174	648
PubLivro	16	16	21	29	30	25	137
PubPer	16	22	24	21	22	23	128
RT	1	3	3	2	3	1	13
Total	191	285	288	340	343	273	1721

Fonte: Assessoria de Pesquisa da PUC-SP (dados organizados pela autora)

3.2.1 Concessões por modalidades

Até 2013, a avaliação da pós-graduação realizada pela CAPES ocorria trienalmente. Com isso, os resultados para esta pesquisa foram colhidos durante o período de 2013-2016. A partir de 2016, a avaliação passou a ser quadrienal (período 2017-2020)¹⁵. Portanto, compreende-se que, nos anos de 2016 e 2020, a modalidade de publicação de artigos tem mais demanda (tabela 3.1) em decorrência de os (as) docentes terem de prestar contas à CAPES sobre a produção científica/ intelectual, critério imprescindível na avaliação dos PEPGs.

O processo de avaliação dos PEPGs é acompanhado anualmente por meio do preenchimento dos formulários disponibilizados pela ferramenta da CAPES, a Plataforma Sucupira, e pela Avaliação Quadrienal, realizada pela CAPES. Assim, todos os PEPGs que integram o Sistema Nacional de Pós-Graduação devem estar de acordo com os requisitos da agência. Cabe destacar que os resultados do processo de avaliação da CAPES são divulgados pela agência, e são atribuídas notas para

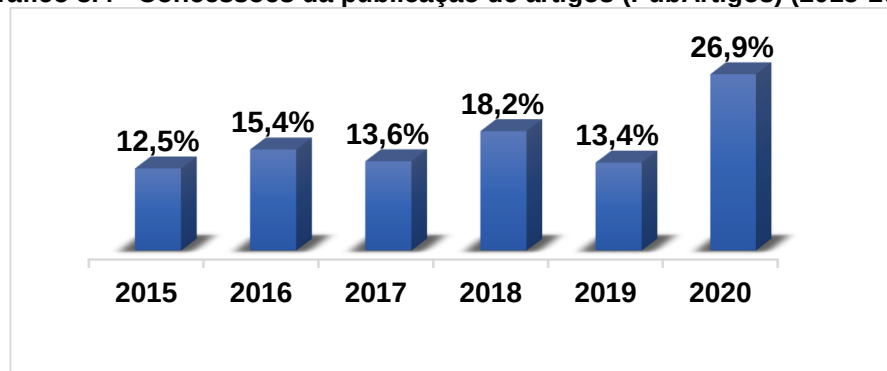
¹⁵ As avaliações do Quadriênio 2017-2020 estavam em fase de análise no momento de conclusão dessa pesquisa.

cada PEPG, seguindo uma sistemática e um conjunto de quesitos básicos estabelecidos pelo Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES).

O roteiro da avaliação dos PEPGs contempla cinco itens, sendo eles: (1) proposta do programa, (2) corpo docente, (3) corpo discente, (4) teses e dissertações, (5) inserção social e (6) produção intelectual. O peso da nota de cada item varia de acordo com cada área de conhecimento.

Abaixo, apresenta-se em % (porcentagem) as concessões por modalidade, iniciando pela publicação de artigos, que abrange um dos requisitos da produção intelectual, e é para todas as áreas de conhecimento o requisito com maior peso na avaliação.

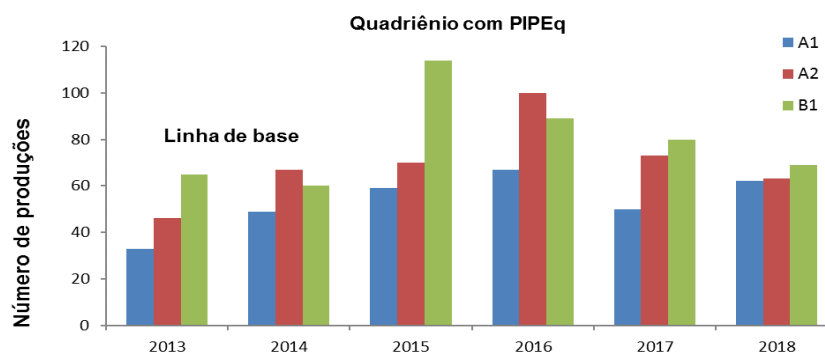
Gráfico 3.4 - Concessões da publicação de artigos (PubArtigos) (2015-2020)



Fonte: Assessoria de Pesquisa da PUC-SP (dados organizados pela autora)

De acordo com os resultados da pesquisa realizada por Wang (2019, p. 34), a produção de artigo A1 e A2 cresceu, ainda que de forma moderada, em todos os anos. Destaca-se principalmente o aumento da produção de A2, B1 em 2015, 2016 e 2017, conforme gráfico 3.5, a seguir:

Gráfico 3.5 - Publicações de artigos (PubArtigos) em periódicos A1, A2 e B 1 (2015-2020)



Número de produções Qualis A1, A2 e B1 dos autores beneficiados com uma ou mais modalidade(s) do PIPEq antes do início do Plano (2013 e 2014) e no primeiro quadriênio da distribuição do benefício.

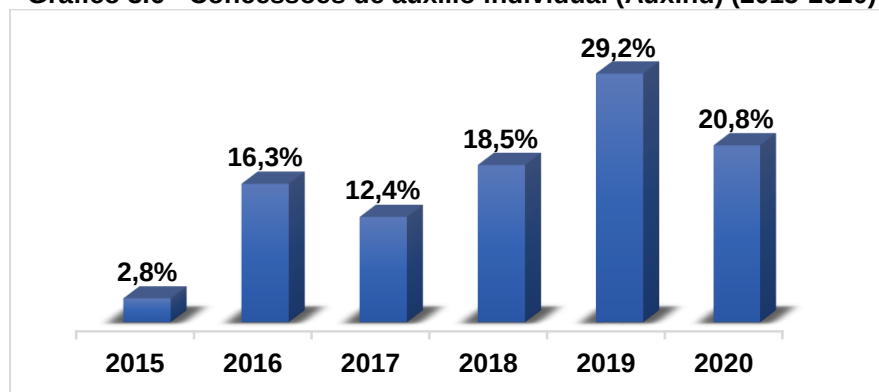
Fonte: Wang (2019, p. 33).

O aumento das publicações de artigo pode ser resultado da pressão exercida pela avaliação da CAPES, o que explica a redução de solicitações em 2018 (gráfico 3.5, cujos dados referem-se aos beneficiários de todas as modalidades do PIPEq que publicaram artigos no período), visto que se trata do primeiro ano do quadriênio seguinte de avaliação e que, em geral, há um interstício entre o envio dos originais para as revistas e sua publicação, bem como resultado da implementação do PIPEq, e o incremento financeiro destinado aos(as) docentes se soma à necessidade de produção.

O aumento do número de artigos publicados, portanto, pode ser claramente explicado, nos termos de Bourdieu (2004, p. 21), como consequência da perspectiva da institucionalização da pesquisa na Universidade e de sua autonomia em relação às pressões externas. Os mecanismos da construção da Ciência estão baseados na construção do campo e, nessa construção, é de conhecimento dos agentes que ocupam esse espaço a importância da publicação de artigos, pois confere um poder calcado na qualidade intrínseca da produção científica e no reconhecimento por seus pares.

A maioria das modalidades teve crescimento no número de concessões no decorrer dos anos, conforme ilustrado no gráfico 3.6:

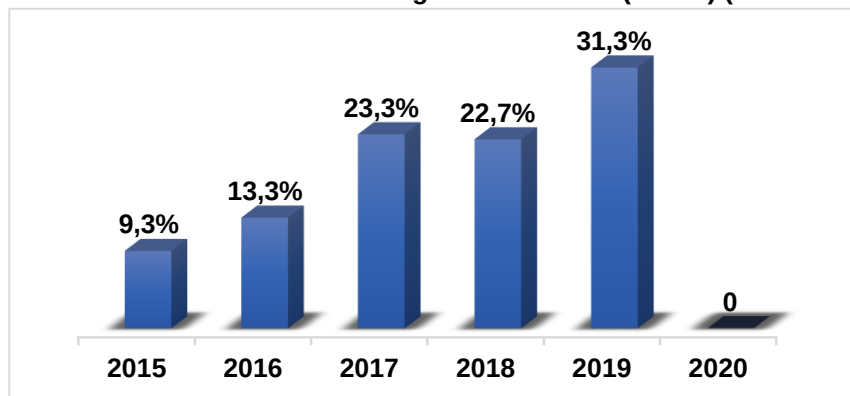
Gráfico 3.6 - Concessões de auxílio individual (AuxInd) (2015-2020)



Fonte: Assessoria de Pesquisa da PUC-SP (dados organizados pela autora)

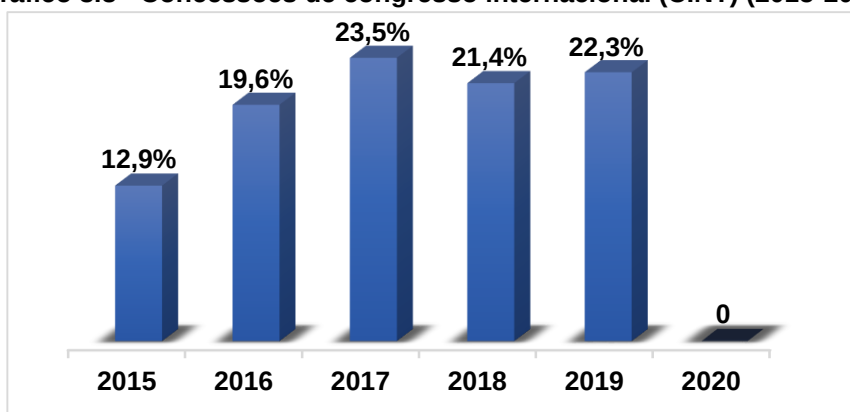
No mesmo sentido, os três gráficos a seguir (3.7 a 3.9) demonstram os fluxos contínuos com boas projeções de crescimento das solicitações nas modalidades congresso nacional, congresso internacional e publicação de livros:

Gráfico 3.7 - Concessões de congresso nacional (CNAC) (2015-2020)



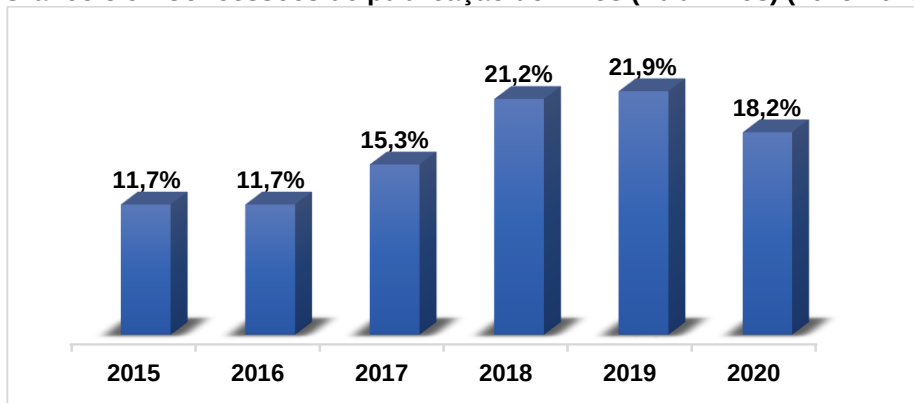
Fonte: Assessoria de Pesquisa da PUC-SP (dados organizados pela autora)

Gráfico 3.8 - Concessões de congresso internacional (CINT) (2015-2020)



Fonte: Assessoria de Pesquisa da PUC-SP (dados organizados pela autora)

Gráfico 3.9 - Concessões de publicação de livros (PubLivros) (2015-2020)

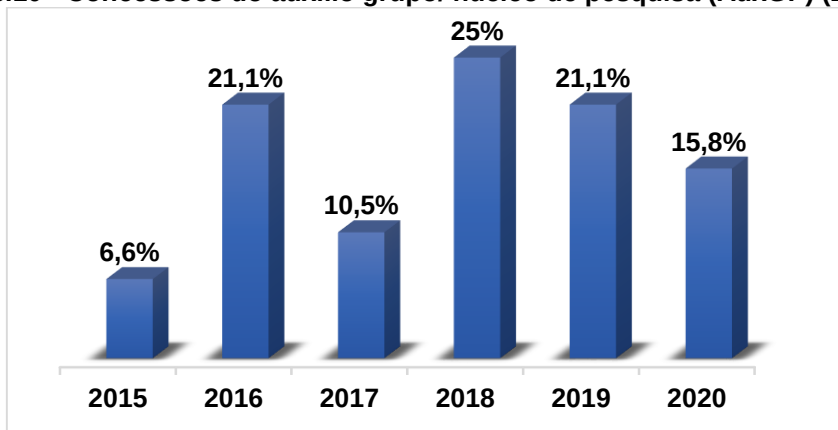


Fonte: Assessoria de Pesquisa da PUC-SP (dados organizados pela autora)

Analisando comparativamente os gráficos 3.6 a 3.9, a hipótese sobre o efeito positivo do PIPEq em relação ao investimento docente na organização de pesquisas parece ser corroborada. Ressalte-se que 2020 foi um ano atípico, com a suspensão ou a dificuldade de empreender pesquisas - sobretudo aquelas que demandavam coleta de dados em campo - devido ao isolamento social decorrente da Pandemia COVID 19.

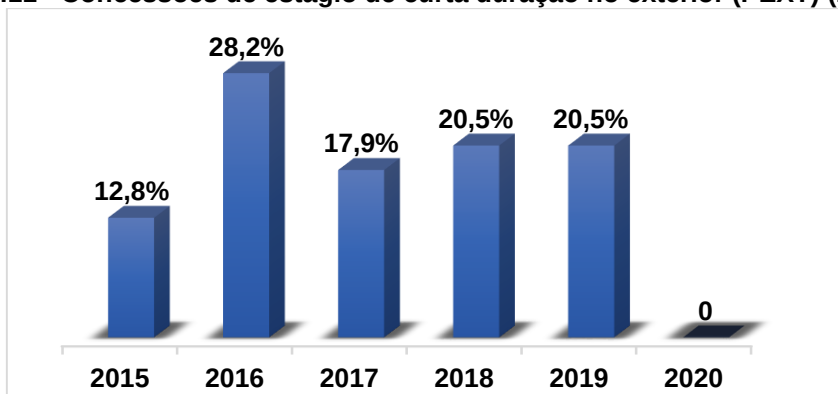
Os gráficos apresentados na sequência (3.10 a 3.12) mostram uma ampliação da demanda em comparação com o primeiro ano do PIPEq, embora exista uma oscilação:

Gráfico 3.10 - Concessões do auxílio grupo/ núcleo de pesquisa (AuxGP) (2015-2020)



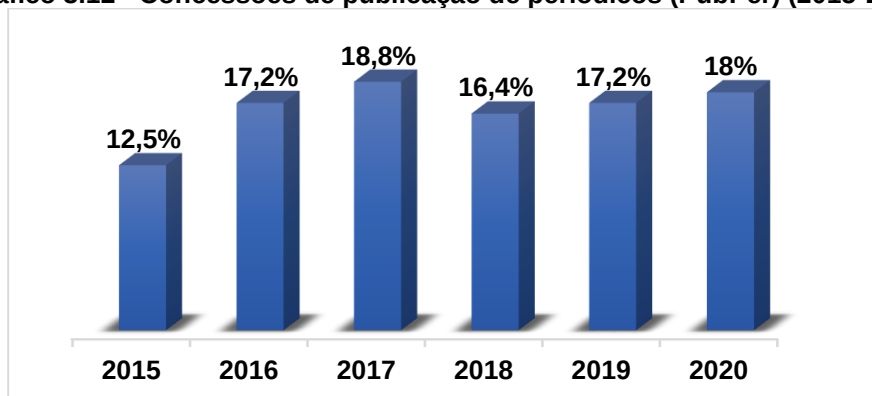
Fonte: Assessoria de Pesquisa da PUC-SP (dados organizados pela autora)

Gráfico 3.11 - Concessões de estágio de curta duração no exterior (PEXT) (2015-2020)



Fonte: Assessoria de Pesquisa da PUC-SP (dados organizados pela autora)

Gráfico 3.12 - Concessões de publicação de periódicos (PubPer) (2015-2020)

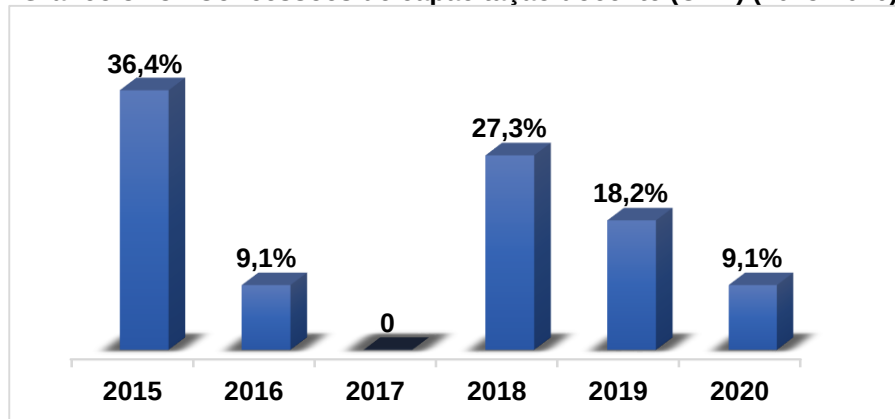


Fonte: Assessoria de Pesquisa da PUC-SP (dados organizados pela autora)

As modalidades de capacitação docente e reserva técnica não seguem um fluxo linear em crescimento de concessões. A primeira (dados no gráfico 3.13)

justifica-se claramente pelo fato de a PUC-SP privilegiar a contratação de docentes com título de doutorado e, uma vez os mestres sendo formados doutores, a tendência é que essa modalidade de fomento seja paulatinamente reduzida.

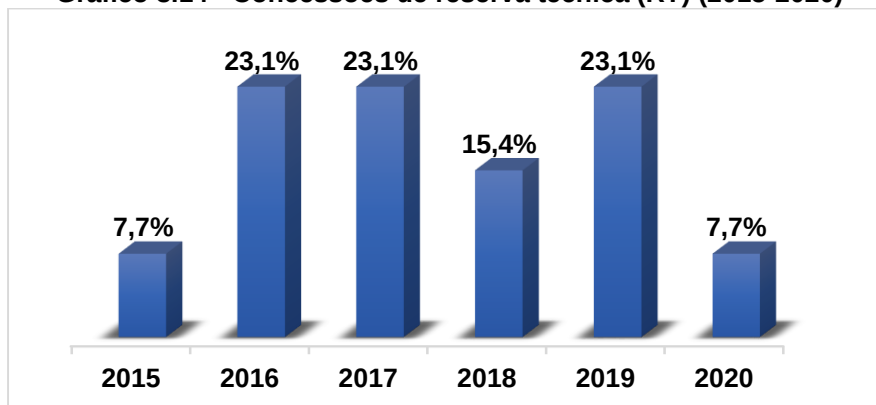
Gráfico 3.13 - Concessões de capacitação docente (CDR) (2015-2020)



Fonte: Assessoria de Pesquisa da PUC-SP (dados organizados pela autora)

Já a variação em relação à modalidade de reserva técnica (Gráfico 3.14), que concede benefícios aos (as) docentes que obtêm fomentos de agências externas, reflete os seguintes aspectos: (1) queda das concessões das agências de fomento externos para universidades privadas; (2) baixa prioridade das agências externas em conceder auxílio para área de humanas; (3) baixo estímulo por parte dos (as) docentes da casa na busca por fomentos externos; (4) diminuição de oferta de fomento externo em razão dos cortes de verbas para educação:

Gráfico 3.14 - Concessões de reserva técnica (RT) (2015-2020)

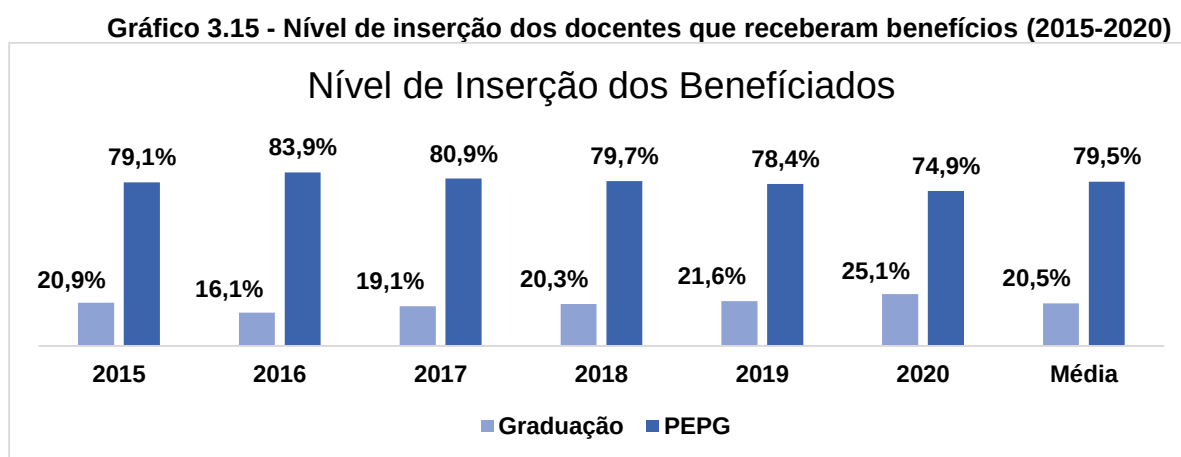


Fonte: Assessoria de Pesquisa da PUC-SP (dados organizados pela autora)

3.2.2 Dados de inserção dos docentes beneficiados

Atualmente, a Universidade tem cerca de 1.400 (um mil e quatrocentos) docentes, distribuídos entre a pós-graduação *stricto sensu* e a graduação. Do total de docentes efetivos, cerca de 430 (quatrocentos e trinta) estão na pós-graduação. A PUC-SP conta com 30 (trinta) PEPGs que comportam 26 (vinte e seis) cursos de mestrado acadêmico; 4 (quatro) de mestrado profissional e 23 (vinte e três) de doutorado. Os dados a seguir demonstram o planejamento estratégico dos editais em privilegiar não só a pós-graduação, mas também a graduação, consolidando a pesquisa e a verticalização do ensino na busca pela excelência acadêmica.

Apresenta-se na sequência o nível de inserção na graduação e pós-graduação dos benefícios concedidos no período de 2015-2020:



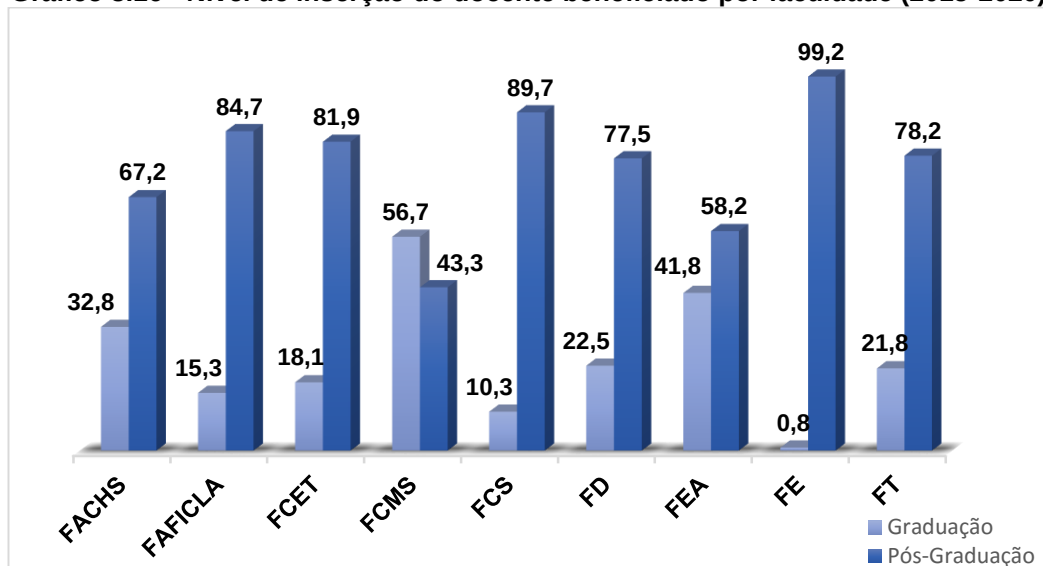
Fonte: Assessoria de Pesquisa da PUC-SP (dados organizados pela autora)

Os dados demonstram acentuada concentração de benefícios concedidos aos docentes de pós-graduação e uma estabilidade em relação às demandas da graduação e da pós-graduação.

A inserção massiva dos (as) docentes beneficiados (as) inseridos (as) na pós-graduação reflete (1) a centralização dos professores-pesquisadores (as) na pós-graduação, como decorrência da reestruturação da PUC-SP durante a reforma nos anos 70 e 80; (2) a incorporação dos (as) docentes nesse nível, após a extinção do Ciclo Básico; (3) um maior número de pesquisas na pós-graduação, atividade essencial e *locus* dessa produção; (4) a questão contratual de docentes da graduação com carga horária inferior a TP20, item impeditivo de participação por estar previsto nos editais.

No gráfico 3.16, apresenta-se o nível de inserção docente por faculdade entre aqueles que foram beneficiados com recursos do PIPEq no período 2015-2020.

Gráfico 3.16 - Nível de inserção do docente beneficiado por faculdade (2015-2020)



Fonte: Assessoria de Pesquisa da PUC-SP (dados organizados pela autora)

Com relação aos dados constantes no Gráfico 3.16, vale destacar que a Faculdade de Ciências da Saúde, criada em 1951, atual Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde (FCMS), conta com apenas um curso de pós-graduação, o qual está ligado à educação nas profissões da saúde. O número maior de pesquisas na graduação do curso de medicina é resultado de uma ação planejada na consecução da proposta de currículo¹⁶ inovador baseado em metodologias ativas de ensino e aprendizado, que prioriza a busca por soluções das atividades práticas, elegendo a pesquisa como a base da superação das soluções dos problemas¹⁷.

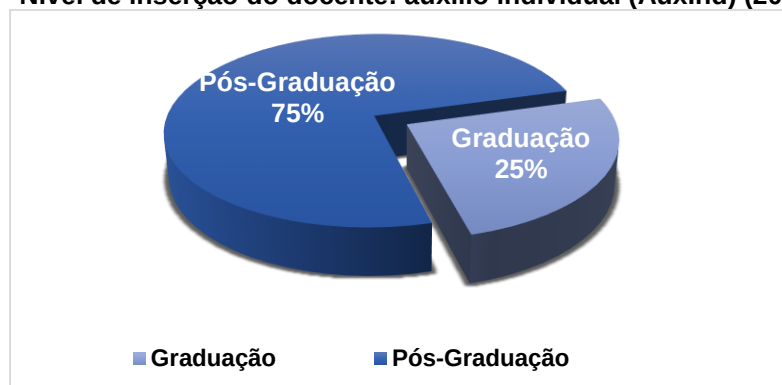
Já em relação à Faculdade de Educação, duas questões devem ser retomadas para compreensão dessa concentração dos (as) professores (as) beneficiados (as) na pós-graduação (Gráfico 3.16): (1) a faculdade conta com 4 programas de pós-graduação; (2) parcela significativa dos (as) docentes da graduação que possuem carga horária contratual inferior a TP20, reflexo do baixo número de matriculados (as) no curso de pedagogia e da baixa atratividade dos cursos de formação de professores (as), que não é uma dificuldade exclusiva da PUC-SP, mas situação recorrente em todas as universidades - públicas e privadas -, segundo dados dos últimos censos do ensino superior (BRASIL, 2019).

¹⁶ Dados informados no site da instituição: <https://www.pucsp.br/graduacao/medicina#apresentacao>

¹⁷ Aspectos específicos sobre a FCMS serão discutidos ao tratarmos sobre as áreas de conhecimento.

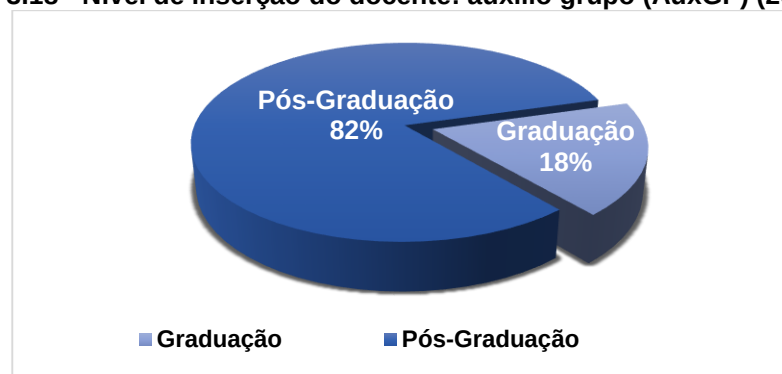
Por fim, apresenta-se o detalhamento das modalidades em relação à inserção do docente. Os dados referentes à modalidade de capacitação docente foram excluídos, pois necessariamente os solicitantes possuem mestrado e não podem concorrer nas demais modalidades, uma vez que um dos critérios de seleção é ter título de doutor (a), conforme preveem os editais.

Gráfico 3.17 - Nível de inserção do docente: auxílio individual (AuxInd) (2015-2020)



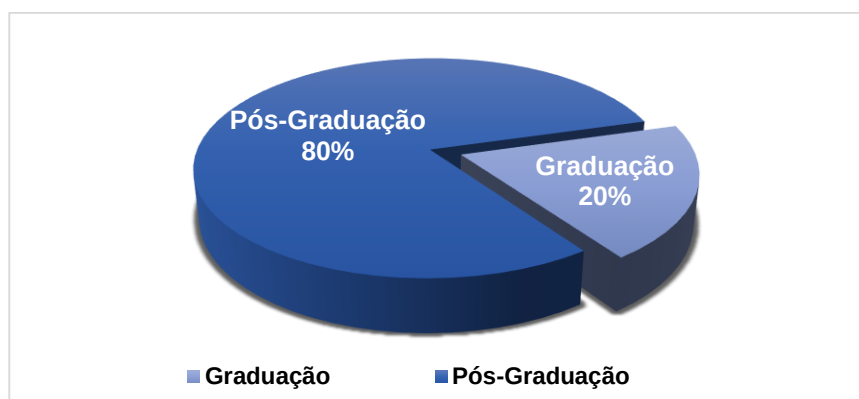
Fonte: Assessoria de Pesquisa da PUC-SP (dados organizados pela autora)

Gráfico 3.18 - Nível de inserção do docente: auxílio grupo (AuxGP) (2015-2020)



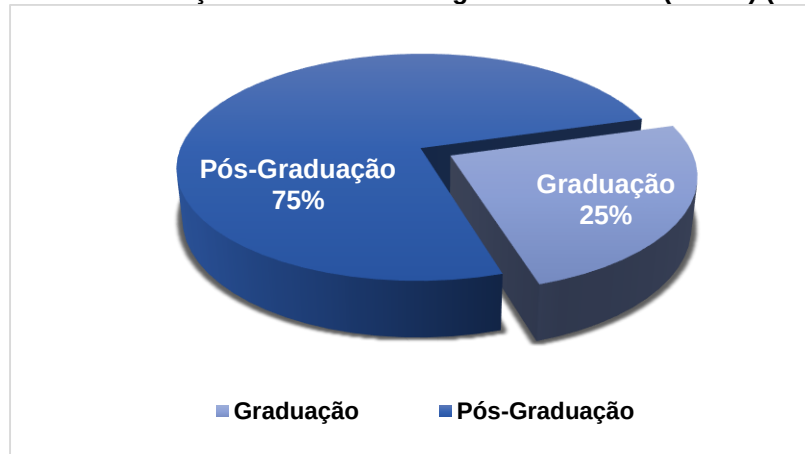
Fonte: Assessoria de Pesquisa da PUC-SP (dados organizados pela autora)

Gráfico 3.19 - Nível de inserção do docente: congresso internacional (CINT) (2015-2020)



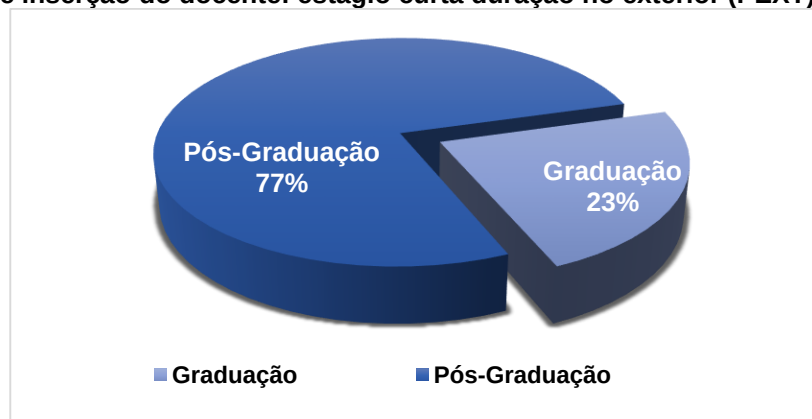
Fonte: Assessoria de Pesquisa da PUC-SP (dados organizados pela autora)

Gráfico 3.20 - Nível de inserção do docente: congresso nacional (CNAC) (2015-2020)



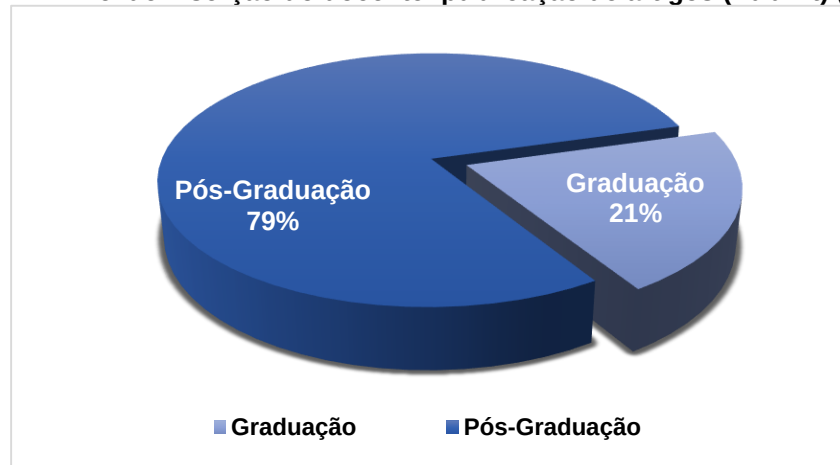
Fonte: Assessoria de Pesquisa da PUC-SP (dados organizados pela autora)

Gráfico 3.21 - Nível de inserção do docente: estágio curta duração no exterior (PEXT) (2015-2020)



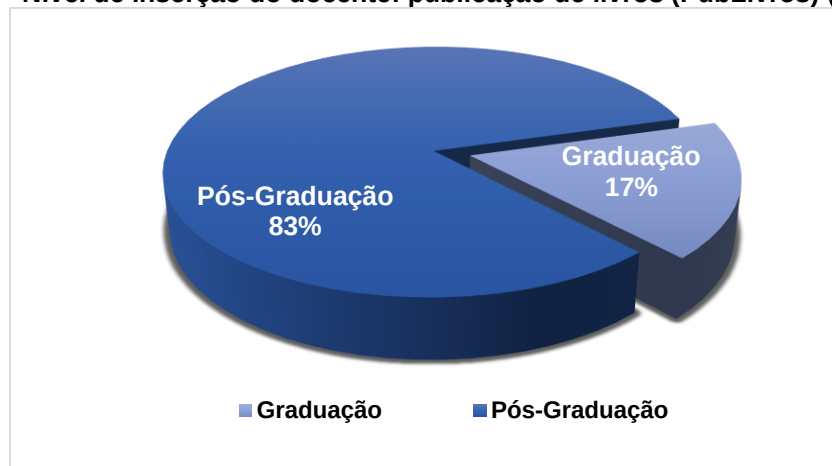
Fonte: Assessoria de Pesquisa da PUC-SP (dados organizados pela autora)

Gráfico 3.22 - Nível de inserção do docente: publicação de artigos (PubArt) (2015-2020)



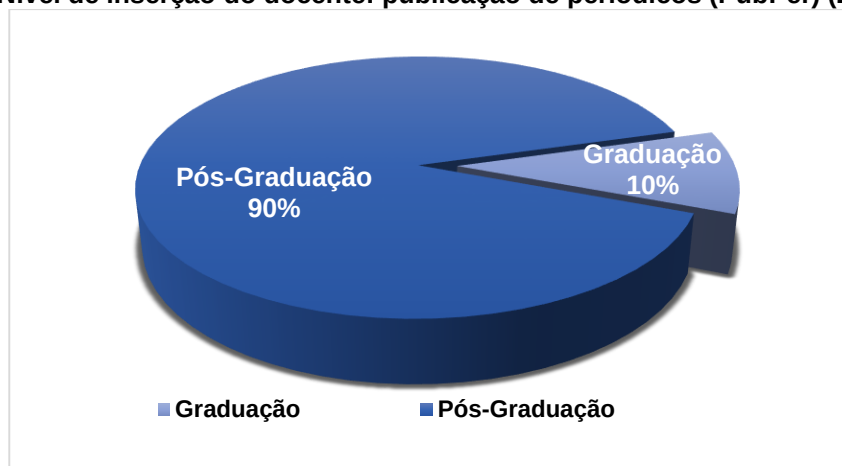
Fonte: Assessoria de Pesquisa da PUC-SP (dados organizados pela autora)

Gráfico 3.23 - Nível de inserção do docente: publicação de livros (PubLivros) (2015-2020)



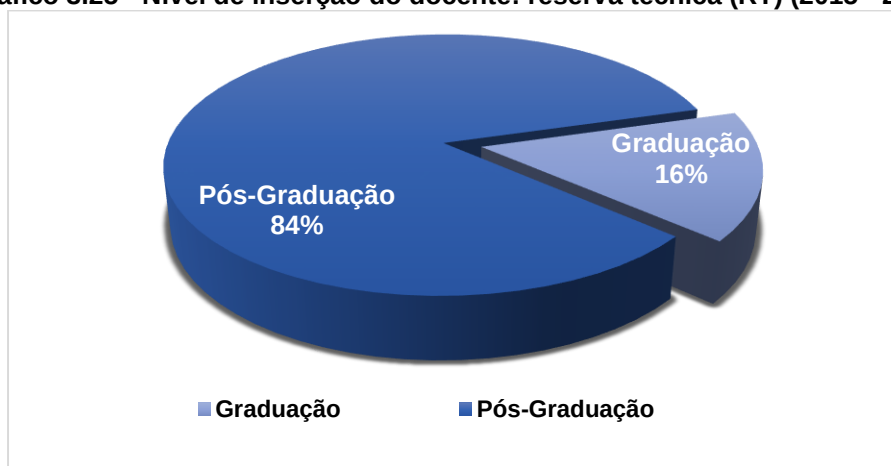
Fonte: Assessoria de Pesquisa da PUC-SP (dados organizados pela autora)

Gráfico 3.24 - Nível de inserção do docente: publicação de periódicos (PubPer) (2015 - 2020)



Fonte: Assessoria de Pesquisa da PUC-SP (dados organizados pela autora)

Gráfico 3.25 - Nível de inserção do docente: reserva técnica (RT) (2015 - 2020)



Fonte: Assessoria de Pesquisa da PUC-SP, organizado pela autora

Todos os gráficos das modalidades em relação à inserção do docente (3.17 a 3.25) demonstram que cerca de 20% dos (as) docentes beneficiados (as) da

graduação estão de algum modo ligados a grupos de pesquisa ou realizam pesquisa de modo autônomo, o que permite afirmar que na graduação também se faz pesquisa.

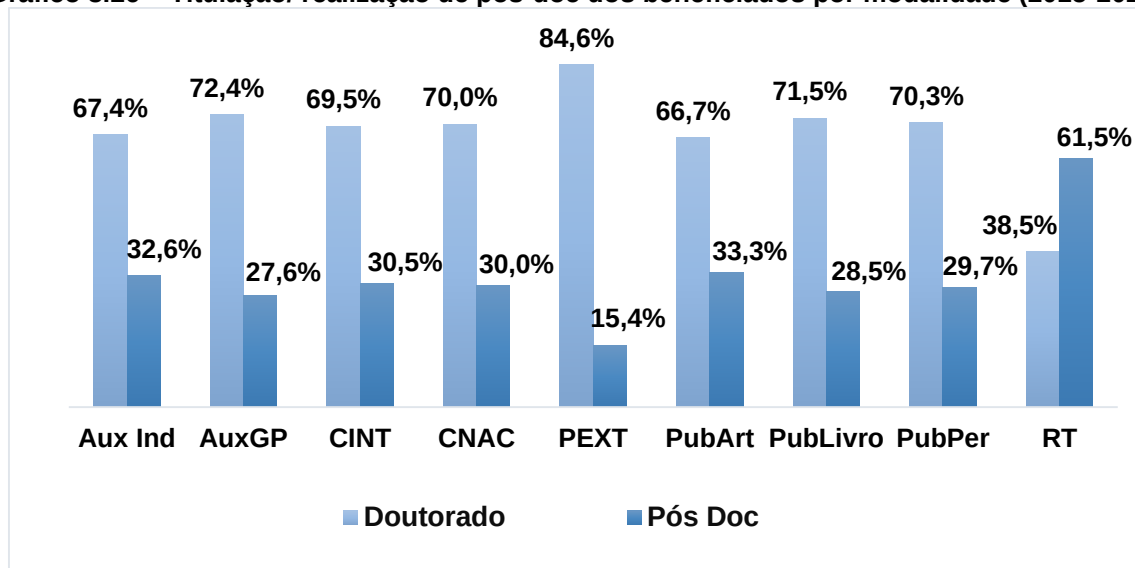
A relação entre professores (as) da pós-graduação e da graduação se expressa também no que se refere à modalidade de publicação de periódicos (gráfico 3.23), já que 10% dos benefícios concedidos foram destinados a docentes da graduação. Os periódicos são um importantíssimo veículo de divulgação de comunicação científica, o que explica que 90% das concessões se voltem para os (as) professores(as) da pós-graduação. A pós-graduação é *locus* da pesquisa e de impulsionamento da divulgação do conhecimento, por isso mesmo é relevante identificar a construção de uma comunidade que tem o poder de avaliação do trabalho.

3.2.3 Dados das concessões por titulação/ realização de pós-doc

No gráfico 3.26, apresentam-se os dados sobre a titulação dos docentes ou realização de pós-doc por modalidade, mas sem os números dos benefícios referentes à capacitação docente, destinado àqueles (as) que possuem mestrado e solicitam o apoio para os últimos meses de sua formação no doutorado.

É necessário esclarecer que se considera, nesta pesquisa, para a análise desse aspecto: (i) a titulação de doutorado e (ii) a realização de estágio de pós-doutoramento pelo docente. Embora o pós-doutoramento não se configure como titulação, esse estágio tem sido valorizado e exigido dos (as) docentes, especialmente daqueles (as) que estejam atuando em PEPG, razão pela qual foi considerado, uma vez que se trata de um diferencial na formação continuada do pesquisador no cenário de uma instituição como a PUC-SP em que a maioria dos (as) docentes são doutores.

Gráfico 3.26 – Titulação/ realização de pós-doc dos beneficiados por modalidade (2015-2020)



Fonte: Assessoria de Pesquisa da PUC-SP (dados organizados pela autora)

A modalidade com a mais significativa diferença entre a titulação de doutorado e a realização de pós-doc é o estágio de curta duração no exterior, e não podia ser diferente, pois é comum que docentes doutores (as) procurem realizar seu estágio de pós-doutoramento em universidades internacionais, porque, além de conferir inserção internacional à pesquisa e ao (à) pesquisador, promove intercâmbio científico importante e contribui para a ampliação de linhas de pesquisa do curso ou do PEPG. Trata-se de modalidade também apoiada fortemente pela CAPES e FAPESP para o amadurecimento de redes e/ou grupo de pesquisas.

Já os dados referentes à modalidade de reserva técnica corroboram a discussão de Bourdieu (1983, p. 122) sobre autoridade científica: “O que está em jogo especificamente nesta luta é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social [...]”. Há modalidades de fomento para pesquisas, especialmente das agências externas, que demandam que os (as) docentes sejam profissionais de nomes mais consolidados (as), pois o que está em jogo nesse caso não são só a qualidade e o impacto da pesquisa, mas a reputação do (a) pesquisador (a). Esses critérios de seleção incluem o perfil de publicação do (a) pesquisador (a), sua inserção nacional e internacional, o nível de impacto de suas obras, entre outros aspectos, que caracterizam o perfil dessa autoridade científica. Por isso, há 61% dos (as) docentes beneficiados (as) na modalidade de reserva técnica com pós-doutorado.

Esses dois dados em conjunto demonstram a importância do investimento da modalidade de estágio de curta duração no exterior, possibilitando e/ou favorecendo a realização dos estágios pós-doutorais pelo corpo docente, de modo a subsidiar sua consolidação acadêmica e garantir condições de disputa no campo acadêmico pelo capital simbólico que é valorizado.

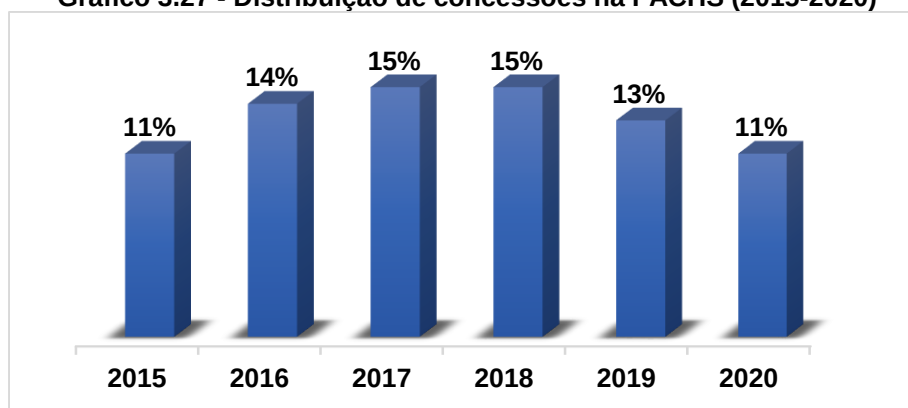
3.2.4 Concessões por faculdades

A quantidade de benefícios concedidos por faculdade, no período de 2015 a 2020, mostrou-se um indicador relevante, pois demonstra o perfil dos agentes na constituição do campo científico.

Os dados das faculdades foram organizados considerando: **(i)** aquelas cuja variação de porcentagem de solicitação de fomento, no período de 2015-2020, foi acima de 10% (gráficos 3.27 a 3.30); **(ii)** aquelas que estão na faixa percentual média abaixo de 10%, mas que demonstram crescimento no período (gráficos 3.31 e 3.32) e **(iii)** aquelas que também estão abaixo de 10%, mas cujas oscilações de demanda por fomento foram decrescentes ao longo do período analisado (gráficos 3.33 a 3.35). Os dados estão divididos segundo esses três grupos:

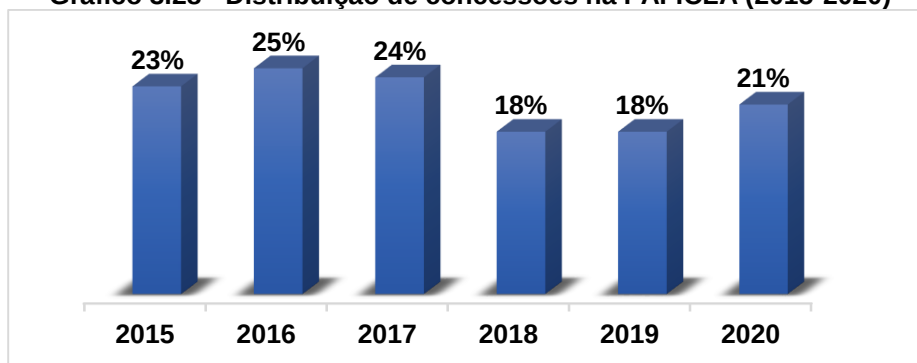
- **(i) grupo das faculdades com variação acima de 10%**

Gráfico 3.27 - Distribuição de concessões na FACHS (2015-2020)



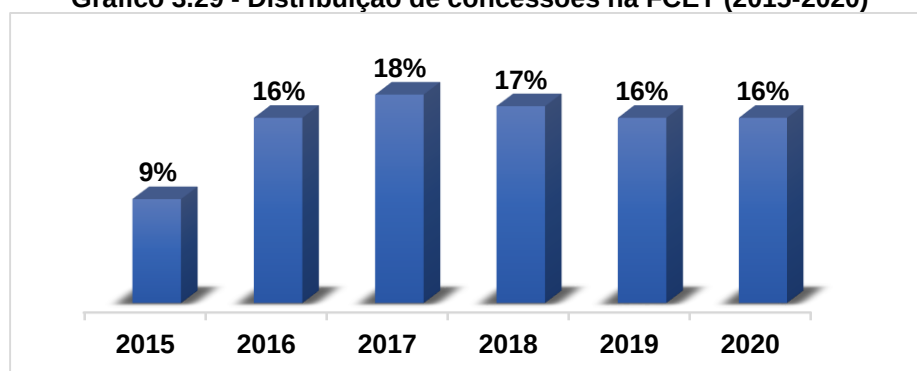
Fonte: Assessoria de Pesquisa da PUC-SP (dados organizados pela autora)

Gráfico 3.28 - Distribuição de concessões na FAFICLA (2015-2020)



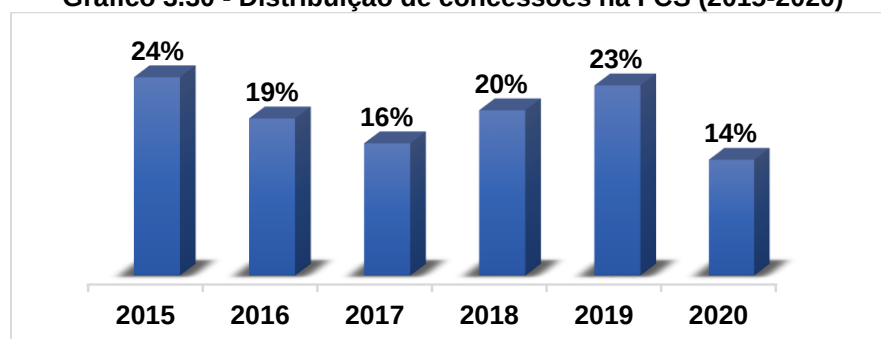
Fonte: Assessoria de Pesquisa da PUC-SP (dados organizados pela autora)

Gráfico 3.29 - Distribuição de concessões na FCET (2015-2020)



Fonte: Assessoria de Pesquisa da PUC-SP (dados organizados pela autora)

Gráfico 3.30 - Distribuição de concessões na FCS (2015-2020)



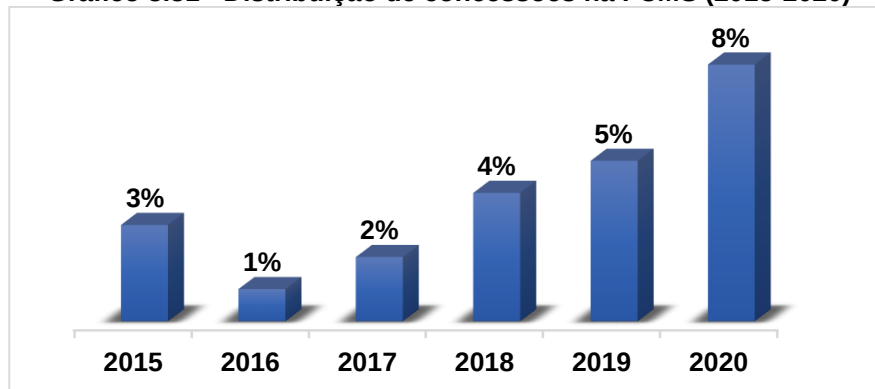
Fonte: Assessoria de Pesquisa da PUC-SP (dados organizados pela autora)

Os dados dos gráficos de 3.27 a 3.30 demonstram que FACHS, FAFICLA, FCET e FCS mantêm desde 2015 boa adesão aos editais, apesar de algumas apresentarem oscilações mais acentuadas (como no gráfico 3.28) e outras mais estabilidade (como no gráfico 3.27). Em 2020, a FCS e a FACHS registraram queda nas solicitações de recursos; contudo, é preciso destacar que esse foi um ano muito atípico, que afetou de modo diferente as variadas áreas.

(ii) grupo das faculdades com média abaixo de 10%, mas com crescimento

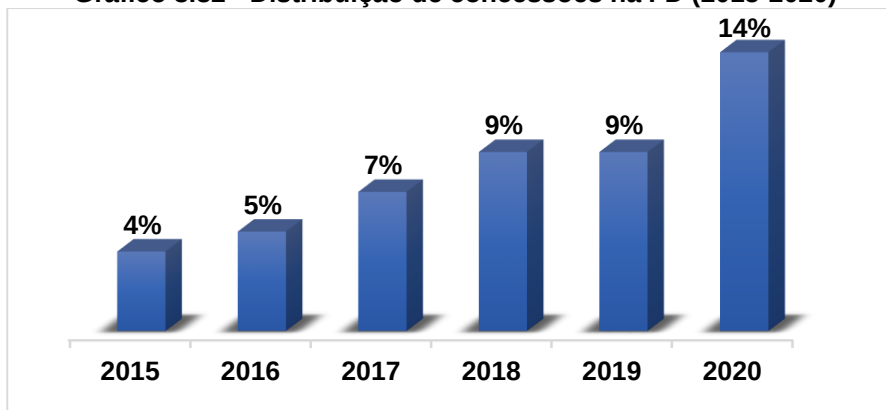
A FCMS (Gráfico 3.31), área diretamente ligada às demandas de pesquisa decorrentes da Pandemia, embora permaneça entre as faculdades com média de solicitação docente ao PIPEq inferior a 10%, foi a que demonstrou maior crescimento no período 2015-2020, tendo duplicado o número de solicitação de auxílios entre 2018-2020:

Gráfico 3.31 - Distribuição de concessões na FCMS (2015-2020)



Fonte: Assessoria de Pesquisa da PUC-SP (dados organizados pela autora)

Gráfico 3.32 - Distribuição de concessões na FD (2015-2020)



Fonte: Assessoria de Pesquisa da PUC-SP (dados organizados pela autora)

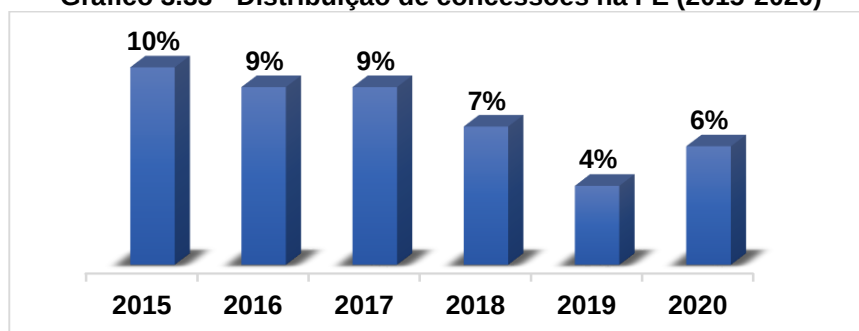
Já a FD (gráfico 3.32) registra um crescimento consistente das demandas por fomento, o que demonstra um empenho por parte da direção e dos (as) docentes, pois são de conhecimento de seus (suas) gestores (as) os parâmetros de avaliação da CAPES, especialmente em relação ao critério de produção intelectual.

• (iii) grupo das faculdades com média abaixo de 10%, com oscilação decrescente

No caso da FE (Gráfico 3.33), como já apresentado anteriormente, a baixa carga horária dos (as) professores (as), sobretudo os (as) vinculados (as) apenas à graduação, inviabiliza a participação em muitos editais. Desde o início do PIPEq a faculdade vem registrando queda nas solicitações e, mesmo se considerarmos uma

possível recuperação em 2020, em relação a 2019, a demanda por fomento dos (as) docentes ainda é inferior à do período de 2015-2018:

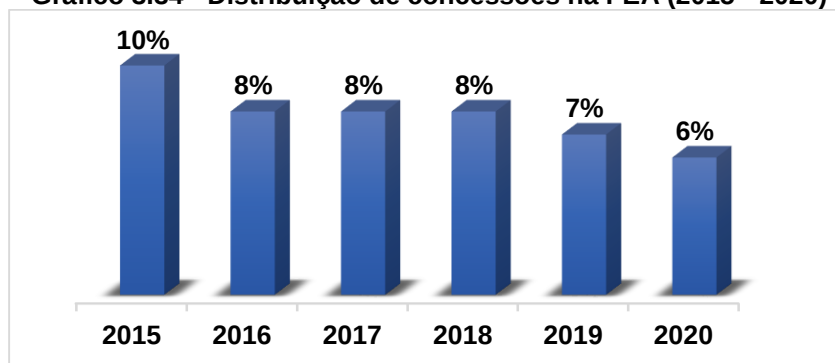
Gráfico 3.33 - Distribuição de concessões na FE (2015-2020)



Fonte: Assessoria de Pesquisa da PUC-SP (dados organizados pela autora)

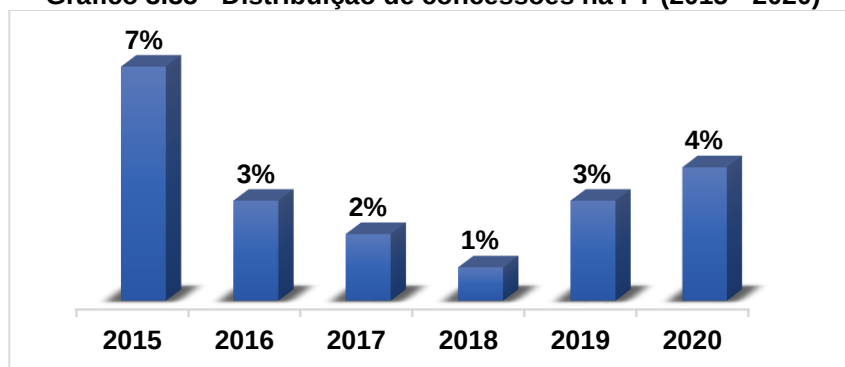
A mesma oscilação negativa é registrada na FEA (gráfico 3.34), e acompanhando as notas das avaliações CAPES dos PEPGs de Administração, Ciências Contábeis e Economia, uma hipótese que possivelmente explique esse cenário é a baixa produtividade dos (as) docentes, o que naturalmente se reflete na baixa demanda da faculdade em fazer pesquisas:

Gráfico 3.34 - Distribuição de concessões na FEA (2015 - 2020)



Fonte: Assessoria de Pesquisa da PUC-SP (dados organizados pela autora)

Gráfico 3.35 - Distribuição de concessões na FT (2015 - 2020)



Fonte: Assessoria de Pesquisa da PUC-SP (dados organizados pela autora)

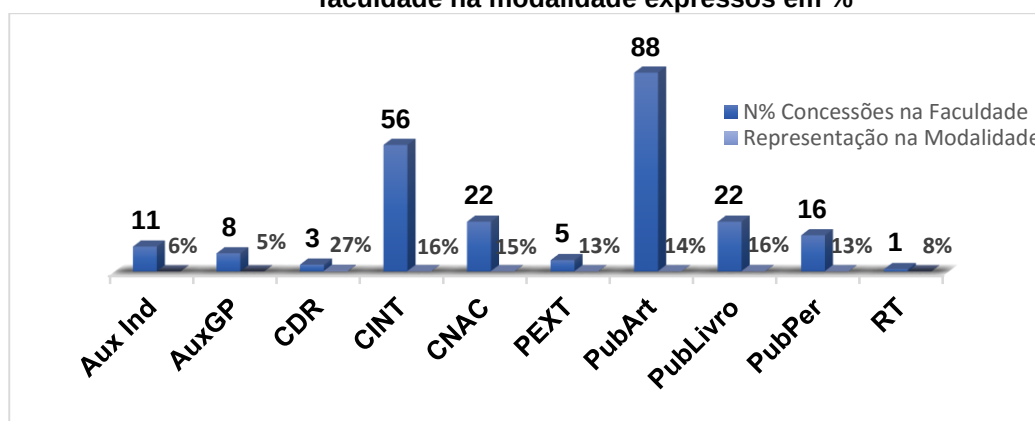
Finalmente, o gráfico 3.35 demonstra o desempenho da Faculdade de Teologia. Embora desde 2019 a faculdade pareça se esforçar para recuperar as demandas por financiamento, seu crescimento é pouco representativo em relação às outras faculdades e ainda é bastante inferior à sua participação no ano de 2015.

3.2.5 Concessões por representatividade nas modalidades e por faculdades

Os dados das faculdades também foram analisados por modalidade de fomento. Foram contabilizados os números totais de concessões por modalidade e calculada a representatividade da faculdade na modalidade, considerando o número total de benefícios por modalidade expressos em %. Cabe destacar que, em quase todas as faculdades, a modalidade PubArt é a que obteve maior número absoluto de concessões.

Em relação à porcentagem de representatividade da faculdade por modalidade, importa mencionar que a modalidade reserva técnica ficou principalmente concentrada na FAFICLA (54%) e na FCS (38,5%); a capacitação docente, embora sejam poucas bolsas, se concentrou na FACHS (27%) e a maior parte dos fomentos de auxílio individual (29%), congresso nacional (22%) e congresso internacional (29%) foram solicitados por docentes da FAFICLA. Os estágios no exterior de curta duração foram solicitados igualmente (25,6%) pela FCET e FCS. Finalmente, a FD foi a que teve maior concentração de financiamento de livros (20%).

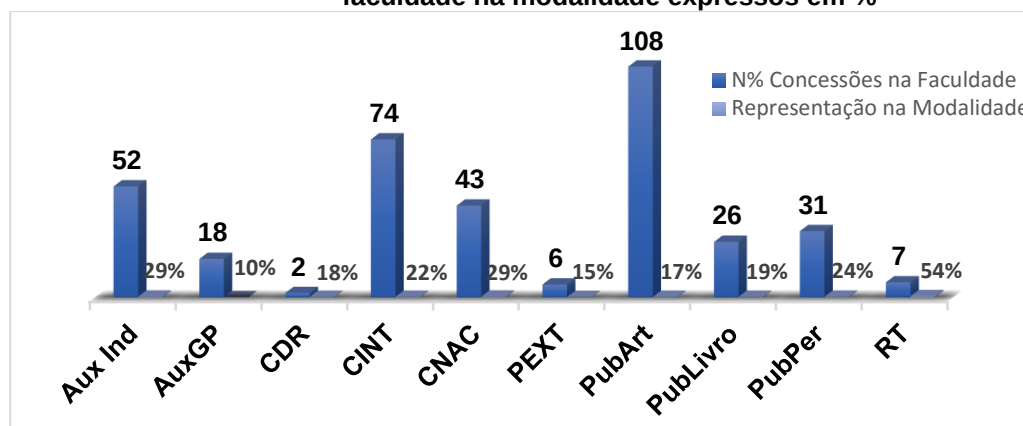
Gráfico 3.36 - Concessões na FACHS (2015-2020) por modalidade e representatividade da faculdade na modalidade expressos em %



Fonte: Assessoria de Pesquisa da PUC-SP (dados organizados pela autora)

Na FACHS, a capacitação docente foi a modalidade com maior índice de representatividade e as modalidades de execução de pesquisa tiveram baixa representatividade.

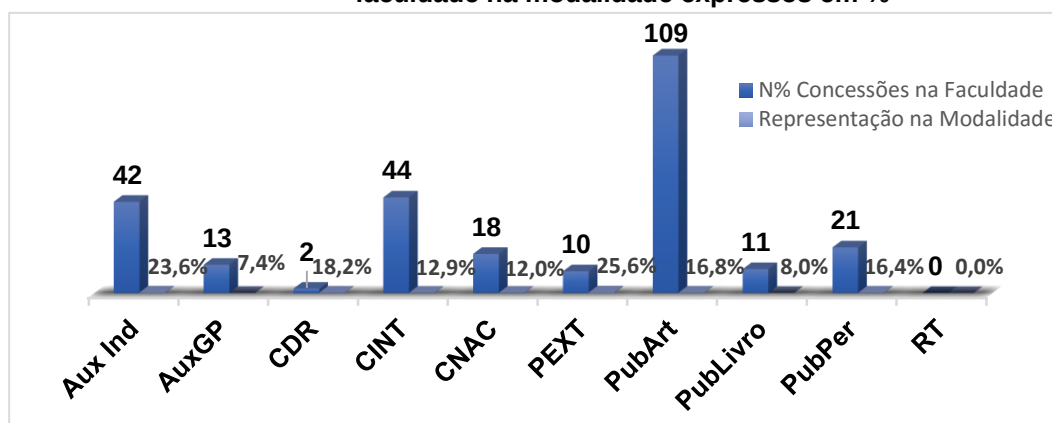
Gráfico 3.37 - Concessões na FAFICLA (2015-2020) por modalidade e representatividade da faculdade na modalidade expressos em %



Fonte: Assessoria de Pesquisa da PUC-SP (dados organizados pela autora)

Na FAFICLA, a modalidade com maior índice de representatividade foi a reserva técnica com 54%, seguida de AuxInd e CNAC com 29%, dado importante que demonstra mais pesquisas em execução.

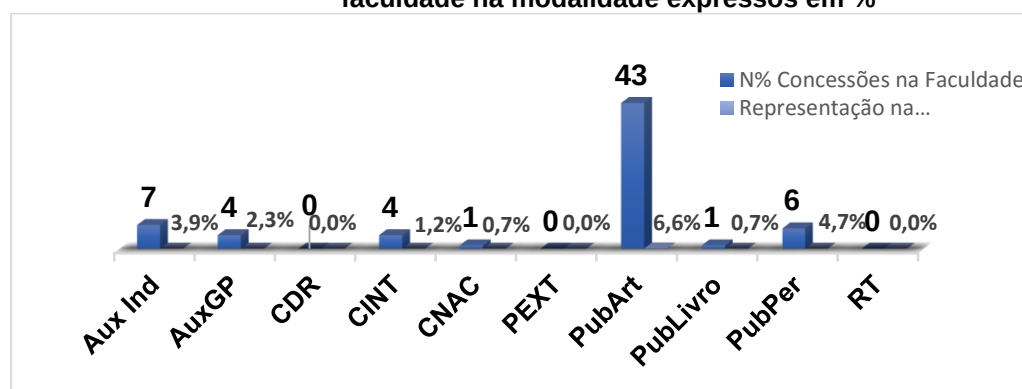
Gráfico 3.38 - Concessões na FCET (2015 - 2020) por modalidade e representatividade da faculdade na modalidade expressos em %



Fonte: Assessoria de Pesquisa da PUC-SP (dados organizados pela autora)

Na FCET, a modalidade com maior índice de representatividade foi a PEXT com 25,6%, seguida de AuxInd com 23,6%.

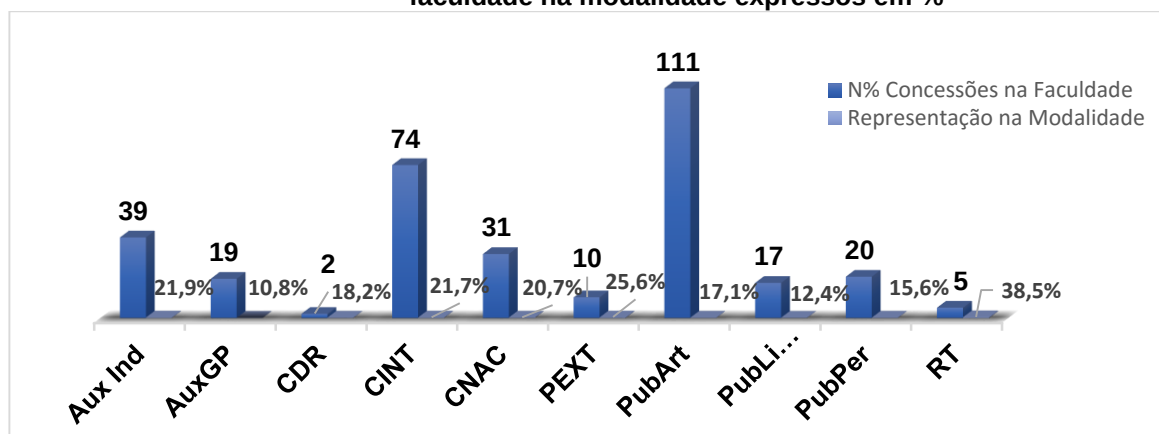
Gráfico 3.39 - Concessões na FCMS (2015 - 2020) por modalidade e representatividade da faculdade na modalidade expressos em %



Fonte: Assessoria de Pesquisa da PUC-SP (dados organizados pela autora)

Na FCMS, a modalidade com maior índice de representatividade foi PubArt (6,6%) seguida de PubPer (4,7%). Embora diante do conjunto atendido pelo PIPEq esses dados sejam pouco expressivos, ambas as modalidades são voltadas para a divulgação dos resultados de pesquisa.

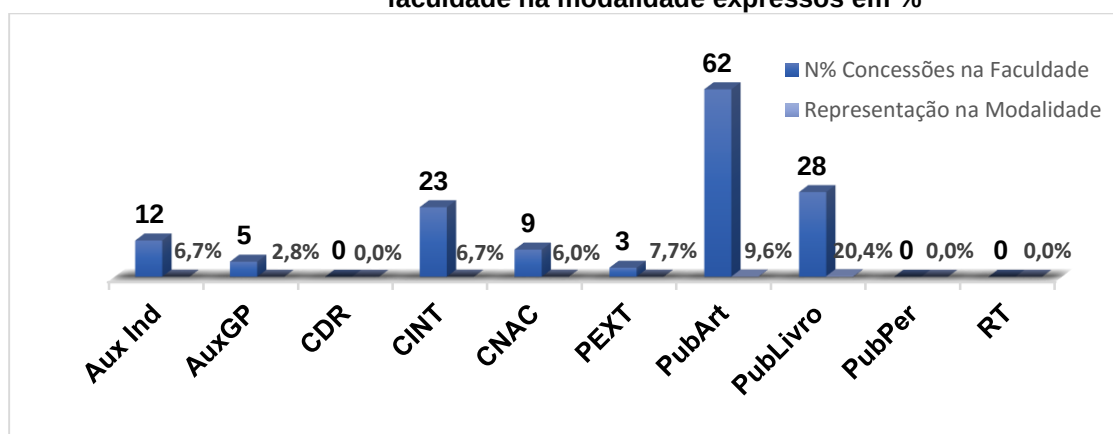
Gráfico 3.40 - Concessões na FCS (2015 - 2020) por modalidade e representatividade da faculdade na modalidade expressos em %



Fonte: Assessoria de Pesquisa da PUC-SP (dados organizados pela autora)

Na FCS, o índice de representação em todas as modalidades é em média de 20,76, o que expressa o fato de na faculdade existirem pesquisas em execução em diferentes níveis de abrangência e que garantem também uma demanda equilibrada das modalidades de resultados de pesquisas.

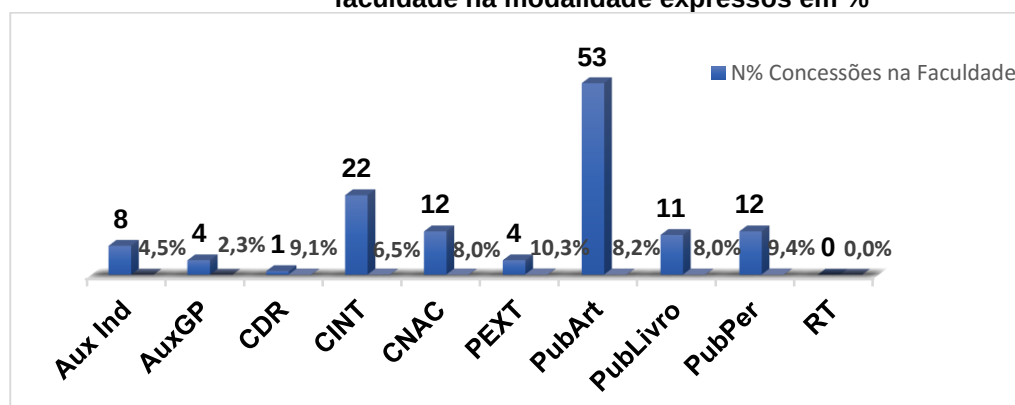
Gráfico 3.41 - Concessões na FD (2015 - 2020) por modalidade e representatividade da faculdade na modalidade expressos em %



Fonte: Assessoria de Pesquisa da PUC-SP (dados organizados pela autora)

Na FD um dado importante de se destacar é a modalidade de PubLivre, com 20,4% de representação, superior de PubArt que foi de 9,6%, reafirmando a tendência da área em publicar resultados de pesquisas no formato de livros.

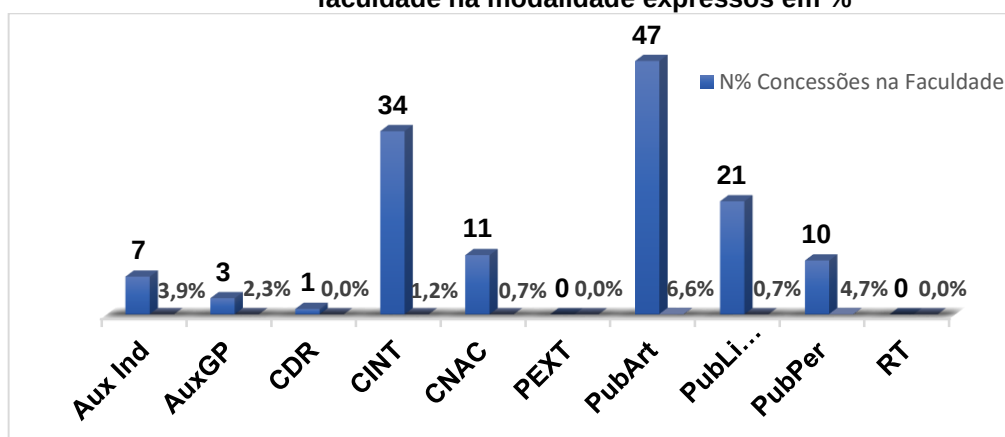
Gráfico 3.42 - Concessões na FE (2015 - 2020) por modalidade e representatividade da faculdade na modalidade expressos em %



Fonte: Assessoria de Pesquisa da PUC-SP (dados organizados pela autora)

Na FE, embora a representatividade da faculdade em relação à Universidade seja baixa, nota-se que há certa distribuição entre as diferentes modalidades de fomento, à exceção da RT e do AuxGP. A modalidade com maior representação foi PEXT com 10,3%.

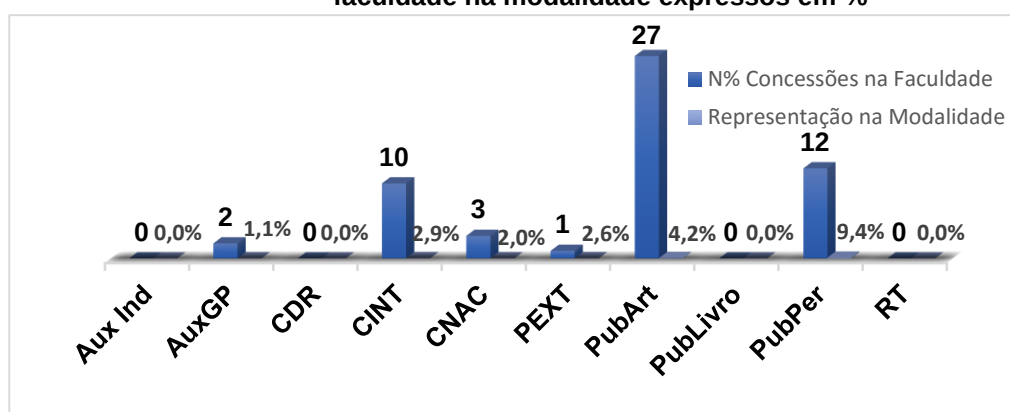
Gráfico 3.43 - Concessões na FEA (2015 - 2020) por modalidade e representatividade da faculdade na modalidade expressos em %



Fonte: Assessoria de Pesquisa da PUC-SP (dados organizados pela autora)

Na FEA, os dados revelam um número muito baixo em representatividade nas concessões do PIPEq. E a modalidade com maior representação foi PubArt com 6,6% seguido da PubPer (4,7%), o que demonstra uma preocupação maior com a divulgação de resultados da pesquisa, ainda que incipiente.

Gráfico 3.44 - Concessões na FT (2015 - 2020) por modalidade e representatividade da faculdade na modalidade expressos em %



Fonte: Assessoria de Pesquisa da PUC-SP (dados organizados pela autora)

Na FT, o gráfico também indica baixa representatividade no número de concessões no PIPEq. E a modalidade com maior representação foi PubPer (9,4%) seguida de PubArt (4,2%), o que demonstra a concentração de esforços na divulgação de resultados das pesquisas.

As Faculdades FCET, FEA e FCMS, que concentraram a maior parte das suas demandas de fomento para a divulgação dos resultados, pertencem a áreas de conhecimento que têm em comum o investimento em pesquisas realizado por instituições privadas, como indústrias e empresas do setor privado. Esse fator pode

explicar a divulgação de resultados, sem que haja investimento, por parte da PUC-SP, na execução de pesquisas.

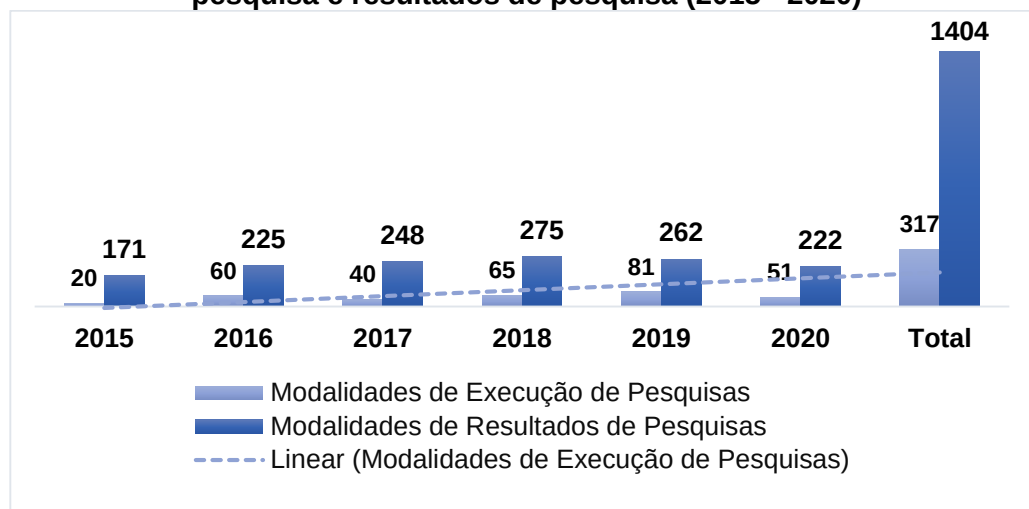
3.2.6 Concessões: pesquisas de execução x resultados de pesquisas

Os dados das concessões por modalidade x faculdade indicaram que na maioria das faculdades a modalidade mais procurada é PubArt. Essa concessão reafirma a importância de os (as) docentes atenderem aos critérios de avaliação da CAPES, na divulgação dos resultados de pesquisa em revistas qualificadas. No entanto, as concessões das modalidades de pesquisas em execução seguem com baixa adesão, somando o total 317 (trezentos e dezessete) de benefícios concedidos, contra o total de 1404 (mil quatrocentos e quatro) concessões nas modalidades de resultados de pesquisas.

A implementação do PIPEq está em consonância com as diretrizes do Planejamento de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade e com as da CAPES. Embora o PIPEq privilegie as diferentes etapas de realização da pesquisa, financiando e incentivando desde o processo de formação dos pesquisadores da casa até sua consolidação por meio do financiamento de pesquisas mais arrojadas e inserção internacional, os dados demonstram baixa adesão nas modalidades de execução de pesquisa.

Ainda que essa política tenha o objetivo de fomentar pesquisas da casa, a sua grande marca seria aumentar as concessões dos editais de execução de pesquisa. Não se pode ignorar, evidentemente, o dado expresso no gráfico 3.45 que demonstra uma baixa nas concessões em execução de pesquisa, pois ele indica a necessidade de compreender quais são os fatores gerais dessa concentração:

Gráfico 3.45 - Evolução das concessões do PIPEq nas modalidades de execução de pesquisa e resultados de pesquisa (2015 - 2020)

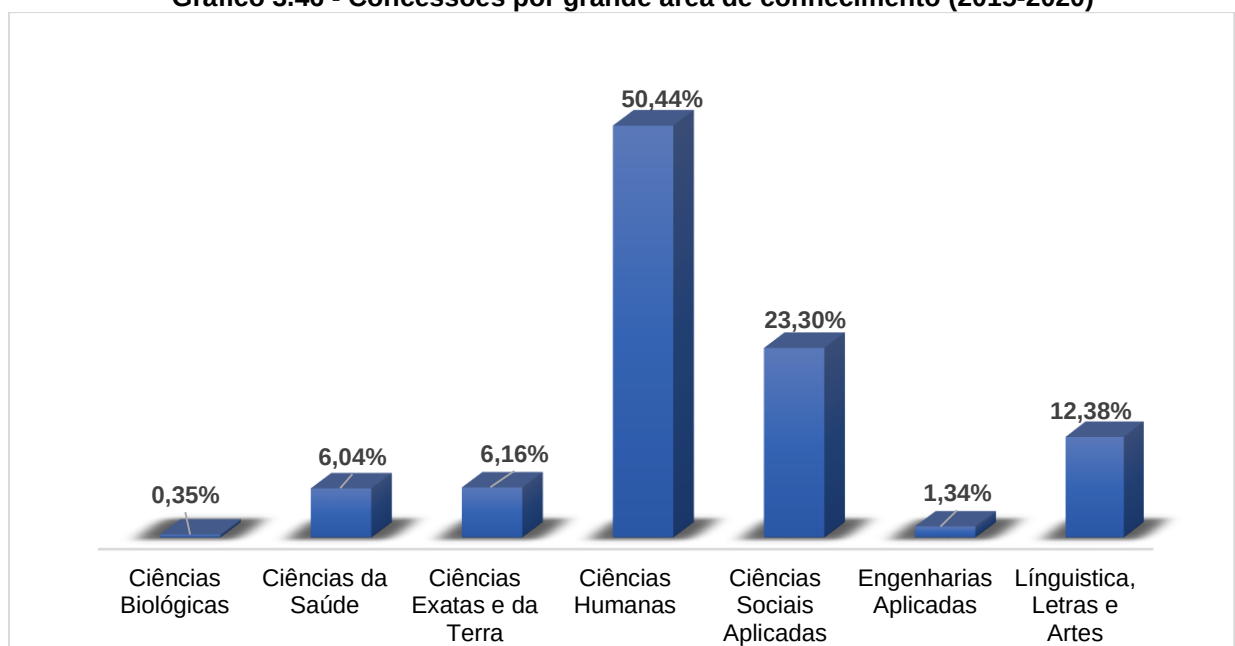


Fonte: Assessoria de Pesquisa da PUC-SP (dados organizados pela autora)

3.2.7 Concessões por áreas de conhecimento

Com o intuito de contemplar as especificidades da PUC-SP, foram analisados os dados de concessões por área de conhecimento (gráfico 3.46):

Gráfico 3.46 - Concessões por grande área de conhecimento (2015-2020)



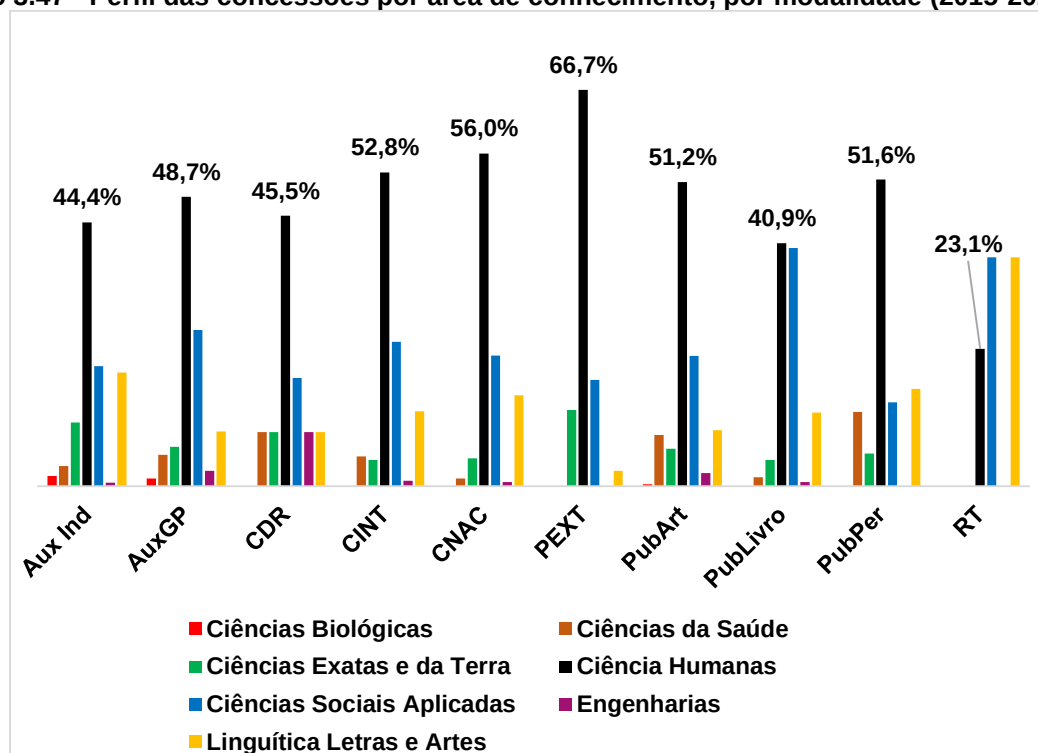
Fonte: Assessoria de Pesquisa da PUC-SP (dados organizados pela autora)

Como indicado no gráfico 3.46, os resultados confirmam que a área de ciências humanas é dominante na PUC-SP, o que reflete a história da própria instituição, especialmente durante o período de ditadura. Fica evidente que essa área concentra 50,44% de todo financiamento do PIPEq. Esse dado contrasta com os dados

apresentados no capítulo 1, que indicam que a maior concentração de fomento público está nas áreas de ciências biológicas, das ciências exatas e da terra. Essa discrepância reafirma o compromisso da PUC-SP de garantir condições para que seus professores possam empreender pesquisas em suas áreas, independentemente das possibilidades externas de financiamento.

E o gráfico 3.47 reafirma a liderança da área de humanas em 90% das concessões por modalidade, à exceção da reserva técnica cujas concessões centraram-se principalmente nas áreas de ciências sociais aplicadas e linguística, letras e artes.

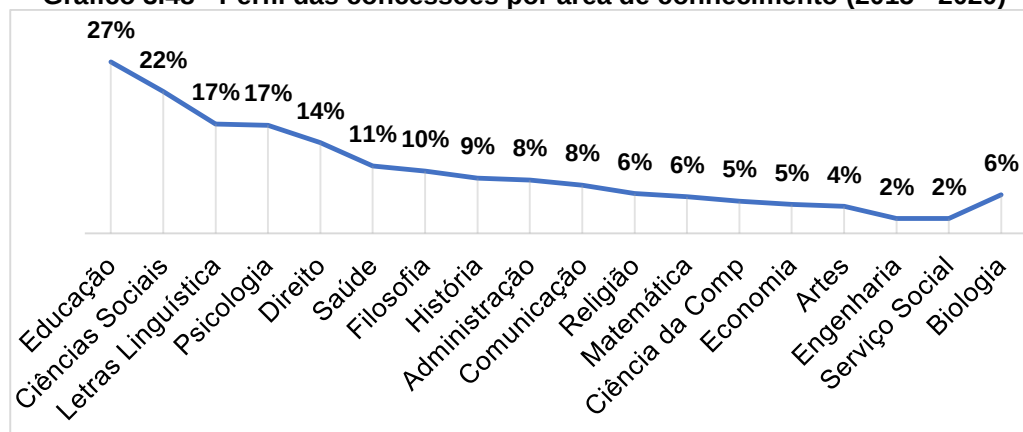
Gráfico 3.47 - Perfil das concessões por área de conhecimento, por modalidade (2015-2020)



Fonte: Assessoria de Pesquisa da PUC-SP (dados organizados pela autora)

Em complemento à análise das áreas, no gráfico 3.48 são apresentados os benefícios concedidos por área de conhecimento:

Gráfico 3.48 - Perfil das concessões por área de conhecimento (2015 - 2020)



Fonte: Assessoria de Pesquisa da PUC-SP (dados organizados pela autora)

As várias áreas de conhecimento que abrangem as ciências humanas são as que concentram a maior porcentagem de concessões. A educação é uma área complexa, que compreende diversas temáticas como política, saúde, cultura, ensino, entre tantas outras, além de abarcar aspectos práticos e teóricos importantes sobre o indivíduo e sobre o grupo social.

As faculdades que poderiam abarcar mais pesquisas nas áreas de pouco destaque no PIPEq também elegem o debate na área de ciências humanas com protagonismos, como, por exemplo, a Faculdade de Ciências da Saúde e a Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia. Desse modo, a representação massiva de docentes que realizam pesquisa nas áreas de humanas, especialmente no âmbito da educação, é o resultado e a expressão da trajetória histórica da instituição, somada à possibilidade da composição de um quadro profissional desses agentes prioritariamente.

Ao garantir a consolidação de um corpo docente majoritariamente composto por profissionais das ciências humanas e fomentar o financiamento de pesquisas e suas decorrentes produções, a PUC-SP garante a esses profissionais as condições para a autonomia científica socialmente valorizada, embora a instituição também incentive a produção de pesquisas que dão aportes importantes para as áreas de tecnologia, inovação e saúde.

Ademais, é reconhecida por seus agentes que se reproduzem de acordo com a condição social da instituição, pois os agentes estão condicionados por estruturas sociais adquiridas ao longo dos anos, e são essas “estruturas das relações objetivas entre os diferentes agentes que determina o que eles podem e não podem fazer”

(BOURDIEU, 2002^a, p. 23). A dinâmica, aqui expressada pela escolha do que pesquisar, no interior do campo científico, está subordinada pelas lutas que os agentes procuram assegurar em suas relações de força e poder, determinada pela distribuição do capital científico, por meio da distribuição de seu capital simbólico.

Desse modo, de acordo com Bourdieu (2002^a, p. 29), essas lutas, ainda que não conscientes, ocorrem em torno dessas estruturas, e as regras na escolha do que se pesquisar estão “postas em jogo [...] e dão poder sobre o jogo e sobre os outros jogadores”, condicionando o princípio da escolha do que pesquisar. E tais ações resultam na identidade da Universidade, e são expressões de um produto engendrado e objetivamente condicionado para a existência daquilo que Bourdieu denomina *habitus*.

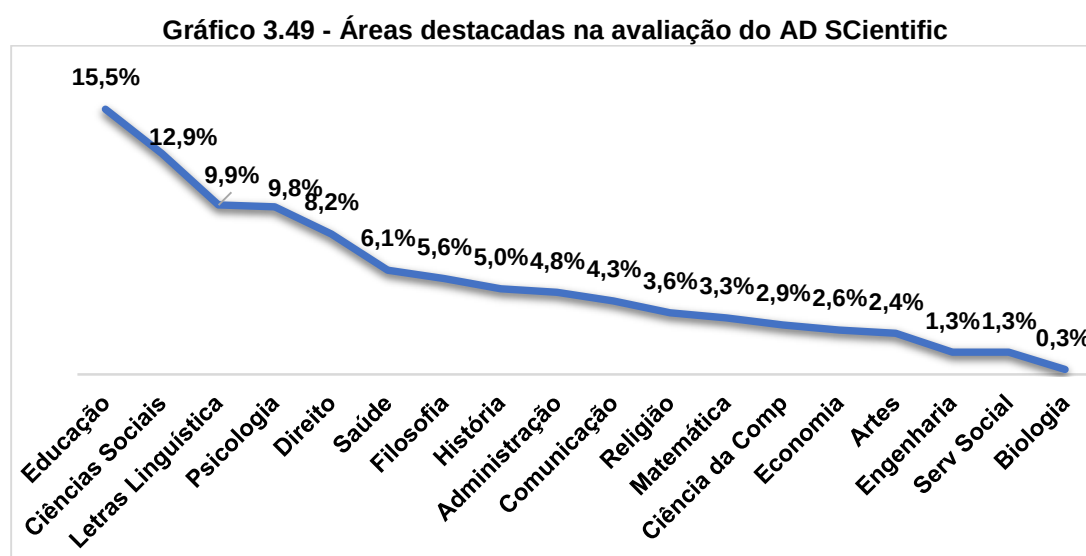
As características da PUC-SP a fazem reconhecida como Universidade crítica e voltada fortemente para as ciências humanas. Analisando essa condição à luz do conceito de campo científico e de *habitus* (BOURDIEU, 1983), podemos afirmar que o seu reconhecimento se dá pela relevância social e acadêmica da qualidade das suas produções intelectuais somada à história e trajetória de construção e consolidação do campo das ciências humanas no país. Não é coincidência, por exemplo, que os cursos de mestrado e doutorado em educação da PUC-SP estão entre os primeiros que foram organizados no Brasil.

3.3 Comparativo da implementação do PIPEq

O contínuo investimento da PUC-SP garante não só a continuidade das pesquisas realizadas pelos (as) docentes, mas também os efeitos positivos que possam subsidiar a melhoria dos indicadores da Universidade. Conforme apresentado anteriormente (BALBACHEVSKY, 2017), nos últimos anos percebe-se uma crescente tendência de se avaliar pesquisadores e universidades por meio de indicadores bibliométricos, que calculam e monitoram as citações - métrica de impacto, o índice h da universidade e do pesquisador relacionando a produtividade e o impacto das citações. As plataformas mais utilizadas para coleta dos dados dos indicadores bibliométricos são o *Google Scholar*, o *Scopus* da Elsevier e a *Web Of Science* da Thomsom Reuters.

O ranking da *Ad Scientific Index*¹⁸, publicado no 2º semestre de 2021, listou os 10 mil pesquisadores mais influentes da América Latina, tendo como base os valores totais do índice i10, índice h e pontuações de citações no *Google Scholar* dos últimos 5 anos. Cabe destacar que esse é o primeiro estudo que descreve os coeficientes de produtividade total e dos últimos cinco anos de cientistas, com os perfis de até 300 citações. A classificação foi realizada por meio da pontuação de seus cientistas nas universidades, país, região e no mundo, seguindo a ordem: (1) pontuações do “índice h total”; (2) número total de citações; (3) pontuações do “índice total i10” do Google Scholar.

Entre as 442 universidades brasileiras avaliadas, a PUC-SP ficou na 40ª posição e, na América Latina, na 50ª. Ao todo, 144 (cento e quarenta e quatro) docentes da PUC-SP foram avaliados (as), e as áreas que se destacaram em razão dos (as) docentes meritórios (as) foram:



Fonte: Assessoria de Pesquisa da PUC-SP (dados organizados pela autora)

O *AD Scientific Index* adota uma metodologia diferente dos demais *rankings*, pois está fundamentado no princípio de incluir apenas os cientistas meritórios nos 5 (cinco) anos anteriores. A PUC-SP teve 27 (vinte e sete) docentes classificados entre os 10 (dez) mil mais influentes da América Latina, o que confere a ela autoridade científica nas áreas destacadas, e corrobora os dados das áreas que se destacam nas concessões do PIPEq. Isso não significa que exista uma correlação direta entre o financiamento e esses resultados, mas reforça e destaca a relevância do seu corpo

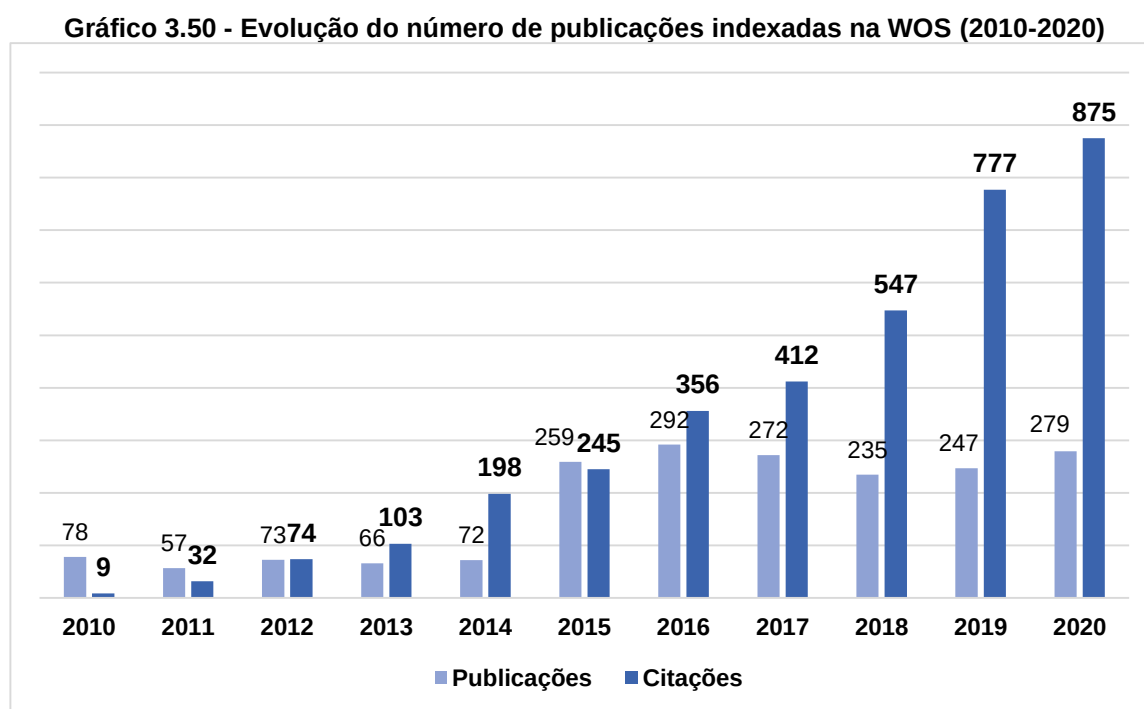
¹⁸ Dados públicos disponíveis em <https://www.adscientificindex.com/> Acesso em 12.12.2021

docente e a centralidade da PUC-SP como Instituição com respaldo e reconhecimento internacional. Em termos de campo científico, esses dados são de extrema relevância.

Outro parâmetro importante refere-se aos dados da *Web of Science* (WOS), plataforma da Clarivate que indexa periódicos científicos e monitora as citações realizadas pelos artigos que são publicados. Os critérios de indexação dos periódicos na WOS são altamente rigorosos e revelam relevância e qualidade dos periódicos.

Aqui foram utilizados os dados brutos encontrados na plataforma da WOS, acessados por meio do portal de bases (periódicos) da CAPES. Localizamos 2.640 artigos indexados com a filiação da PUC-SP desde 2010. O índice h da Universidade atualmente é 40.

Observando os indicadores apresentados no gráfico 3.50, verifica-se aumento, após 2015, do número de artigos publicados e a manutenção desse total até 2020. Mas o que chama atenção é o aumento considerável no número de citações, expressos no gráfico:



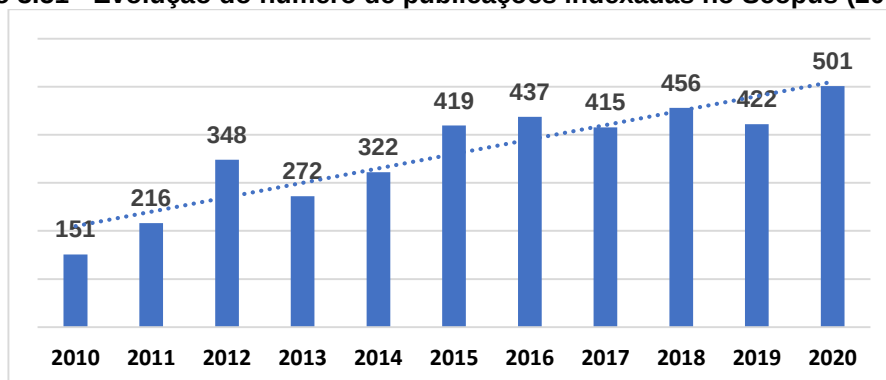
Fonte: Clarivate (WOS) - acesso em 21.11.2021

O crescimento significativo no WOS pode ser resultado do incentivo aos (às) professores (as) para publicarem os resultados de suas pesquisas em revistas científicas com qualificações superiores, uma vez que o edital de PubArt só concede

benefícios para periódicos com avaliação Qualis A1, A2 e B1. Essas revistas garantem maior visibilidade às produções, pois os critérios da avaliação *Qualis* estão em consonância com os parâmetros internacionais.

Os dados disponibilizados pela Scopus não classificam o índice h da universidade, apenas do pesquisador, mas é possível acessar os dados dos indicadores de artigos indexados, por afiliação, de revistas e conferências. Segundo os dados brutos, que são públicos, encontrados na plataforma, são 3.959 artigos indexados com a filiação da PUC-SP desde 2010.

Gráfico 3.51 - Evolução do número de publicações indexadas no Scopus (2010-2020)



Fonte: Scopus (acesso em 21.11.2021)

Com o gráfico 3.51 demonstra-se que, entre 2010 e 2020, a PUC-SP teve um crescimento linear de publicações indexadas. Embora se registrem pequenas oscilações entre os anos, a quantidade de artigos indexados se manteve estável e em 2020 há um crescimento mais significativo.

Os gráficos 3.50 e 3.51 indicam, mais evidentemente, um movimento crescente a partir de 2015, tanto na WOS como no Scopus, com um maior número de publicações qualificadas, o que confere visibilidade científica à Instituição, além de ser importante instrumento na avaliação dos PEPGs.

Outro caminho para buscar indícios sobre o impacto do PIPEq nas avaliações dos PEPGs é a própria avaliação da CAPES. Entretanto, isso não pode ser mensurado de maneira comparativa, pois a avaliação mais recente que foi oficialmente realizada e divulgada ocorreu no quadriênio 2013-2016 e esse foi um período intermediário em relação à implementação do PIPEq. As avaliações do quadriênio 2017-2020 ainda estão em curso no momento de conclusão desta pesquisa.

O comparativo por meio de indicadores bibliométricos após a implementação do PIPEq cumpre com a finalidade de apontar que os resultados foram exitosos e que seus efeitos e esforços foram expressivos para o aumento da produção científica da PUC-SP, pois nesta pesquisa pode-se confirmar que há uma recorrência no incremento das publicações e citações nas plataformas nacionais e internacionais a partir de 2015.

Cabe destacar a importância de a Universidade seguir analisando os fluxos do PIPEq por curso de graduação e pós-graduação, modalidade, área de conhecimento e faculdade, para que a consistência dessa análise sirva como parâmetro de avaliação para subsidiar propostas e atualizações nos diferentes editais de fomento, além de ser fundamental para a efetiva avaliação contínua dos impactos da implementação do PIPEq.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo, buscou-se lançar luz sobre a possibilidade de se propiciar o debate, por meio da análise crítica e reflexiva dos conceitos de Bourdieu, sobre o campo constituído por hierarquias que são resultados da distribuição desigual de poder no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a ciência. Para tanto, foi necessário compreender a noção de campo científico, que possibilitou reconhecer que cada campo é um lugar de constituição de uma forma específica de capital simbólico e de disputa.

Neste trabalho, a ciência é concebida como uma atividade humana, e no mundo moderno ela se realiza, principalmente, nas Universidades, que são um campo relativamente autônomo na formulação de suas normas de conduta. Verificou-se, de acordo com Bourdieu, que as práticas científicas na PUC-SP são reproduzidas em uma área de conhecimento específica, pois estruturalmente as relações objetivas da Universidade se caracterizaram com leis próprias na área de conhecimento das ciências humanas. Portanto, no domínio da pesquisa científica, as autoridades científicas da Universidade definiram o que é relevante como conjunto de objetos de pesquisas sobre os quais deveria ser pesquisado.

O posicionamento da PUC-SP no debate político a fez ocupar um lugar de fala, resistindo e defendendo o seu papel social e seu compromisso na defesa da formação de uma sociedade justa e igualitária. A Universidade se reconhece como um espaço crítico, o que a fez se fortalecer nas áreas de conhecimento que o Brasil nunca favoreceu como prioritárias (mas que efetivamente são prioritárias). No entanto, as consequências de seu posicionamento/ identidade na constituição desse campo, em contrapartida, a desfavorece no momento da escolha do que as agências vão financiar, uma vez que estruturalmente temos uma distribuição desigual de capital científico no país.

As políticas de fomento à pesquisa no Brasil advêm fundamentalmente dos fundos públicos e são influenciadas diretamente por questões sociais, econômicas e políticas. A ciência não pode ser concebida e engendrada por interesses isolados; ela deve ser compreendida como bem público essencial para o processo de desenvolvimento econômico, político e social.

Compreende-se, portanto, que a implementação do PIPEq foi fundamental para a continuidade das pesquisas realizadas na PUC-SP, pois garantiu sua participação no desenvolvimento das pesquisas na área de humanas, contribuindo para o debate não só das demandas específicas da área, mas também para temas transversais que incrementam as publicações científicas, e que contam com a escassez de editais externos específicos para a área.

Cabe destacar o papel democrático do PIPEq, com seus editais públicos e transparentes, garantindo o acesso aos (às) docentes da Universidade e favorecendo as diferentes etapas da pesquisa docente. Além disso, ele representa a institucionalização da pesquisa na Universidade e o estabelecimento de uma previsão orçamentária anual com crescimento no valor do dispêndio.

Reitera-se que a presente reflexão não se quer conclusa, pois se espera aplicar e verificar os resultados da avaliação dos PEPGs em momento posterior. Revisar outras teorias e outras possibilidades de abordagem, também, é um objetivo de continuidade para a construção reflexiva que possa agregar contribuições ao debate do fortalecimento de políticas para o incremento da ciência.

Nesta pesquisa, foi elaborado um panorama dos primeiros anos de implementação do PIPEq na PUC-SP, mas à luz de um referencial teórico específico, selecionado em razão de sua pertinência. Cabe destacar, contudo, a importância de que outras pesquisas se voltem, provavelmente com outros referenciais teóricos, para as especificidades das áreas de conhecimento no campo acadêmico, bem como do perfil docente que acessa cada tipo de edital do PIPEq para que esses dados possam ser analisados de forma minuciosa e precisa, a fim de tornar possível se compreender, por exemplo, por que os recursos para a execução das pesquisas parecem ser menos atraentes para os (as) docentes do que aqueles de divulgação.

Esse conjunto de considerações reafirma que é imprescindível a implementação de políticas de pesquisas que valorizem a disseminação do conhecimento e que possam consolidar instituições como centro de excelências, impactando no desenvolvimento econômico e social de cada país.

Por fim, destacamos o que pondera Jean Marc Levy-Leblond (1970, sp)

[...] É verdade que existem outros campos onde se vislumbram gigantescas possibilidades de aplicação: a medicina ou a agronomia, por exemplo,

parece que podem contribuir atualmente com algumas respostas técnicas em relação aos problemas da fome e da doença que atingem a maior parte da humanidade. Porém, precisamente a natureza das estruturas sociais impede que estas soluções técnicas possam ser postas em prática. Pensemos unicamente no escândalo de alguns hospitais abarrotados, na medicina degradante para classes populares, nos super benefícios das indústrias farmacêuticas e na falta de recursos para a pesquisa médica na França - para não falar do problema dos países que acabam de se livrar do domínio colonial. E se os progressos da técnica provocam em geral um aumento da produtividade industrial, não se conhecem casos em que isto tenha tido, como consequência direta, a melhoria das condições de vida das massas populares. São necessárias duras e constantes lutas sociais para obrigar as classes dominantes a não utilizar em seu benefício exclusivo as novas possibilidades originadas pela ciência moderna. A modernização técnica das empresas se traduz, quase sempre, em demissões. Entre 1958 e 1968, as técnicas e a produtividade industrial aumentaram prodigiosamente; porém foi necessária a grande greve de maio-junho de 1968 para que a classe operária como um todo obtivesse algumas melhorias de suas condições de trabalho, melhorias que, pouco a pouco, foram novamente anuladas pela classe patronal. Estas dúvidas quanto à função progressista da ciência provocam outras, quanto às motivações dos cientistas...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERY, M. A. P. *Proposta do Plano de Incentivo à Pesquisa - PIPEq da PUC-SP*. São Paulo: 2014.

BALBACHEVSKY, E. *Governança na pesquisa científica: reflexões sobre a prática da pesquisa contemporânea e a experiência brasileira*. Sociologias, Porto Alegre, v. 19, n. 46, p. 76-101, dez. 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222017000300076&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 29.05.2020.

_____. *Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação na América Latina: as respostas da comunidade científica*. CADERNO CRH, Salvador, v. 24, n. 63, p. 503-518, Set./Dez. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792011000300004 Acesso em 29.05.2020.

BOURDIEU, P. Os usos sociais da ciência. Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora Unesp, 2004b.

_____. *Para uma sociologia da ciência*. Lisboa: Edições 70. 2001.

_____. *O campo científico*. In: BOURDIEU, P. *Sociologia*. Organizado por Renato Ortiz, Petrópolis/RJ, Vozes, 1983.

_____. *Introdução a uma Sociologia Reflexiva*. In: _____. *O poder Simbólico*. Rio de 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002b. p.17-58.

BOURDIEU, P. WACQUANT, L. *Una invitación a la sociología reflexiva*. Ciudad de México, Siglo Veintiuno Editores, 2005.

_____. Prefácio: sobre as artimanhas da razão imperialista. In: BOURDIEU, P. *Escritos de educação*. Organizado por Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. Petrópolis/RJ, Vozes, 2007.

BRASIL: MCTI. IPEA. *Investimentos Federais em Pesquisa e Desenvolvimento: Estimativas para o Período 2000-2020*. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/todas-as-publicacoes/publicacoes/171-investimentos-federais-em-pesquisa-e-desenvolvimento-estimativas-para-o-periodo-2000-2020>. Acesso em 12.10.2020.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988

CASALI, A. *SBPC na PUC-SP*. PUC-SP - Comissão da Verdade. Disponível em <https://www.pucsp.br/comissaodaverdade/comunidade-academica-sbpc-na-puc-sp.html>. Acesso em 28/01/2021.

CHAIMOVICH, H.; MELCOP, P. D. Notas preliminares sobre financiamento à pesquisa no Brasil. *Revista USP*, 73, 6-23. 2007. Disponível em

<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i73p6-23>. Acesso em 22.02. 2021

DE NIGRE, F. Koeller, P. *Políticas Públicas para pesquisa e Inovação em face da crise da Covid-19, 2020*. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200520_nota_tecnica_diset_n_64.pdf. Acesso em 21.02.2021.

DOMINGOS, M. A trajetória do CNPq. *Acervo - Revista do Arquivo Nacional*, v. 17, no. 2 jul-dez: Ciência e Tecnologia, v. 17, n. 2, p. 19-40, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/107563>>. Acesso em 20.02.2021.

ESCADA, P. A. S. A FAPESP nos anos 1980: a crise econômica e mobilização em defesa da autonomia e de recursos para a pesquisa. In: *FAPESP 50 ANOS: século meio de ciência*. São Paulo: FAPESP, 2015, pp. 117-168.

FÁVERO, M. L. A. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar em Revista* [online]. 2006, n. 28. Acesso em 17.11.2020, pp. 17-36. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602006000200003>. Epub 10.07.2007. ISSN 1984-0411. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602006000200003>.

KANNEBLEY, S.; CAROLO, M. D.; NEGRI, F. Impacto dos Fundos Setoriais sobre a produtividade acadêmica de cientistas universitários. *Estudos Econômicos*, v. 43, pp. 647-685, 2013. Disponível em; <https://www.scielo.br/j/ee/a/TZjNfQFLzb9sMj9dSbVNRpr/?lang=pt>

KOURGANOFF, W. *A Face Oculta da Universidade*. São Paulo: Editora da UNESP, 1990, pp. 162-164

LAFER, C. *Prefácio da FAPESP 50 ANOS: século meio de ciência*. São Paulo: FAPESP, 2015, pp. 5-10.

LEVY, Jean-Marc L. Publicado em *Lês Temps Modernes* nº 288. Julio/1970 Acesso em 11.01.2022 Disponível em <https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/direito/a-ciencia-e-neutra/40845>

MARTINS, C. B. Balanço: o papel da CAPES na formação do sistema nacional de pós-graduação. In: *CAPES 50 anos: depoimentos ao CPDOC da FGV*. (org. Marieta de Moraes Ferreira e Regina da Luz Moreira). Rio de Janeiro: FGV/ CPDOC; Brasília: CAPES, 2003.

MARTINS, C. B. *O ensino superior brasileiro nos anos 90*. São Paulo: Perspectiva, v. 14, no. 1, pp. 41-60, março/2000. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000100006&lng=en&nrm=iso. <https://doi.org/10.1590/S0102-88392000000100006>. Acesso em 21.02.2021.

NAGAMINI, J. M. *Universidade e compromisso social: a experiência da reforma da PUC de São Paulo*. São Paulo/ Campinas: EDUC/ Editora Autores Associados, 1997.

NAGAMINI, M. FAPESP e ampliação de seus campos de atuação Estadual, Nacional e Internacional (2000-2012). In: *FAPESP 50 ANOS: século meio de ciência*. São Paulo: FAPESP, pp. 191-2267 - 226.2015

MONTAGNER, M. Â; MONTAGNER, M. I. A. *A Teoria geral dos campos de Pierre Boudieu: uma leitura*. Tempus: Actas de Saúde Coletiva, V.5, n. 2, p. 255 – 273, 2011.

MONTOYANA, S. Marcos históricos da FAPESP: pensando o futuro. In: *FAPESP 50 ANOS: século meio de ciência*. São Paulo: FAPESP, p 53 – 93.2015

PUC/SP. *Porandubas*. Disponível em: pucsp.br/cedic/memoria-puc-jornal-porandubas Acesso em 23/02/2020.

PUC-SP. *História*. Disponível em: <https://www.pucsp.br/universidade/historia#:~:text=A%20PUC%20DSP%20foi%20fundada,da%20Faculdade%20Paulista%20de%20Direito.&text=Tempo%20da%20Universidade%20Cat%C3%B3lica%20de,os%20filhos%20da%20elite%20pauncionalista>. Acesso em 03/04/2021.

Revista FAPESP. Edição 305, 07.2021. Disponível em <https://revistapesquisa.fapesp.br/financiamento-publico-a-pd/> . Acesso em 22.12.2020

RIBEIRO, D. B. *et al*. Financiamento à ciência no Brasil: distribuição entre as grandes áreas do conhecimento. *Revista Katálisis* [online]. v. 23, n. 03, 2020, pp. 548-561. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/5yrNfL58wF36k33TRwvtfkN/?lang=pt>

TOURINHO, M. M.; PALHA, M. das D. C. A CAPES, a universidade e a alienação estada na pós-graduação. *Cad. EBAPE.BR*. Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 270-283, June 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679

TUMENAS, F. *Revista da Avaliação da Educação Superior*. ISSN: 1414-4077, vol. 26, ed. 1, pp. 270-287. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/BznKpxfpS5T5DPj553XHnPx/?lang=pt#>

WANG, M. A. L. Efeitos do Plano de Incentivo à Pesquisa (PIPEq) da PUC-SP sobre a produtividade acadêmica de seus beneficiários. *Relatório de estágio pós-doutoral*. Programa de Psicologia Experimental: Análise do Comportamento (PEXP), PUC-SP, 2019.

ANEXO I – EDITAL EXEMPLAR DO PLANO DE INCENTIVO À PESQUISA

EDITAL PIPEq 7101/2020

A Reitoria da PUC-SP torna público, por meio do presente Edital, processo de seleção para **Auxílio a Grupos e Núcleos de Pesquisa**, com vigência em 2020.

1. Finalidade

Apoiar a pesquisa científica e acadêmica qualificada, por meio da aquisição de equipamentos e materiais e do pagamento de serviços de terceiros para pesquisas de docentes da PUC-SP que lideram ou atuam em grupos ou núcleos de pesquisa, que tenham, preferencialmente, a participação de estudantes de graduação e/ou pós-graduação.

Apoiar e incrementar as condições de pesquisa científico-acadêmica de docentes da PUC-SP organizados em grupos ou núcleos de pesquisa.

Qualificar a atividade de pesquisa na PUC-SP, contribuindo para a execução de projetos e programas de pesquisa científico-acadêmica de docentes.

Apoiar e incrementar a participação e a colaboração de pesquisa entre os(as) docentes da PUC-SP, incentivando a execução de **projetos de pesquisa compartilhados**.

2. Inscrição

A inscrição deverá ser feita pelo(a) professor(a) solicitante na plataforma Fluig, disponibilizada em <http://fluig.pucsp.br>, **NO PERÍODO DE 18 DE FEVEREIRO A 06 DE MARÇO DE 2020 ATÉ 17H**.

Não serão aceitas as inscrições de professores(as) que não tenham preenchido a ficha de inscrição completamente, isto é, que tenham deixado de fornecer algum(ns) dos dados solicitados.

Não serão aceitas as inscrições de docentes que não tenham prestado contas ao PIPEq, PIPEXT ou PIPAD, em caso de recebimento de benefícios anteriores.

3. Disponibilidade de Cotas

20 (vinte) auxílios.

Observação: após análise das solicitações, as cotas poderão ser ampliadas, se houver recursos, demanda e avaliação positiva para o remanejamento.

4. Valor do Auxílio

O valor do auxílio será de **até R\$ 10.000,00**.

O valor da concessão em cada caso dependerá da avaliação do projeto e do orçamento proposto pelo(a) solicitante.

5. Critérios de Seleção

a) O presente Edital apoiará a execução de projetos de pesquisa de grupos ou núcleos de pesquisa constituídos por docentes da PUC-SP;

b) Serão considerados, para efeito deste Edital, grupos de pesquisa cadastrados no CNPq e certificados pela PUC-SP, grupos e núcleos de pesquisa cadastrados nos Programas de Pós-graduação ou vinculados à Faculdade, grupos e núcleos de pesquisa listados e certificados em outras agências de fomento;

c) Os grupos ou núcleos devem ser liderados(as) por docente da PUC-SP e a maioria dos pesquisadores deve ser professor(a) da PUC-SP;

d) O(a) professor(a) solicitante deverá ser portador(a) do título de doutor(a), com contrato na PUC-SP por tempo indeterminado com pelo menos 20 horas contratuais no semestre da solicitação;

e) O(a) professor(a) solicitante deverá apresentar, na forma prevista no presente Edital, projeto de pesquisa a ser beneficiado e a lista dos equipamentos e de outras despesas solicitadas, com previsão orçamentária;

f) Cada grupo ou núcleo de pesquisa só poderá concorrer com um projeto no Edital desta modalidade; g) São itens financiáveis no presente Edital: (i) material permanente essencial para a realização do projeto de pesquisa que fundamenta a concessão; (ii) reparo ou *upgrade* em equipamentos utilizados para o desenvolvimento do projeto; (iii) pagamento de serviços de terceiros essenciais para o desenvolvimento do projeto; (iv) material de consumo necessário para a execução do projeto; (v) auxílio para viagens de alunos regularmente matriculados membros do grupo (desde que não sejam docentes da PUC-SP) para participação em congressos ou para estadias em missões e visitas a outros grupos de pesquisa com os quais o(a)s beneficiário(a)s mantêm interlocução.

i) é obrigatório que o docente informe o seu ORCID.

Não são itens financiáveis as garantias de equipamentos adquiridos pelo(a) docente e itens que não forem autorizados no Termo de Compromisso entregue ao(à) solicitante no ato da assinatura do Termo de Outorga.

6. Critérios de Prioridade de Seleção

As inscrições serão avaliadas segundo os critérios de seleção estabelecidos neste Edital, observados também: (i) o currículo LATTES do(a) professor(a) líder e dos componentes do grupo ou núcleo e (ii) o mérito do projeto de pesquisa.

DESEMPATE - se houver necessidade, os critérios a serem utilizados são o número de auxílios recebidos pelo(a) docente e o número de auxílios recebidos pela unidade acadêmica em anos e semestres anteriores.

7. Documentação

O(a) proponente deve selecionar o presente Edital na plataforma Fluig em <http://fluig.pucsp.br> e preencher o Formulário de Inscrição com os dados solicitados:

a) sua identificação como líder da proposta (nome, número de inscrição na PUC-SP, departamento, faculdade) e endereço do LATTES;

b) identificação clara do grupo ou núcleo de pesquisa e do projeto de pesquisa, a saber: título do Grupo/ Núcleo; vinculação com a PUC-SP (grupo de pesquisa certificado pela PUC-SP ou unidade certificadora); vínculo com Programa de Pós-graduação ou com a Faculdade; área principal (ver tabela CNPq); lista de docentes envolvidos e sua filiação institucional; número de alunos de IC envolvidos; número de mestrandos envolvidos; número de doutorandos envolvidos; número de pesquisadores(as) de pós-doutorado envolvidos; nome do projeto; período de realização da proposta; plano de trabalho (atividades envolvidas na solicitação e sua relação com o projeto de pesquisa, bem como datas/ períodos previstos para sua realização e os(as) docentes envolvidos); resumo do projeto (até 3.000 caracteres); palavras-chave (até cinco)

Deverão ser anexadas ao Formulário de Inscrição a seguinte documentação e informações, nomeadas como indicado a seguir:

a) declaração de inscrição assinada e escaneada e **com aprovação pelo Conselho da Faculdade** de origem do(a) líder da solicitação do auxílio (modelo no Anexo 1). O arquivo deverá ser numerado e nomeado como 1 Declaração de inscrição;

b) projeto de pesquisa a ser beneficiado, contendo introdução e método e destacando a previsão de produtos esperados (de 12 a 20 páginas em espaço 1,5). O arquivo deverá ser numerado e nomeado como 2 Projeto de Pesquisa;

c) lista dos participantes do grupo, arquivo que deverá ser numerado e nomeado como 3 Lista de participantes;

d) plano de atividades a ser desenvolvido nos 12 meses subsequentes à concessão dos recursos. O arquivo deverá ser numerado e nomeado como 4 Plano de atividades;

e) links para os currículos LATTES atualizados dos membros (docentes do Núcleo ou Grupo de pesquisa beneficiário) e para o Grupo de Pesquisa cadastrado no CNPq e certificado pela PUC-SP (se houver). O arquivo deverá ser numerado e nomeado como 5 Links Lattes;

f) lista descritiva dos equipamentos, da contratação de terceiros ou de serviços solicitados, com os valores previstos apresentados para cada item. O arquivo deverá ser numerado e nomeado como 6 Lista Descritiva;

g) três previsões de orçamento de cada item solicitado e justificativa clara para sua aquisição relacionada ao projeto de pesquisa. O arquivo deverá ser numerado e nomeado como 7Três orçamentos;

Não serão aceitas inscrições se ausente qualquer um dos itens acima.

8. Procedimento de avaliação

As solicitações serão recebidas no âmbito da Reitoria somente por meio da plataforma Fluig. Só serão recebidas e aceitas as inscrições nos termos e nos prazos estabelecidos no presente Edital.

A Reitoria informará, exclusivamente pelo e-mail institucional do docente (xxxx@pucsp.br), a aceitação de sua inscrição.

As inscrições não aceitas tecnicamente (com documentação/ informação incompleta ou inadequada ou, ainda, que não preencham os requisitos) serão devolvidas aos(às) solicitantes apenas após o encerramento do prazo de inscrição.

Uma vez aceitas as inscrições, as respectivas propostas serão encaminhadas ao Grupo Técnico associado ao PIPEq para apreciação e validação e, quando necessário, o Grupo poderá designar um parecerista para avaliação prévia das propostas.

As propostas com encaminhamento de mérito positivo por parte do parecerista serão analisadas pelo Grupo Técnico.

9. Concessão do Auxílio e Termo de Outorga

O resultado final da avaliação será informado pela Reitoria exclusivamente pelo e-mail institucional do proponente (xxxx@pucsp.br), no prazo previsto de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data de encerramento das inscrições.

Em caso de concessão do auxílio, o(a) professor(a) receberá informações acerca do montante de recursos alocados, do cronograma de liberação de auxílio e dos prazos para prestação de contas.

Os auxílios concedidos serão pagos em prazos coerentes com a previsão orçamentária e as condições de aprovação das solicitações.

No ato de liberação de recursos, o(a) professor(a) solicitante assinará um Termo de Outorga que atesta o recebimento do auxílio e seu compromisso de prestar contas nos moldes previstos neste Edital e na Plataforma Fluig.

10. Prestação de contas

A prestação de contas deverá ser feita exclusivamente por meio da plataforma Fluig até 15 de dezembro de 2020.

Para efeito de comprovação financeira, o(a) professor(a) solicitante compromete-se a anexar todos os comprovantes de gastos efetuados.

Os gastos deverão ser efetuados estritamente em 2020 até a véspera do prazo final da prestação de contas.

Para efeito de comprovação acadêmica, o(a) professor(a) solicitante compromete-se a enviar o relatório científico da pesquisa realizada e demais comprovantes necessários, bem como cópia dos produtos elaborados, quando for o caso.

Deverá, obrigatoriamente, constar logotipo do PIPEq e menção ao recebimento do auxílio PIPEq, pelo(a) professor(a), no verso da página de rosto do relatório e nas produções bibliográficas ou técnicas advindas do projeto contemplado com auxílio.

Uma vez feita a prestação de contas, ela será avaliada no âmbito acadêmico e financeiro.

Após aprovada a prestação de contas, o(a) solicitante receberá um “termo de quitação”.

Em caso de pendências, solicitar-se-ão ao(à) beneficiário(a) as complementações julgadas necessárias. Ficará impedido(a) de submeter nova solicitação o(a) professor(a) que não tiver prestado contas de auxílios anteriores recebidos do PIPEq, do PIPAD e do PIPEXT.

11. Reconsideração

Da decisão de indeferimento da concessão do auxílio, caberá pedido de reconsideração ao Grupo Técnico no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar da data da informação do indeferimento ao(à) solicitante.

O Grupo Técnico deverá apreciar o pedido e informar ao(à) professor(a) solicitante o resultado obtido exclusivamente pelo e-mail institucional (xxxx@pucsp.br), no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do pedido de reconsideração.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2020

Maria Amalia Pie Abib Andery
Reitora

ANEXO 1 – Edital Auxílio Grupos/Núcleos de Pesquisa

Modelo: Digite nos espaços indicados as informações solicitadas. ANTES de imprimir para assinar, apague as instruções em azul

Declaração de inscrição

Eu * , professor(a) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, submeto a solicitação de auxílio para desenvolvimento do projeto ** , nos termos do Edital do PIPEq, modalidade: Auxílio Núcleo/ Grupos de Pesquisa (NuP-PUC-SP) – 2020.

São Paulo, ***

Assinatura do(a) solicitante

Aprovação pelo Conselho da Faculdade
carimbo do Diretor(a)

Anexo II - Relação de Programas de Pós/Áreas

PROGRAMAS	ÁREA CAPES
Área 1	
Administração - ADM	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO
Ciências Contábeis, Controladoria e Finanças - CCCF	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO
Economia - ECO	ECONOMIA
Área 2	
Educação: Currículo - CED	EDUCAÇÃO
Educação: Formação de Formadores - FORMEP	EDUCAÇÃO
Educação: História, Política, Sociedade EHPS	EDUCAÇÃO
Educação: Psicologia da Educação - PED	EDUCAÇÃO
Educação Matemática - EDM	ENSINO
Área 3	
Desenvolvimento de Jogos Digitais - DJD	INTERDISCIPLINAR
Educação nas Profissões da Saúde - EPS	INTERDISCIPLINAR
História da Ciência - HCS	INTERDISCIPLINAR
Tecnologias da Inteligência e Design Digital - TIDD	INTERDISCIPLINAR
Área 4	
Psicologia Experimental: Análise do Comportamento - PEXP	PSICOLOGIA
Psicologia: Psicologia Clínica - PCL	PSICOLOGIA
Psicologia: Psicologia Social - PSO	PSICOLOGIA
Fonoaudiologia - FONO	EDUCAÇÃO FÍSICA
Área 5	
Direito - DIR	DIREITO
Área 6	
Governança Global e Formulação de Políticas Internacionais - GGFPI	CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Relações Internacionais - RI	CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Serviço Social - SSO	SERVIÇO SOCIAL
Ciências Sociais - CSO	SOCIOLOGIA
História - HIS	HISTÓRIA
Área 7	
Língua Portuguesa - LPO	LETRAS / LINGUÍSTICA
Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem - LAEL	LETRAS / LINGUÍSTICA
Literatura e Crítica Literária - LCL	LETRAS / LINGUÍSTICA
Comunicação e Semiótica - COS	COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO
Área 8	
Ciência da Religião - CRE	TEOLOGIA
Filosofia - FIL	FILOSOFIA
Teologia - TEO	TEOLOGIA